



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

**A industrialização como criadora de conjuntos habitacionais para o operariado:
o caso do Bairro da Empresa de Cimentos de Leiria: Maceira- Liz**

Mafalda Sofia Claudino Rodrigues
Orientação: Professora Doutora Maria do Céu Simões Tereno

Mestrado Integrado em Arquitetura
Dissertação

Évora, 2016

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria do Céu Tereño pelo apoio, rigor e orientação deste trabalho;

À Empresa SECIL de Maceira pela gentileza de me receber e proporcionar o acesso aos arquivos, ao Dr. Nuno Maia e em especial à Dr.^a Ana Luz e Sr. Luís Pereira e Sr. Ricardo Martins;

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, Dr. Vítor Santos;

Aos meus pais e tia, que à distância acompanharam o desenvolvimento do trabalho;

E aos amigos, que me apoiaram e não duvidaram do meu trabalho, especialmente ao Francisco Maurílio e à Diana Macias.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

E.C.L- Empresa de Cimentos de Leiria

C.U.F- Companhia União Fabril

C.D.I- Centro de Documentação e Interpretação

C.M.- Câmara Municipal

SECIL- Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais, Lda

	Página
0. Introdução	
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Objeto e Objetivos.....	12
Metodologia.....	13
Estado de Arte.....	14
 1. A Revolução Industrial	
A Revolução Industrial.....	19
Do trabalho artesanal à indústria mecanizada.....	22
A industrialização e a classe operária: a vida quotidiana e a luta contra a opressão.....	24
As cidades como aglomerados populacionais - Teorias e Ensaio como soluções urbanísticas.....	28
- New Lanark - Robert Owen (1771-1858).....	30
- Falanstério- Charles Fourier (1772-1837).....	32
- Familistério-Jean-Baptiste Godin (1819-1888).....	34
 2. A Industrialização em Portugal	
A Industrialização em Portugal.....	38
A questão da habitação - Políticas da I República ao Estado Novo.....	42
Estratégias e soluções de habitação de 1910 a 1933.....	44
Exemplos de núcleos habitacionais para a classe operária.....	48
- As “Ilhas” do Porto.....	48
- Os “Pátios” e “Vilas” de Lisboa.....	50
- Bairro da C.U.F.- Barreiro.....	52
 3.O Bairro da Empresa de Cimentos de Leiria	
A indústria Cimenteira em Portugal.....	56
O lugar, a fábrica e os impactos produzidos-Plantas de Evolução.....	58
A Empresa de Cimento de Leiria.....	68
O Bairro do Pessoal da E.C.L.....	74
Tipologias Habitacionais.....	82
- Habitações em Banda.....	84
- Habitações Geminadas.....	92
- Habitações Isoladas.....	104
Edifícios Públicos.....	112
 4. Análise e Apresentação de Proposta de Revitalização para o Bairro.....	132
 5. Conclusão.....	142
 6. Índice de Imagens.....	146
 7. Bibliografia e Bibliotecas Consultadas.....	154
 8. Anexos.....	160

*“De uma maneira geral todas as ideias que visam o futuro são utópicas,
ainda não estão realizadas em parte alguma”*

Visão de Agostinho da Silva sobre Maceira -Liz

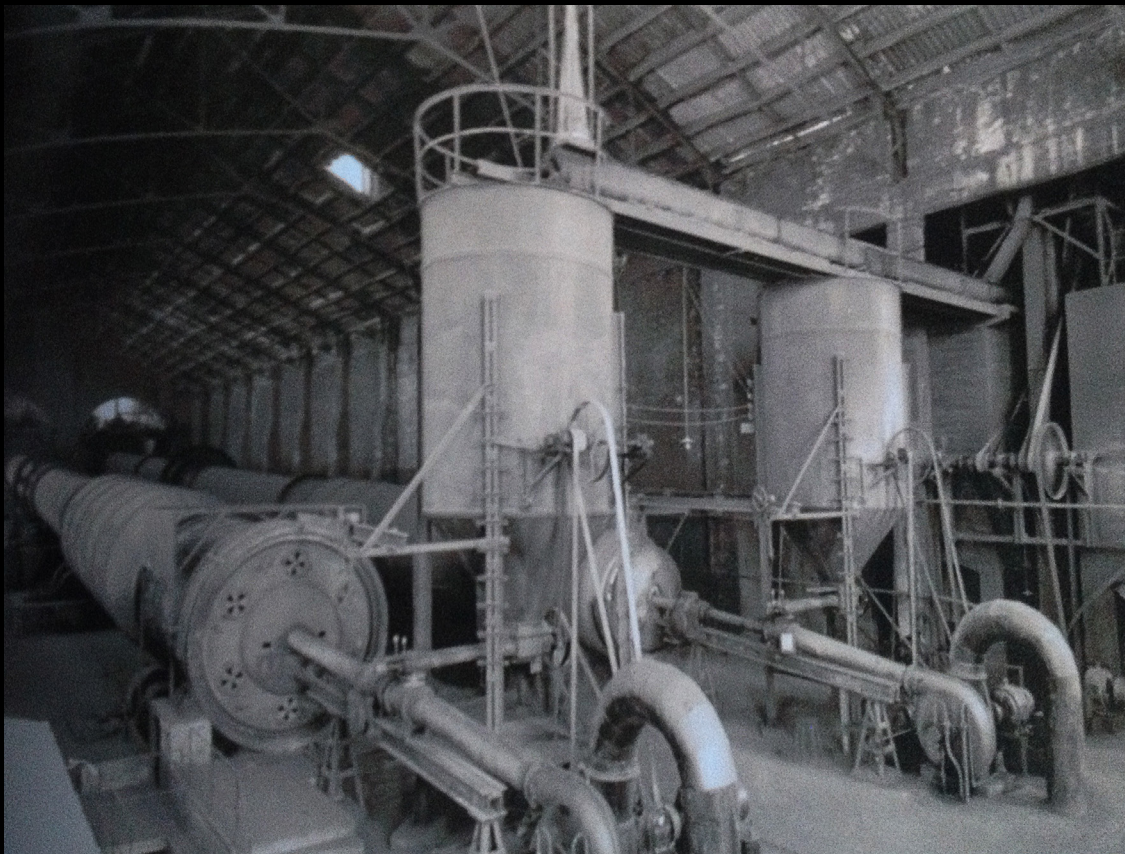


Figura 1-Máquina da Fábrica

0.INTRODUÇÃO

RESUMO

A industrialização como criadora de conjuntos habitacionais para o operariado: o caso do Bairro da Empresa de Cimentos de Leiria: Maceira- Liz

A Revolução Industrial consistiu num amplo conjunto de mudanças que ocorreu nos séculos XVIII e XIX na Europa, em que a grande metamorfose na sociedade sucedeu devido à substituição do trabalho manual pelo uso da máquina. Constituiu-se como fenómeno abrangente que congregou fatores demográficos, sociais, ideológicos, políticos e económicos.

A busca de melhores condições de vida e de trabalho, foi fator decisivo para o aumento de população nos grandes núcleos urbanos, circunstância que determinou a procura de uma solução que resolvesse a questão do alojamento da classe trabalhadora. Surgiram assim teorias utópicas e sociais e também modelos urbanísticos dos quais se salientam: o Falanstério de Charles Fourier, Familistério de Jean-Baptiste Godin entre outros.

Em Portugal, a industrialização ocorreu mais tarde que na restante Europa, assim como as evoluções e transformações associadas a esta. É neste contexto, que a partir do século XIX, o sector agrícola no país foi sendo gradualmente substituído pela indústria.

O aumento da industrialização conduziu a um incremento da concentração de mão-de-obra próxima de grandes cidades industriais, ocorrência que fomentou o aparecimento dos primeiros núcleos habitacionais destinados à classe operária. A cidade sofreu, assim, alterações assinaladas por uma série de acontecimentos resultantes da Revolução Industrial, a par da falta de estratégias ligadas à questão da habitação para as classes desfavorecidas.

É neste enquadramento que surge o Bairro do Pessoal da Empresa de Cimento de Leiria, Maceira-Liz. Este procurou responder às necessidades dos trabalhadores oferecendo-lhes boa qualidade de vida. Foi dotado de infraestruturas e equipamentos como a “Casa do Pessoal” ou a Cooperativa Abastecedora, entre outros, necessários ao bom funcionamento e permitindo uma maior sociabilidade entre os seus habitantes

Desta forma, para demonstrar a sua importância, introduz-se o Bairro do Pessoal da E.C.L no estudo do contexto internacional e nacional. Observam-se e criam-se relações com os modelos das cidades utópicas do século XIX e os conjuntos industriais em Portugal, detentores de alojamento destinado à classe trabalhadora, fazendo uma análise urbanística detalhada do Bairro do Pessoal de Maceira-Liz, uma “Utopia” construída segundo o espírito progressista do seu fundador Henrique Sommer. A partir do estudo dos fundamentos teórico-práticos, da forma de implantação e construção, bem como dos vários planos elaborados para este complexo - que demonstravam uma tentativa de inovar, através da construção de respostas às mudanças da sociedade e arquitetura em Portugal- poderá observar-se que Maceira-Liz tinha alternativas para resolver a situação sócio- laboral dos operários e tentava resolver questões como a insalubridade da habitação operária da I República.

O Bairro do Pessoal de E.C.L. ou Bairro de Maceira-Liz é um dos mais significativos exemplos de urbanismo do tipo fabril em Portugal, que permite fazer uma reflexão crítica e arquitetónica do papel que a arquitetura assume face à questão das diferenças sociais de classes, ao mesmo tempo que se propõe uma solução de revitalização do Bairro a fim de contribuir para a sua preservação e conservação da sua identidade.

Palavras- Chaves:

Maceira- Liz, Indústria, Utopia, Bairro Operário, Habitação

Abstract

Industrialization as creating housing for working class- the case of Leiria Cement Company: Maceira-Liz

The Industrial Revolution consisted in a wide range of changes that occurred in the eighteenth and nineteenth centuries in Europe, where the great metamorphosis in society succeeded due to the replacement of manual work by the use of machinery. It was established as a wide-ranging phenomenon which gathered demographic, social, ideological, political and economic factors.

The search of better conditions of life and work was a decisive factor for the increase of population in major urban centers, a circumstance that led to the search for a solution to solve the question of working-class housing. Thus, utopian and social theories emerged, as also as urban models, of which we stand out: the Charles Fourier Phalanstery, Jean- Baptiste Godin Familistère and others.

In Portugal, the industrialization occurred later than in the rest of Europe, as well as developments and changes associated with this. It is in this context that, starting in the nineteenth century, the agricultural sector in the country had been gradually replaced by the industry.

The increased industrialization has led to an enlarged concentration of labor work close to major industrial cities, occurrence that fomented the appearance of the first housing units for the working class. So, the city suffered changes shown by a series of events resulting from the Industrial Revolution, together with the lack of strategies linked to the issue of housing for disadvantaged classes.

It is in this context that comes the Neighborhood "Bairro do Pessoal da Empresa de Cimento de Leiria, Maceira – Liz". This tried to respond to workers' needs by offering them good quality of life. It was gifted with infrastructure and equipment as the "Staff Home" or the Cooperative Supplying, among others, needed for a proper functioning and allowing a greater sociability among its inhabitants.

So, to demonstrate its importance, the Quarter of the Cement Company is introduced in the study of national and international context. Relationships with models of utopian cities in the nineteenth and the industrial plants in Portugal, owners of housing for the working class, are observed and created, making a detailed and urban analysis of the Quarter of the Cement Company, a "utopia " built according to the progressive spirit of its founder Henry Sommer .

From the study of the theoretical and practical fundamentals, the way of implementation and construction, as well as the various plans drawn up for this complex - which showed a determination to innovate by building responses to changes in society and architecture in Portugal - it can be founded that Maceira -Liz had alternatives to solve the socio- labor situation of the workers and tried to solve issues such as the unhealthiness of the working room of the First Republic.

The Quarter of the Cement Company is one of the most significant examples of the industrial type urbanism in Portugal, which allows a critical and architectural reflection of the role that architecture assumes in what concerns the social class differences issues, while it is proposed a revitalization solution for the Neighborhood in order to contribute to the preservation and conservation of its identity.

Keywords:

Maceira- Liz, Industry, Utopia, Quarter, Housing

OBJETO E OBJETIVOS

O objeto de estudo deste trabalho é o núcleo habitacional do Bairro do Pessoal de Maceira-Liz, pertencente à da Empresa de Cimentos de Leiria.

É um caso de interesse nacional de alojamento destinado a receber a classe trabalhadora, construído de raiz, e no qual terão sido aplicadas algumas ideias de modelos utópicos que procuravam resolver os problemas urbanísticos ligados à industrialização das primeiras décadas do século XX.

Maceira- Liz é um caso singular e pioneiro no contexto nacional uma vez que uma iniciativa privada deu origem a uma pequena “cidade utópica construída”.

O Bairro apresentava características específicas a nível de inovações para este tipo de núcleos habitacionais, como é de referenciar o fornecimento gratuito de água e luz elétrica a todas as habitações, acesso a cuidados de saúde entre outros benefícios. Os habitantes do novo núcleo construído possuíam inúmeras vantagens, em termos de condições de vida face aos habitantes locais.

O estabelecimento da fábrica cimenteira, em 1923, foi a principal alavanca do desenvolvimento da freguesia de Maceira. Esta unidade industrial fez deslocar um volume substancial de mão-de-obra para este local e fundamentalmente para a vila, influenciando a evolução urbana da mesma, através da desenho e orgaização da malha construída no território.

Este lugar era assim considerado uma “utopia” urbanística construída, sendo erigido segundo um espírito progressista e segundo influências germânicas. O Bairro do Pessoal da E.C.L. era assim um exemplo bem-sucedido de “aliança” entre capital e trabalho. Era o denominado “Arrabalde da Utopia”.

Os objetivos de elaboração do presente trabalho são:

- 1- Fazer uma contextualização e enquadramento do Bairro do Pessoal da E.C.L ou Bairro de Maceira-Liz no desenvolvimento industrial internacional, introduzindo-o no tema das teorias utópicas e modelos arquitetónicos e urbanísticos criados no século XIX;
- 2- Enquadrar Bairro de Maceira-Liz no desenvolvimento industrial do país, situando-o no contexto das várias soluções habitacionais construídas para receber a classe operária;
- 3- Conceber uma reflexão crítica e uma comparação com outros casos existentes em Portugal, a fim de observar e considerá-lo uma “utopia construída” e demonstrando a sua importância no campo do urbanismo;
- 4- Apresentar uma proposta de revitalização para o Bairro do Pessoal da E.C.L.

“Porque foi Maceira-Liz denominado “Arrabalde da Utopia”?»

“Qual o papel que a arquitetura assumiu face à questão das diferenças sociais de classe?”

O processo de desenvolvimento desta dissertação principiou pela escolha do objeto de estudo e pela compreensão das suas potencialidades. O objeto selecionado foi o Bairro do Pessoal da Empresa de Cimento de Leiria também conhecido como Bairro Maceira-Liz e na sequência desta escolha, efetuou-se uma recolha bibliográfica aprofundada.

Esta recolha buscou reunir os elementos disponíveis que constituem a história do Bairro de modo a procurar fazer também uma contextualização histórica sobre a Revolução Industrial e sobre as transformações ligadas a esta; o papel da industrialização em Portugal e as políticas ligadas à questão da habitação da classe operária desde da I República até ao Estado Novo; quais as soluções urbanísticas que surgiram na época para resolverem a questão da habitação da classe trabalhadora.

Posteriormente procurou elaborar-se o enquadramento do Bairro da E.C.L., a que se seguiu uma análise detalhada através da recolha de informação gráfica e escrita, de forma a analisar e compreender o conjunto fabril, as habitações e os equipamentos coletivos no contexto industrial nacional e regional.

Procurou-se integrar o objeto de estudo no conjunto das teorias utópicas arquitetónicas e urbanísticas do século XIX, fazendo uma contextualização internacional de forma a demonstrar a sua importância. Elaborou-se um estudo comparativo com outros núcleos habitacionais de género em Portugal, de que se salientam por exemplo as “Vilas” e “Pátios” operários de Lisboa, as “Ilhas do Porto” e o Bairro da CUF no Barreiro, verificando quais as características das habitações nestes locais, a fim de afirmar e marcar fortemente o caso de Maceira Liz como singular e pioneiro.

Analisaram-se assim, questões sociais relacionadas com o núcleo habitacional, verificando quais as transformações e novos usos ocorridos nos espaços dentro da área de estudo, através da realização de trabalho de campo. Este foi constituído por uma recolha de dados gráficos e escritos, registos fotográficos e entrevista, e conversas com a população da área de estudo, como complemento aos outros elementos recolhidos.

Após este procedimento produziu-se uma reflexão crítica sobre este tipo de núcleos habitacionais com maior incidência no caso do Bairro do Pessoal da ECL ou Bairro Maceira – Liz. Procuraram extrair-se algumas conclusões sobre o papel da arquitetura no influenciar da diferenciação social e por fim apresentou-se uma proposta de revitalização deste lugar como apoio à sua futura salvaguarda.

ESTADO DE ARTE

Pareceu relevante iniciar o estado da arte, enunciando com um conjunto de obras escritas que permitem fazer uma abordagem geral do tema de estudo.

São exemplo as obras de Jean-Pierre Rioux, *“La Revolution Industrielle”* que faz um retrato da Revolução Industrial, explicando o que foi e quais as suas consequências no mundo e na sociedade e a obra de Friedrich Engels *“A situação da classe trabalhadora inglesa- 1845”* que descreve como era o quotidiano da classe trabalhadora em Inglaterra.

Em relação ao tema da arquitetura, a obra Leonardo Benevolo *“As Origens da Urbanística Moderna”* relata as alterações que ocorreram nos grandes núcleos urbanos com a implementação da indústria nas cidades, e descreve algumas utopias e soluções arquitetónicas que surgiram para resolver os problemas urbanísticos, consequências da Revolução Industrial. Para uma possível compreensão e enquadramento do conjunto arquitectónico da evolução do urbanismo refira-se a obra de Françoise Choay (1979) *“O Urbanismo. Utopias e Realidades, uma antologia”*.

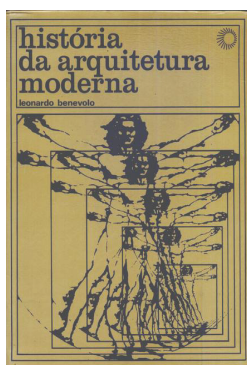
Quando se introduz o tema das soluções arquitetónicas para alojar a classe trabalhadora em Portugal referencia-se o artigo de Carlos Nunes Silva *“Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”* da *Revista Análise Social*, que apresenta as várias medidas políticas e as várias soluções arquitetónicas que surgiram em Portugal, desde de 1910 a 1933, para resolver os problemas relacionados com a habitação da classe trabalhadora e o texto de Nuno Teotónio Pereira (1994) *“Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”* da *Revista Analise Social*, que afirma *“As graves situações de alojamento das (...) chamadas classes laboriosas foi um debate que foi pouco a pouco alargando no último quartel do século XIX e nos primeiros anos deste século”*, refutando a necessidade de melhoria das formas de habitação destinada ao operariado.

Também Ricardo Valente (2012) na sua tese de mestrado *“A habitação operária em Lisboa- Contributos para uma retrospectiva durante o Estado Novo- O caso de Vila Franca de Xira”* faz referências à problemática da habitação destinada a classe operária

Numa aproximação ao objeto de estudo são de referenciar os textos do sociólogo António Pedro Pombo (2007) em que destaca o Bairro de Maceira-Liz como “um modelo de organização social em meio fabril notável pelas suas particularidades” assim como alguns documentos escritos nos arquivos da Fábrica Secil Maceira, antiga Empresa de Cimentos de Leiria e a obra de Raúl Lino *“Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o arquitetar das casas simples”* permitem perceber alguns aspetos arquitetónicos existentes nos vários edifícios identificados no Bairro do Pessoal.

Existem ainda obras e documentários, que são referências importantes no que respeita ao enquadramento do Bairro de Maceira-Liz no contexto do desenvolvimento industrial português, como por exemplo o vídeo da RTP (1974) “*Os Bairros Operários ... Lisboa No Princípio do Século*” da colecção “A Pedra e o Homem” ou “Ecos do Seculo XX, Distrito de Leiria” compilação de notícias de época onde se podem ler alguns artigos sobre o caso de estudo.

Em simultâneo, com a documentação já referida, importa salientar algumas plataformas eletrónicas onde se pode encontrar informação sobre a questão da industrialização em Portugal ou sobre as fábricas de cimento, como é o caso da fábrica que levou à formação de um aglomerado urbano. São exemplo o artigo “*As Fábricas de Cimento Portuguesas*” de José Leite (2011).



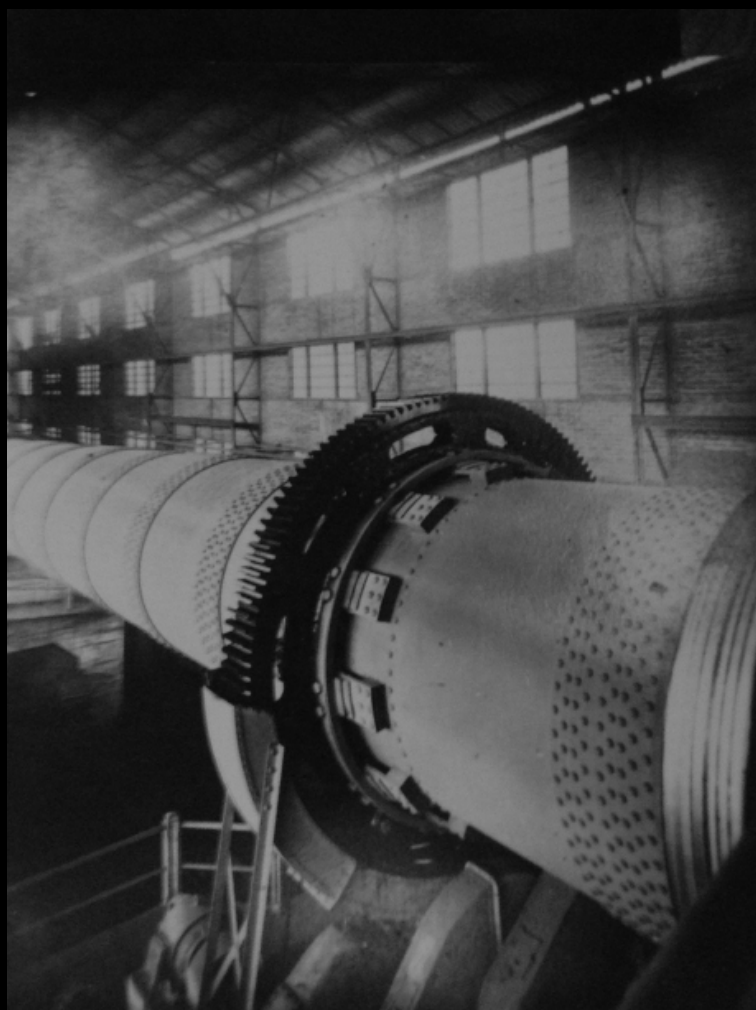


Figura 2-Maquinaria da Fábrica

1. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Em 1876, a invenção da máquina a vapor por James Watt, e consequente aplicação na produção, conduziu ao aparecimento de uma nova conceção de trabalho que modificou a estrutura social e comercial da época, provocando rápidas mudanças de ordem social, política económica.

No último período do século XVIII, o mundo observou uma das maiores transformações sociais, ocorridas em muitos séculos, que se traduziu na Revolução Industrial. Esta consistiu num amplo conjunto de modificações que ocorreram na Europa entre os séculos XVIII e XIX, em que a grande metamorfose se traduziu na introdução de uma nova metodologia laboral - a substituição do trabalho manual pelo uso da maquinaria - que permitiram uma democratização de mais bens e produtos.

Foi um período em que o capitalismo se consolidou através do trabalho assalariado, com uma dinâmica em que a burguesia controlava toda a produção. Este fenómeno congregou fatores demográficos, ideológicos e económicos, num período controverso não só pela alteração da estrutura laboral, como também da estrutura social da população.

A agricultura passou a estar destinada a um amplo mercado, adquirindo três funções: aumentar a produção e produtividade de forma a alimentar uma população não agrícola; fornecer um excedente de pessoas para as cidades e para as indústrias; fornecer um mecanismo para acumulação de capital a utilizar nos sectores mais modernos da economia. Este sector deixou de ser o principal gerador de capital. Em contrapartida, a indústria criou um mercado individual e constituiu-se como um motor da economia.

“Grande parte da expansão industrial do século dezoito não conduziu imediatamente [...] à revolução industrial, isto é, à criação de um “sistema fabril” mecanizado que por sua vez, produz em quantidades tão vastas e a um custo progressivamente tão baixo, que deixa depender da procura existente para criar o seu próprio mercado [...]” (Hobsbawm, 1962:42)

Em busca de melhores condições de vida e trabalho, parte da população deixou o meio agrícola e deslocou-se para o meio urbano dos novos centros industriais, o que permitiu verificar o fenómeno do êxodo rural e observar uma enorme expansão populacional ao longo do território, dando início às grandes cidades industriais. A cidade foi assim uma massa edificada que serviu de mote à Revolução Industrial, e constituiu o palco de todos os acontecimentos inerentes a esta.

A cidade transformou-se numa “fábrica”, numa “máquina” que respondia a um propósito específico e se desenvolvia ao mesmo “ritmo” que a produção - quanto maior a produção maior a necessidade de expansão territorial (Henriques, 2015).

O núcleo urbano industrial teve, segundo Rioux (1982), as deslocações do êxodo rural como sua génese, resultando uma cidade irradiada por diversas vias de circulação que unem o centro com as periferias, ligando cada um destes movimentos. A última modificação que as cidades sofreram nos tempos modernos foi ocasionada por esta complexa série de acontecimentos associados à Revolução



Figura 3- Ambiente numa cidade industrial

“Passa-se, por vezes brutalmente, mas quase sempre através de transições lentas e dificilmente captadas, do velho mundo rural para o das cidades «tentaculares», do trabalho manual para a máquina ferramenta, da oficina ou da manufatura para a fábrica. Camponeses exilam-se para os novos centros industriais, o artífice anda aflito ou desaparece, surgem os profissionais, os promotores, os engenheiros, os técnicos; uma elite burguesa suplanta as pessoas tradicionalmente importantes do campo, um proletariado nasce e combate. Pouco a pouco, todos os domínios da vida são atingidos e transformados: trabalho quotidiano, mentalidades, culturas.” (Rioux,1982:5)

A sequência destes acontecimentos facultou as condições propícias ao aparecimento de uma nova classe social, o proletariado, uma classe emergente que representou um dos principais elementos constituintes de uma nova estrutura social resultante do processo de industrialização.

O número de operários surgiu do desaparecer de antigas profissões (artesãos) que prevaleciam até então como artes únicas. Assistiu-se ao início de um sistema de substituição do trabalho artesanal pelo uso da máquina.

A consequente pobreza instalada na classe operária transformou este motor laboral, ativo e contributivo do desenvolvimento do processo industrial, numa classe dependente da máquina e dos seus lucros:

“As consequências mais graves foram de ordem social: a transição para a nova economia criou miséria e descontentamento, ou seja, os ingredientes para a revolução social. [...] A revolução social eclodiu, sob a forma de sublevações espontâneas dos explorados urbanos e da indústria ... [...] O descontentamento não se circunscrevia aos trabalhadores pobres. Pequenos negociantes inadaptados, pequenos burgueses, sectores particulares da economia, todos eles foram também vítimas da revolução industrial e das suas ramificações. [...] A exploração da mão-de-obra, que mantinha os salários dos trabalhadores a níveis de pura subsistência, permitindo assim que os ricos acumulassem os lucros que financiavam a industrialização, suscitava o antagonismo do proletariado.” (Hobsbawn,1962:50)

A Revolução Industrial produziu uma nova ideologia, assente numa ordem espacial e social com ramificações na arquitetura e urbanismo, e a necessidade de uma resposta a novas tipologias arquitetónicas como consequência, a morfologia urbana foi redesenhada de forma a responder às carências de um grande crescimento demográfico nas cidades, fruto do processo industrializador.



Figura 4 - *Slum* Inglês

DO TRABALHO ARTESANAL À INDÚSTRIA MECANIZADA

A agricultura foi durante longos períodos de tempo, a forma de subsistência da maioria da população europeia, apesar de ter passado por vários períodos de crise. Devido a estes acontecimentos alguns produtores agrícolas começaram a desenvolver em paralelo com a agricultura, outras atividades que lhes garantiam o sustento familiar. A partir dos finais do século XVI inícios do século XVII, a indústria rural começou a desenvolver-se, tornando-se uma alternativa à agricultura, até meados do século XVIII. Estas atividades encontravam-se dispersas geograficamente, o que dificultava o seu crescimento, contudo existia uma maior troca de produtos pois eram vendidos em mercados mais vastos.

As atividades não agrícolas foram inicialmente a solução à instabilidade de rendimentos, mas rapidamente se tornaram num problema, pois as famílias com o desenvolver das diversas atividades viam-se obrigadas a aumentar o núcleo familiar para adquirir mão-de-obra fácil, o que a curto prazo trazia quedas nos lucros gerados através destas atividades.

Esta situação tornou-se um ciclo vicioso, apenas benéfico para os grandes proprietários, que conseguiam diminuir os custos de produção e dispunham de uma grande flexibilidade de mão-de-obra. (Valente, 2012)

Contudo, a dispersão das indústrias dificultava a gestão das vendas, e aumentava os custos de deslocação. Esta situação aliada à falta de controlo, possibilitava ao trabalhador adulterar a qualidade do produto ou até desviar o mesmo em benefício próprio, algo que se refletia na diminuição dos lucros.

Os industriais, para combater esta situação, começaram desta forma a optar por concentrar a mão-de-obra em grandes oficinas em vez de pequenos espaços dispersos. Surgiram os primeiros sinais da industrialização, que se podem considerar como a base do sistema fabril com origens no mundo rural.

Foi no mundo rural que a Revolução Industrial estabeleceu os primeiros alicerces para o seu desenvolvimento, podendo dizer-se que as ferramentas criadas pelos artesãos tornaram possível a transição para uma nova estrutura mecanizada. A revolução foi, assim, um processo complexo de modificações diversas.

A introdução da máquina surgiu como um propósito de aumentar a produção, sendo em Inglaterra que apareceram as primeiras aplicações com o uso do tear mecânico. A aplicação da mecanização abriu portas a novos métodos funcionais que potenciaram o aumento produtivo.

Esta alteração teve efeitos imediatos na forma de trabalhar, no aumento da produção e consequentemente na descida do preço dos produtos, traduzindo-se num processo complexo onde convergiram factores económicos e sociais. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos meios de transporte e o uso do vapor permitiram às indústrias ganharem mais mobilidade fixando-se cada vez mais perto dos núcleos urbanos. (Valente, 2012)

Todas estas alterações afirmaram a força que o trabalho mecanizado assumiu face ao trabalho artesanal, deixando o artesão de conseguir dar respostas ao ritmo da



Figura 5- Indústria Artesanal



Figura 6- Indústria Mecanizada

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A CLASSE OPERÁRIA: a vida quotidiana e a luta contra a opressão

“A cultura política e económica da época é tocada não tanto por aquilo que de novo se constrói, mas pela queda das estruturas tradicionais e teoriza sobretudo a oposição aos vínculos e instituições que impedem a livre expansão das novas iniciativas” (Benevolo, 1987:20)

Com as modificações resultantes da Revolução Industrial foram formuladas novas premissas sociais e laborais. Com a implementação da indústria e com as transformações inerentes a ela, a população aumentou substancialmente, crescendo quase o dobro, o que originou um vasto conjunto de modificações.

Numa sociedade com um propósito de produção, o trabalhador passou a ser um membro dependente da máquina, uma vez que era desta que dependia o seu sustento. À procura de melhores condições de vida e trabalho, a população deixou o mundo agrícola e deslocou-se para os novos centros industriais. A mecanização da agricultura contribuiu também para esta situação. Estas mudanças na distribuição populacional alteraram de forma brusca o equilíbrio entre a cidade e o campo, criando novas tensões que só a longo prazo se poderiam reequilibrar. As pequenas oficinas foram substituídas por grandes fábricas, motivando sistemas produtivos mais eficazes e rentáveis. A inovação tecnológica gerou uma produção mais rápida de determinadas tarefas o que levou a uma procura maior de mão-de-obra mais barata.

Com o aparecimento das fábricas e dos seus estabelecimentos, surgiram nas cidades industriais os denominados bairros operários para albergar a imensa mão-de-obra que naquela época aí afluía. Estes aglomerados eram construídos de forma a receber o máximo de população, contribuindo para que as condições de habitabilidade e higiene fossem desumanas.

A classe trabalhadora, como já foi referido anteriormente, vivia num estado de pobreza, o nível de vida descia cada vez mais, o que gerou um clima de tensão constante. As condições de vida e habitabilidade que os “slums”, bairros operários ingleses, apresentavam e as condições a que os habitantes estavam sujeitos fizeram com que os índices de mortalidade aumentassem de forma muito significativa. A revolução industrial trouxe consigo uma revolução social (Goitia, 2010).

“[...] afluíam aos aglomerados industriais ficavam alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos, ou nas novas construções erigidas na periferia, que depressa se multiplicaram formando bairros novos e extensíssimos em redor dos núcleos primitivos [...] a cidade industrial é um facto novo, [...]. É um facto singular, perturba os hábitos e a capacidade de compreensão dos contemporâneos, mas parece tudo menos fixo e inevitável. Ainda não se encontrou um sistema razoável para controlar os seus processos, mas parece natural que a inventiva do homem e a força das máquinas, tal como originaram esta realidade, possam também mudar-lhe o curso.” (Benevolo, 1987: 34 e 43).

Desta forma, quando se fala na Cidade Industrial referência-se quase sempre o proletariado, que foi o maior prejudicado com os constantes confrontos ideológicos, associadas quase sempre a motivações políticas de reforma social. A falta de condições mínimas de higiene caracterizava toda a cidade, resultando em fortes surtos epidémicos, sentidos particularmente nas zonas ocupadas pelas classes laboriosas. As designadas doenças da habitação, atingiam preferencialmente as classes mais desfavorecidas, que oriundas do meio rural não possuíam defesas em relação às condições de vida na cidade.

As elevadas taxas de mortalidade, constituíam o argumento do discurso dos higienistas, e reformadores sociais, que ao longo do século XIX defenderam o combate à crise da habitação operária. Emergiram assim diversas teorias e ensaios, de caráter prático que refletiam a necessidade premente de ajudar a resolver as preocupações com as condições de vida dos trabalhadores, procurando oferecer-lhes uma vida mais saudável e humana, estas preocupações foram mais visíveis principalmente no âmbito do urbanismo. As primeiras tentativas para corrigir os problemas da cidade industrial dividiram-se em dois casos extremos, sobre os quais Benevolo (1987) afirmou, “[...]ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procuravam resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta as suas conexões e sem uma visão global do novo organismo citadino.”

A paisagem da cidade começou a sofrer transformações relacionadas com a industrialização. Cada vez mais se verificou uma hierarquização social que resultava do contraste entre uma população a viver em extrema pobreza (classe operária) e uma população que aumentava a sua fortuna de forma significativa através da ascensão económica, situação que já se existia no meio rural entre a aristocracia e os camponeses e agora se observava nas cidades entre a burguesia e o proletariado urbano.

Friedrich Engels, teórico alemão, abordou o problema das grandes cidades formulando uma crítica fundada numa investigação sociológica e denunciando a miséria do proletariado urbano nas cidades industriais inglesas. Engels (1845) criticou as grandes cidades industriais e as condições de vida dos homens. Todas as cidades tinham um ou vários bairros problemáticos onde se concentrava a classe operária: *“organizados por toda a parte, com as casas mais feias e de piores condições na área mais feia da cidade. As próprias ruas não eram pavimentadas, eram ruas sujas e a ventilação é quase inexistente”* (Choay, 1979:141).

Os bairros periféricos, onde se encontrava albergada a classe trabalhadora cresceram sem preocupações urbanísticas e apresentavam diversos problemas, nos quais a precariedade das condições de vida eram regra. Em St. Giles (Londres), por exemplo, as habitações concentravam-se numa massa de casas de três ou quatro andares construídas sem planeamento com ruas estreitas e sujas, *“só se vê gente da classe operária”* (Engels, 1845). As casas eram habitadas na totalidade, eram degradadas e construídas de forma muito económica com os materiais mais módicos possíveis. Em Manchester, verificava-se uma clara separação de sociedades. As casas eram velhas, sujas e de reduzidas dimensões, as ruas eram desiguais cheias de desníveis e como já foi referido não eram pavimentadas, existia muita insalubridade.

“Em Londres, 50000 pessoas levantam-se a cada manhã sem saber onde deitarão a cabeça na noite seguinte ...” (Choay, 1979:142).

Não se tratava de uma crise do momento, todas as classes oprimidas eram afetadas e parecia existir apenas um meio de eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. A classe burguesa deste período baseava-se na exploração da classe trabalhadora, como forma de garantir mais lucro e a manter dependente a classe operária.

Os trabalhadores sofriam com a procura de melhores condições de vida, algo que quase nunca alcançavam devido aos salários extremamente baixos e às péssimas condições de trabalho a que estavam sujeitos.

Os operários tinham de se adaptar a novas formas de vida. As fábricas, com o intuito de aumentar a produção e para que o lucro fosse compensador, contratavam grandes quantidades de mão-de-obra, sendo os trabalhadores vigiados constantemente de forma a evitar conflitos. As péssimas condições laborais prejudicavam a saúde dos trabalhadores, que acrescentadas à exaustão, e ao cansaço resultavam na queda de rendimento na produção. A solução encontrada pela burguesia era ter um excedente de mão-de-obra, de forma a que o custo do trabalho assalariado baixasse. Muitos operários submetiam-se a largas jornadas de trabalho de forma a obter um salário que ajudasse no sustento familiar. Mulheres e crianças também estavam sujeitas a estas condições.

Era necessário refletir sobre a situação que era vivida, como forma de pensar e agir sobre as grandes desigualdades e opressões da sociedade contemporânea, e sobre a sua atualidade como instrumentos de apoio à emancipação dos oprimidos e excluídos (Choay, 1979).

A nova economia criou miséria e descontentamento levando assim às primeiras movimentações sociais das classes mais afetadas. Surgem as primeiras associações operárias e primeiras movimentações/greves. A grande indústria moderna fez do operário que se encontrava preso à terra, um proletariado fora da lei, a industrialização agravou as condições de vida da classe trabalhadora. O movimento operário cresceu em simultâneo com o movimento industrial. Surgiram as primeiras tentativas de alterar a estrutura social e económica, de forma a melhorar as condições de vida da população operária. Os baixos salários, a enorme carga horária laboral, a falta de higiene e medidas de segurança nas fábricas, entre outros problemas, foram o motor para o aparecimento das primeiras organizações operárias de defesa dos direitos dos trabalhadores no Reino Unido, primeiro país industrializado.

Inicialmente as lutas dos trabalhadores eram realizadas contra as máquinas, que estes consideravam responsáveis pelas suas precárias condições de vida. Após esta reivindicação, as preocupações seguiam outros rumos, existindo já os primeiros (1830) que defendiam melhores condições de vida para os trabalhadores.

Surgiram vários movimentos como por exemplo o movimento Cartista que lutava e propunha soluções políticas para melhorar as condições sociais. Em paralelo com um outro movimento, o Cooperativista, surgiram soluções urbanísticas utópicas como as preconizadas por Robert Owen ou Charles Fourier, que procuravam criar modelos de uma sociedade baseada na melhoria das condições de trabalho e dos meios de produção. Estes movimentos, ocorrendo um pouco por toda a Europa, procuravam obter conquistas políticas e sociais, de forma a estabelecer uma sociedade pacífica e equilibrada.

Os problemas mais graves relacionados com a Revolução Industrial foram de ordem social. Esta trouxe consigo, para além da modificação da estrutura laboral, a modificação da estrutura social.



Figura 7- Bairro de habitação da classe trabalhadora, Nova Iorque



Figura 8- Família Operária



Figura 9- Bairro Operário

AS CIDADES COMO AGLOMERADOS POPULACIONAIS: Teorias e Ensaios como soluções urbanísticas

O crescente abandono dos campos, evidenciou a forma como a cidade se desenvolveu e governou o mundo rural e as massas que aí residiam. O desenvolvimento das cidades esteve ligado ao crescimento das grandes indústrias sendo o seu auge os meados do século XIX. Assistiu-se à modernização do espaço urbano e à sua transformação.

A cidade, como já foi referido anteriormente, tornou-se o palco de grandes mudanças sociais, consequência do aumento demográfico. A proliferação dos espaços e bairros pobres e degradados atingiu proporções consideráveis. O crescimento da concentração de população no meio urbano foi uma das grandes consequências da Revolução. Nos núcleos urbanos registaram-se enormes crescimentos demográficos; grande parte da população vivia nas cidades e a industrialização desempenhava um papel fundamental na mudança e organização populacional. Para além do crescimento de população, as cidades também cresceram qualitativamente embora as melhorias das condições de vida abrangessem um reduzido número de pessoas.

O papel da cidade cresceu ao ritmo do impulso económico, social e cultural. Foram estes fatores que passaram a definir a cidade num todo, com objetivo de atrair população vinda do campo para o contínuo processo industrial. O poder político tentou camuflar as duras realidades do ambiente das cidades, embora muitos autores como Engels (1845) descrevam a realidade vivida nestes lugares. A nova sociedade industrializada tomou consciência do espaço que habitava e das dificuldades oferecidas pelas cidades. Surgem as primeiras críticas sobre a problemática da habitação.

O crescimento populacional originou uma maior troca de produtos e mercadorias, o que levou a que a burguesia insaciável por obter maiores lucros, e ter custos mais reduzidos com uma produção mais acelerada, desenvolvesse novas alternativas de produção, o que determinou intensas mudanças sociais que se refletiram no crescimento das cidades mais desenvolvidas.

Foi em Inglaterra que se verificaram as primeiras transformações da industrialização, averiguadas principalmente no ramo têxtil. Esta produção sofreu a primeira revolução no campo da produção industrial, através de avanços técnicos e mecânicos significativos ¹. Assim, uma das primeiras manifestações de carácter urbano industrial resultou junto da indústria têxtil, por motivos de necessidade de concentração de oficinas e de fixação próxima da força motriz inicial, das matérias-primas de produção e da mão-de-obra necessária, tirando partido então do uso da máquina a vapor. Este fator resultou na implementação de diversos aglomerados de oficinas por todo o país, longe dos centros urbanos burgueses.

A formação das primeiras fábricas e bairros operários ingleses resultaram na criação dos primórdios das cidades industriais. Nestas evidenciou-se a dificuldade de evolução urbana regrada face à incontornável e acelerada transformação industrial, ao contrário dos bairros periféricos da cidade, que cresciam de forma desorganizada com diferentes problemas sociais. Intensificou-se desta forma a necessidade de reformulação do sistema urbanístico.

¹- As mudanças mais significativas foram a mecanização da indústria (tear mecânico) e da agricultura, a aplicação da força motriz à indústria, o desenvolvimento do sistema fabril, o acelerado desenvolvimento dos transportes e das comunicações e o acréscimo do controle capitalista sobre quase todos os ramos de atividade económica.

As transformações industriais levaram a transformações urbanas, as cidades começaram a ter carências em termos de fornecimento de condições de vida e sobrelotação habitacional. O rápido crescimento dos núcleos urbanos trouxe consigo choques culturais e sérios problemas de planeamento. Era constante o desequilíbrio entre oferta e procura de habitação devido ao aumento populacional, o que levou à preocupação com o planeamento da habitação operária.

Assim, a partir da percepção da necessidade de obter uma resposta para a questão do urbanismo perante a revolução industrial, surgiram algumas teorias e ensaios para esta problemática, salientando-se as utopias sociais.

Sobrevieram as primeiras utopias, permitiam a criação de um espaço físico e cultural, segundo uma organização apresentada, sendo importante a existência de um “modelo”.

Os modelos assentam num sistema de valores e de organização social universal, que atravessam a disposição moral, política, religiosa que permitem ao arquiteto sonhar e ir à procura de novas concepções para o espaço.

Surgiram figuras que apresentaram esses primeiros modelos e tentativas de soluções sociais para os problemas existentes. Começando com Robert Owen (entre outros autores) foram apresentadas soluções para a problemática da cidade industrial e para a questão do alojamento destinado à classe operária. Foram analisados os casos que pareciam mais pertinentes para a dissertação e permitiram fazer um melhor enquadramento do objecto de estudo.

NEW LANARK- ROBERT OWEN ² (1771-1858)

" [...] pela sua própria natureza, destinava-se a ser generalizada, e no ano seguinte, [...] apresentou a sua utopia como remédio universal para o problema contemporâneo da indigência" (Benevolo, 1987:53).

² - Robert Owen foi um importante industrial escocês, que viveu pessoalmente os problemas da Revolução Industrial. Tentou pôr em prática os seus conhecimentos sobre a forma de modificar as condições de vida dos trabalhadores e melhorar as condições laborais e alojamento dos operários nas fábricas. Duas das suas preocupações mais incisivas foram a educação e formação dos trabalhadores e assim também a sua saúde.

Este pretendeu iniciar uma ação reformadora social e laboral centralizada numa visão de expansão periférica e ambiental, introduzindo um novo paradigma de ordem fabril que viria a destacar-se no campo filantrópico, através da instituição de medidas de vida comunitária, que para este eram vistas como a chave para a eliminação das desvantagens surgidas com a economia capitalista.

Owen, na sua descrição de cidade propõe melhorias na estrutura urbana como resolução de problemas do futuro.

Robert Owen criou um modelo ideal, ordenador e criador, onde o homem era uma organização composta por diversas capacidades. Foi o início de uma nova era, um período de mudança. (Choay, 1979)

Owen, como já foi referido anteriormente, iniciou uma ação reformadora social e política, afastada dos malefícios da industrialização através da criação de um plano de aldeamento comunitário, que visava a criação de estabilidade familiar e comportamental dos indivíduos, numa visão de trabalho comunitário e auto-sustentável. Este plano era assim visto como uma unidade de produção rural e manufaturada, isolada do contexto urbano, com um desenho ortogonal onde eram criados vários aldeamentos passíveis de ser ampliados, se se verificasse ser necessário.

O modelo era constituído por áreas de alojamento, edifícios de carácter social, político e laboral.

Este era composto, em planta, por um conjunto de quadrados formados por edifícios, recebendo cada um, aproximadamente 1200 pessoas.

O edifício central albergava uma cozinha pública, refeitório e tudo o que estivesse relacionado com a alimentação. À sua esquerda situava-se outro edifício onde se encontravam uma escola para crianças e uma sala para comités no piso térreo e uma biblioteca e sala de reunião no piso superior. À direita encontrava-se um edifício com um jardim-de-infância no piso térreo e uma sala de conferências e um lugar de culto no piso superior. Os espaços livres no interior dos quadrados eram destinados ao exercício e aos lazeres.

Em três lados do quadrado eram constituídas residências destinadas a casais. Cada casa era composta por quatro habitações, que recebia uma família constituída por um homem, uma mulher e dois filhos. O quarto lado era composto por um dormitório para as crianças que excediam os dois admitidos por família ou para crianças com mais de três anos. No centro deste lado ficam os apartamentos dos vigilantes, e nas extremidades ficavam a enfermaria e a hospedaria dos visitantes. No exterior dos quadrados em redor das casas ficam jardins cercados por estradas. Atrás destes situam-se, de um lado, as atividades mecânicas e industriais e do outro lado, locais destinados à lavagem de roupa. A uma distância maior situam-se as instalações agrícolas (Choay, 1979:63 e 64).

"[...] parece importante precisamente porque entrevê pela primeira vez os problemas organizativos impostos pelo progresso mecânico, e assinala o início da nova linha de pensamento da qual advirá, pouco a pouco, a experiência urbanística moderna" (Benevolo, 1987:59)

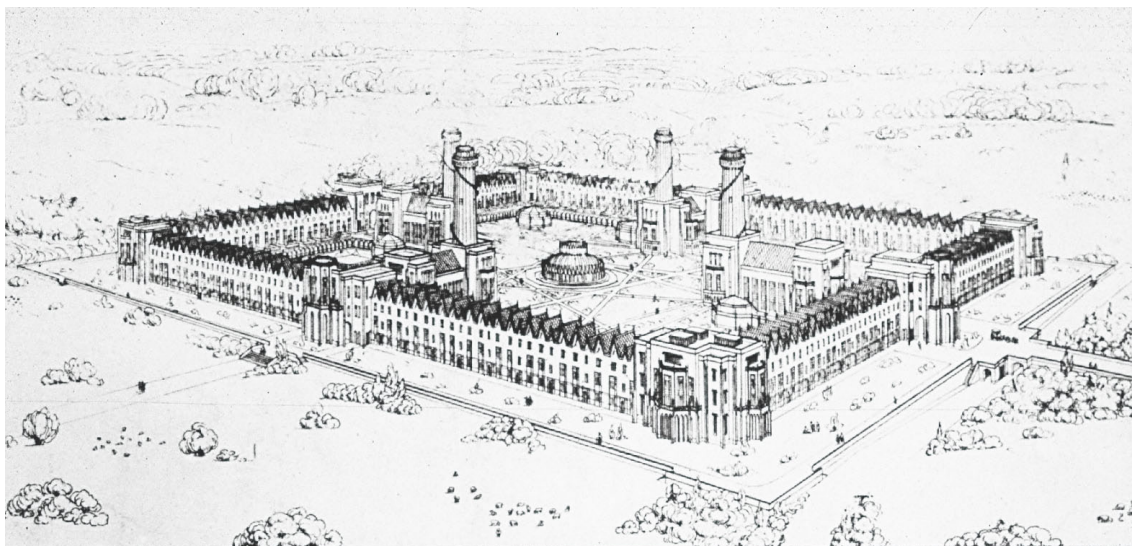


Figura 10- Ilustração da Utopia de Robert Owen

FALANSTÉRIO- CHARLES FOURIER ³ (1772-1837)

³- Charles Fourier uma das figuras marcantes da utopia social e urbana da época foi um socialista francês da segunda metade do século XIX, e um dos fundadores do movimento cooperativista, centrando as suas teorias num sistema de conjugação entre os campos político e filosófico.

Fourier criticou a industrialização nas suas recensões, através de sátiras. Propôs a criação de um modelo cuja fundamentação se baseava nos conceitos de produção e consumo. Este era denominado Falanstério e foi pensado de forma a ser auto-suficiente, onde a cooperação era princípio fundamental, ou seja, deveria existir uma harmonia entre as pessoas. A civilização devia ser caracterizada pela propriedade individual onde a desordem da cidade era trocada pelo desenho de uma ordem organizada. A cidade era construída de acordo com um regime que garantia beleza e salubridade e onde a questão da harmonia estava sempre presente.

A sua principal preocupação estava relacionada com o facto de encontrar uma resposta para o problema de "o homem não está alojado" (Choay, 1979:78) numa atmosfera precária vivida na cidade industrial. Assim a sua visão utópica resultou num dispositivo edificado unitário dirigido a uma nova sociedade civilizada.. A comunidade que habitava este tipo de modelo funcionava como uma sociedade.

" [...]. Trata-se de construir o palácio onde o HOMEM deve morar" (Choay, 1979:79)

"O edifício destinado à Falange não tem qualquer semelhança com as nossas construções, da cidade e do campo [...]. Os alojamentos, as plantações e os estábulos de uma sociedade que funciona com base em séries de grupos devem diferir prodigiosamente das nossas aldeias ou subúrbios ocupados por famílias que não têm qualquer relação societária e agem contrariamente; em lugar deste caos de casitas dos nossos povoados, que rivalizam entre si em sujidade e diversidade, numa Falange instala-se um edifício regular, tanto quanto o terreno permita [...]." (Benevolo, 1987: 68)

O Falanstério era uma estrutura edificada unitária que reunia alojamentos e serviços disponíveis para os habitantes, num ambiente entre o mundo agrícola e industrial. Este devia estar afastado do ambiente urbano, que carecia de organização e surgir no mundo rural como um conjunto de núcleos autónomos, onde a agricultura tinha um papel fundamental embora o fator industrial estivesse presente. O mundo industrial reunia-se de forma harmoniosa com a vida agrícola.

O modelo de Fourier possibilitava a multiplicação do Falanstério através da qual se poderia criar um sistema de ligação entre os vários edifícios, contribuindo para a formalização da então nova sociedade.

O complexo edificado era de desenho ortogonal contendo uma ala central e duas laterais, organizando três pátios que se prolongavam horizontalmente e eram articulados por percursos fechados sob a forma de galeria. Este conceito permitia assim a livre circulação por toda a estrutura e marcava uma relação de atravessamento entre os três pátios. Pela primeira vez se introduziu o conceito de ruas-galerias.

O núcleo central do Falanstério destinava-se a receber as funções públicas, as salas de jantar, da bolsa entre outras. Aqui também se encontravam instalados o templo, e o telégrafo.

Uma das alas laterais continha todas as oficinas e atividades ruidosas e a outra ala continha todos os espaços ligados as atividades relacionadas com as pessoas estranhas ao Falanstério.

Este, para além dos apartamentos, possuía muitas salas de reuniões públicas. A falange devia ser atravessada a distâncias regulares por passagens de viaturas. Para economizar em material, o edifício cresceu em altura ficando com pelo menos três pisos mais um sótão. O Falanstério é uma verdadeira pequena cidade, mas que não possuía ruas exteriores e descobertas. (Benevolo,1987:68 a 70)

"Para não conferir ao Palácio uma frente demasiado extensa [...], convirá duplicar os corpos das alas e do centro, e deixar no intervalo entre os corpos paralelos contíguos [...], o que formará três pátios alongados e atravessados [...] sobre colunas ao nível do primeiro piso, fechados com vidraças e aquecidos ou ventilados segundo o costume da Harmonia [...]. O Palácio deve ser atravessado a distâncias regulares, como a galeria do Louvre, por passagens para viaturas, conservando ou interrompendo o nivelamento." (Benevolo, 1987:68)

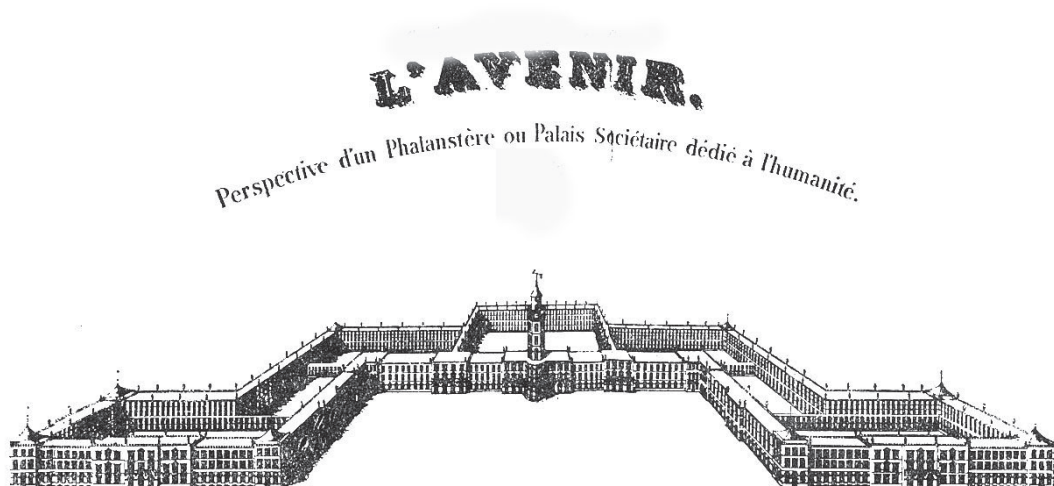


Figura 11- Ilustração de Falanstério de Charles Fourier

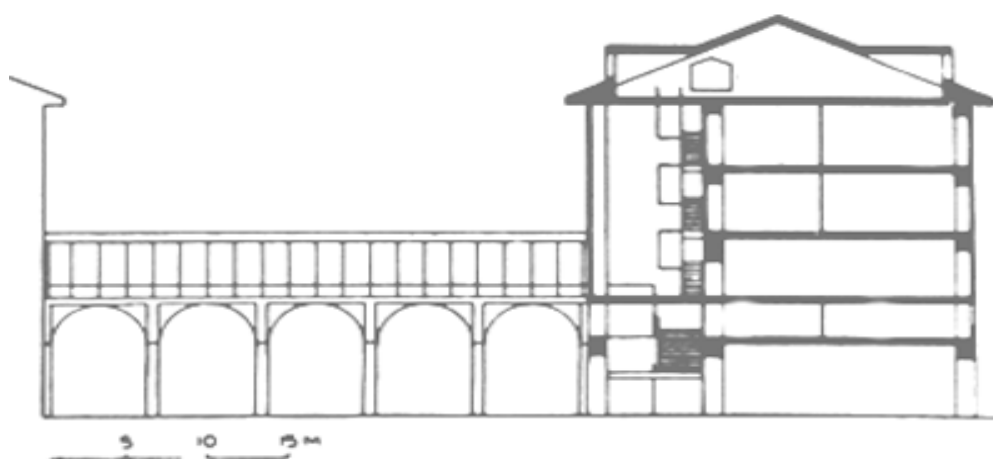


Figura 12- Corte esquemático do Falanstério

FAMILISTÉRIO- JEAN-BAPTISTE GODIN ⁴ (1819-1888)

“Essa facilidade de relações contribui para fazer do palácio social a habitação mais própria para elevar o nível moral e intelectual da população, porque há, para a criança, uma escola perto de sua casa, e porque as comodidades da vida no palácio, tirando do trabalhador e acréscimo de dificuldades da vida no palácio, tirando do trabalhador o acréscimo de dificuldades que a moradia isolada comporta, deixam-lhe mais tempo de lazer para iniciar-se nos feitos do progresso e nos da vida social [...] É preciso, no palácio social, tirar do operário os motivos que o levariam a afastar-se de sua morada: sua casa precisa ser um lugar de tranquilidade, atrativos e repouso; essa casa precisa ser o apartamento habitável, livre de todas as coisas incômodas, aborrecedoras” (Choay, 1979:106)

⁴- O modelo utópico de Fourier influenciou várias personalidades. Das quais se salienta Jean-Baptiste Godin que foi um industrial, filantropo e reformador social francês, que inspirado no Falanstério de Fourier propôs uma nova tentativa de aplicação das convicções socialistas modernas utópicas. Assumindo-se como arquiteto, criou um modelo arquitetônico de estrutura unitária que conseguia resolver os problemas do alojamento operário, através de um programa de reforma social, o Familistério. Este modelo surgiu um pouco à imagem do que tinha sido proposto por Charles Fourier embora numa escala mais reduzida. Este foi construído em 1877. Ao seu modelo eram atribuídas duas inovações: o carácter não agrícola, mas sim industrial e a renúncia à habitação coletiva - cada família tinha a sua própria habitação, a sua autonomia, assegurando serviços comuns e facilitando as suas relações. Godin foi o primeiro a experimentar a relação da expressão arquitetónica com a ligação desta com as frentes reguladoras de uma sociedade equilibrada e de uma vida comunitária. Jean-Baptiste Godin seguiu as pisadas de Fourier e as suas premissas sobre a retribuição do lucro e do trabalho comunitário. Este implementou também a imagem do autor anterior, respeitante a um sistema educacional que fornecia formação aos jovens desde da formação pré-escolar até ao nível superior. (Choay, 1979)

Este modelo consistiu numa redução do modelo anterior, sendo igualmente composto por três blocos fechados (paralelepípedos) mas os pátios, de tamanho modesto eram cobertos por vidros. Estes desempenhavam o papel das “rues interieures” (ruas interiores).

A área que o envolvia era ocupada por edifícios onde se encontravam equipamentos e serviços complementares ao programa industrial pensado por Godin. Na frente do Familistério encontrava-se um conjunto de quintas, hortas e estábulos.

“O primeiro bloco foi começado em 1859, o bloco central em 1862 e o terceiro em 1877; entretanto, foram criados os serviços gerais (1860), a creche e o jardim-escola (1862), as escolas, o teatro (1869), os banhos e a lavandaria (1870)” (Benevolo, 1987:72).

Assim, do lado direito do primeiro bloco construído, Godin destinou a área para utilização de lavandaria e piscina, em funcionamento através do fornecimento de energia e água, provenientes da unidade industrial implantada próxima da mesma, também ela área fabril destinada a proporcionar trabalho aos operários de cada um dos blocos. Cada bloco edificado tinha uma altura de quatro pisos dividido por apartamentos. Cada apartamento era organizado a partir de um vestíbulo que direcionava a entrada para dois apartamentos. No seu interior, contemplavam-se duas grandes áreas, adjacentes entre si. A seguir ao vestíbulo encontravam-se os espaços de serviços de apoio à higiene e arrumação. Em relação às habitações, estas variavam a sua dimensão consoante o número de residentes.

Quanto aos pátios, os planos de cobertura envidraçada que fechavam cada um dos edifícios no átrio central, tinham uma elegante estrutura em madeira, com uma entrada de luz zenital que iluminava todo o interior. O tema da luz neste complexo era também evidenciado pelos vãos existentes em cada habitação, permitindo a ventilação necessária a estes espaços. O piso inferior destinava-se à presença de um espaço de arquivo.

“No palácio social, a luz deve penetrar por toda parte abundantemente: nada de salas escuras, nada de lugares obscuros; a claridade e o espaço são as primeiras condições da limpeza e da higiene. Por isso tudo é amplamente iluminado no familistério, como tudo é amplamente provido de ar e de água. (Choay, 1979:106)

O pátio interior destacava -se como um espaço de convívio e realização de eventos sociais do complexo, onde as varandas do piso superior permitiam a existência de contacto visual com todo o restante espaço. Esta característica permitia o efeito de permeabilidade visual para o átrio central, induzindo o conceito de vizinhança e comunidade.

“O espaço dedicado ao público, a grandiosidade dos pátios, os jardins e os passeios, tudo concorre para dar, em toda a parte, livre acesso ao ar e à luz. No que é de uso comum, é preciso evitar principalmente que falte espaço para a liberdade de movimentos de cada indivíduo; nesse especto, será preciso lutar contra a tendência à parcimônia, desde a origem das construções sociais.” (Choay, 1979:106)

Todos os desenhos de Jean-Baptiste Godin para o Familistério demonstravam uma hierarquia e organização espacial que apelava a um pensamento inovador e racional. Destacou-se, desta forma, a obra do autor como um progresso para a visão utópica socialista de uma comunidade harmónica e livre.



Figura 13- Familistério de Godin



Figura 14- Familistério de Godin

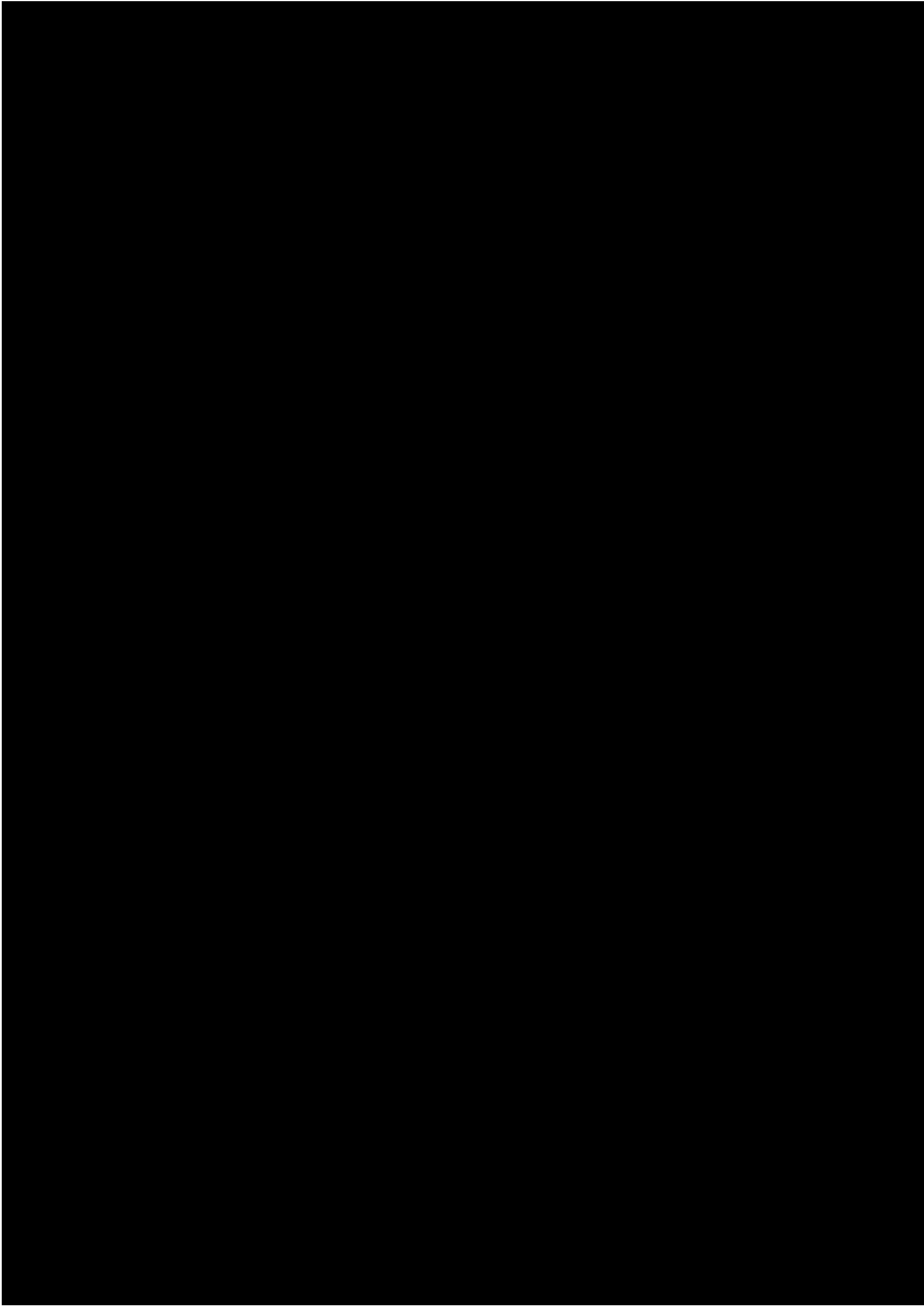




Figura 15- Operários da Fábrica E.C.L.

2.A INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL

A INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL

Em Portugal, a industrialização foi um processo lento. Nas décadas que precederam a primeira guerra mundial assistiu-se a um crescimento da indústria e a transformações estruturais sem precedentes nas economias mais atrasadas da periferia europeia. (Reis, 1987)

O desenvolvimento industrial português não ocorreu de forma convencional, pois não existia um crescimento industrial de grande escala que fizesse da indústria a principal atividade económica do país. A economia portuguesa dependia essencialmente da exploração comercial do império colonial.

Nos finais do século XIX, em Portugal verificou-se a primeira tentativa de modernização de forma a ir ao encontro à industrialização que ocorria na Europa, originando fortes densidades demográficas nas grandes cidades como Lisboa e Porto. A população aumentou e modificou a sua composição, a burguesia desenvolveu-se e diversificou-se em extratos diferenciados, a classe operária começou a reclamar o seu lugar no tecido social.

“...revolução industrial portuguesa, temos de entendê-la como um longo, muito longo e sinuoso processo, cujas fases finais acabam de decorrer ou decorrem ainda, realizado num contexto crónico de dependências externas (...) e perante conjunturas político-económicas quase sempre desfavoráveis...” (Oliveira, 1973 :681)

Embora a indústria tenha sido o sector mais dinâmico, com um crescimento bastante superior ao do sector agrícola e comparativamente mais elevado face ao que se verificava então em países mais industrializados como Inglaterra ou França, no caso de Portugal, o ritmo de crescimento industrial não foi suficientemente rápido e regular para colmatar o atraso inicial. A agricultura manteve-se como a principal atividade económica do país. Em 1850, 75% da população ativa trabalhava no sector primário, 10% no secundário e 17% no terciário.

A segunda metade do século XIX foi um período crucial para o desenvolvimento de Portugal. Em 1851, o movimento regenerador abriu mais um novo ciclo na história de Portugal com a expansão do capitalismo, a tentativa de atenuar os conflitos sociais e o esforço de desenvolvimento económico e modernização do país.

Os governos regeneradores forneceram condições essenciais para a expansão da produção, em particular com a construção de estradas e caminhos-de-ferro e infraestruturas para o desenvolvimento do mercado interno. Foi neste período também que foram introduzidas pela primeira vez na indústria as primeiras máquinas a vapor, existindo um total de setenta máquinas por todo o país. (Teixeira, 1992:65). Verificou-se ainda um rápido crescimento populacional e urbano, em paralelo com a densificação da concentração urbana.

Entre 1864 e 1900 a população portuguesa cresceu 29% e a população urbana aumentou 75%. Esta situação repercutiu-se no crescimento económico, e foi também um fator positivo para todos os setores de atividade.



Figura 16- Concentração de trabalhadores em Lisboa em 1910

Nessa época, cerca de 5 400 000 pessoas habitavam o território português sendo que as maiores concentrações populacionais se situavam no litoral centro e norte. O moderado crescimento urbano acentuava a ruralidade em todo o território; a agricultura ocupava cerca de 65% da população. (Serra,1997)

Mas a distribuição da rede urbana era bastante assimétrica sendo Lisboa e Porto os principais centros urbanos. Em 1890, um terço da população destes centros urbanos, eram pessoas de origem rural que se tinham deslocado para trabalhar nas indústrias em desenvolvimento nestas cidades.

Nas últimas décadas do século XIX, o desenvolvimento industrial correspondeu a transformações tecnológicas e a mudanças estruturais do setor. Foi um tempo marcado por acontecimentos políticos e sociais de grande impacto na estrutura da sociedade portuguesa.

Em 1891 a indústria representava cerca de 25% do rendimento nacional e a agricultura 75%, notando-se uma incidência muito acentuada neste setor, que se foi verificando ainda por largas décadas seguintes.

As condições de vida dos trabalhadores deterioraram-se nas últimas décadas, com maior incidência em 1880 e nos anos seguintes, o que correspondeu numa concentração de capital no patronato da indústria, reflexo dos reduzidos salários pagos aos trabalhadores.

Verificaram-se aumentos nos preços dos produtos, que tiveram um reflexo muito acentuado no decréscimo do poder de compra. No final do século XIX, uma família operária portuguesa gastava cerca de quatro quintos do seu salário em alimentação e o que restava era para a renda da casa e outras despesas de carácter geral. Como na restante Europa, a maioria da população portuguesa pertencia às classes populares, cujas condições de vida não eram as melhores. Para sobreviver, os trabalhadores sujeitavam-se às atividades duras e mal pagas estando expostos a acidentes de trabalho e ao consequente despedimento. As precárias condições de trabalho e os baixos salários não permitiam às populações condições mínimas de vida e de conforto.

O resultado desta situação foi o aparecimento de alojamentos muito pobres, exíguos e insalubres, nos quais viviam a maior parte das classes trabalhadoras que se tinham deslocado para a cidade.

Desta forma, a industrialização na segunda metade do século XIX incrementou substancialmente a procura de habitação de baixo custo nas principais cidades. Após a rápida sobreocupação dos edifícios existentes, tornou-se necessário construir novas habitações para receber a população que todos os dias afluía às cidades. O período compreendido entre 1880 e 1940 correspondeu em Portugal, como no resto da Europa, à crise habitacional nas cidades, e à elaboração de estratégias para resolver o problema da habitação das famílias de baixos recursos económicos.

Durante muito tempo, a instalação de unidades fabris nos centros urbanos, esteve afastada das preocupações do desenho urbano da cidade. Em Portugal, só na segunda metade do século XIX, surgiu a preocupação com o urbanismo através da criação dos Planos Gerais de Melhoramento (1865), segundo a lógica de remodelação e renovação de Fontes Pereira de Mello cujas preocupações se prendiam fundamentalmente com a regularização das vias de comunicação e com a higiene. Devido à necessidade de instalar os operários que todos os dias chegavam à cidade, as câmaras do Porto e Lisboa, ainda reticentes, começaram a planificar e construir os primeiros bairros operários.

Só em 1934, com Duarte Pacheco no cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações (1932-1936), o urbanismo se institucionaliza, sendo atribuído às câmaras municipais o papel de responsável pela elaboração dos Planos de Urbanização. (Folgado, 2005)



Figura 17- Operárias numa fábrica de cortiça

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL: da Primeira República ao Estado Novo

“As primeiras tentativas de intervenção pública na questão da habitação em Portugal ocorreram no período da primeira república, período da ditadura militar, sendo consequência da preocupação com a salubridade e com a saúde pública. Antes destes períodos poucos industriais se preocupavam com a habitação para os seus operários. Quando a classe média assumiu alguma importância junto do governo começaram as primeiras intervenções públicas na questão da habitação” (Silva, 1994).

O tema da habitação é um assunto global. A questão sobre o facto de as classes mais pobres não terem acesso a uma habitação adequada continua a ser uma questão atual.

Segundo a Constituição Portuguesa:

“Todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto e que preserve a sua intimidade pessoal e a privacidade familiar” (Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa)

O acesso à habitação considera-se assim um bem de primeira necessidade indispensável à sobrevivência do ser humano.

Analisando o caso português, é necessário referir que antes de se deslocarem para a cidade, parte dos trabalhadores viviam em habitações rurais com condições muito precárias.

Nos últimos anos do século XIX, a questão do alojamento das classes trabalhadoras e o encontro de soluções para resolver os problemas ligados a esta, foi objecto de grande debate. Em 1881, o Inquérito Industrial chamou a atenção para as más condições das habitações ocupadas pela classe operária, essencialmente nos principais centros industriais do país.

O crescente afluxo de população a estes centros, devido ao surto industrial, provocou uma série de carências nas condições de habitação e de acordo com Ricardo Jorge ⁵ a situação miserável destes locais não afetava apenas a saúde das famílias que ali se albergavam, era um perigo constante toda a população. A questão da casa económica e salubre tornou-se assim, em poucas décadas, um tema da atualidade nacional. (Pereira, 1994)

Nas décadas de 30 e 40, os tipos de alojamento a que as classes mais pobres tinham acesso apresentavam condições precárias de habitação, construídas maioritariamente por entidades privadas, aliavam-se ao baixo custo de construção, que representava sinónimo de qualidade muito deficiente.

As preocupações políticas do Estado Novo ⁶ e as casas construídas pelo setor público tinham um carácter exemplar: casas maiores e de melhor qualidade, eram construídas como forma de propaganda do regime, sendo os principais beneficiários uma espécie de aristocracia operária ou as classes médias. O primeiro bairro operário pertencia à Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e data de 1873.

A construção de habitação pelo Estado aumentou substancialmente a partir dos anos 40, mas sem conseguir acompanhar as carências das populações instaladas nas grandes cidades. A lógica na habitação permaneceu a mesma, tendo como consequência, o desenvolvimento dos bairros de barracas nas décadas de 40 e 50 e dos bairros clandestinos à volta das principais cidades nos anos 60 e 70 (Teixeira, 1992)

⁵ - Ricardo Jorge foi um médico, investigador e higienista, professor de Medicina e introdutor em Portugal das modernas técnicas e conceitos de saúde pública. Exerceu diversos cargos na administração da saúde.

⁶ - O Estado Novo (1933-1974) foi um regime autoritário, conservador, nacionalista, corporativista de Estado de inspiração fascista, parcialmente católica e tradicionalista, que vigorou em Portugal sob a Segunda República. Este regime foi o primeiro a criar uma verdadeira política de habitação social.



Figura 18- Bairro da Ajuda da Boa-Hora-1934



Figura 19- Bairro do Arco do Cego 1935

ESTRATÉGIAS DE HABITAÇÃO ENTRE 1910 E 1933

Porto e Lisboa eram os grandes centros industriais do país. Nestes, os problemas de habitação eram os mais graves, fazendo com que tivessem um papel importante na discussão das estratégias de habitação. Foi nestes centros que foram construídas as primeiras casas feitas por industriais, ocorrendo a primeira intervenção do Estado relativamente a habitação nestas duas cidades.

Até final do século XIX, a construção de habitação de baixo custo foi realizada essencialmente por entidades privadas, surgindo uma série de iniciativas de empreendimento para as duas metrópoles; quer no Porto quer em Lisboa existiam distinções subtis entre as várias formas de habitação, cada uma com o seu estatuto social próprio.

Em Lisboa, a experiência de viver num “Pátio”, numa “Vila” ou num “Prédio”, era completamente diferente, revelando-se estas três tipologias ordenadas qualitativamente face às condições de vida oferecida. No Porto viver numa “Ilha”, a única tipologia existente, era sinónimo de pobreza.

A habitação tornou-se uma questão política no final do século XIX, quando as taxas de alta mortalidade, e uma série de epidemias forçaram as autoridades a reconhecer os problemas habitacionais existentes nas cidades, e sua relação com a saúde pública.

Tomando consciência da necessidade de controlar as atividades privadas, as primeiras propostas legislativas foram apresentadas no início da década de 1880. A maior parte destas, eram incentivos ao setor privado, sendo bastante detalhadas no que diz respeito ao tipo de habitação que devia ser construída e ao desenho dos bairros e habitações (a casa individual devia ter um piso com um jardim independente à frente e um quintal atrás).

Neste primeiro momento, foi a classe industrial portuguesa que se preocupou com as questões sociais. Antes da I República apenas um número restrito de industriais se preocupava com a habitação dos seus operários.

Foi publicada uma legislação que regulamentava a construção de novas habitações e incluía o Regulamento Geral de Saúde (1901) e o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (1903) que definiam as condições sanitárias e ambientais a que os novos edifícios deveriam obedecer. Todas as novas construções tinham de ter uma licença baseada no parecer das autoridades sanitárias.

Até ao final do século, as Câmaras Municipais consideraram que a construção de habitação de baixo custo era preocupação do setor privado, ao qual deviam ser dados incentivos para a construções de habitações destinadas à classe trabalhadora.

No início do século XX, a maior parte das famílias operárias ainda estavam alojadas em habitações de má qualidade (Teixeira, 1992).

Os movimentos operários surgiram em Portugal na década de 40 (do século XIX), mas só em 1870, o movimento sindicalista começou a ganhar força, sendo em 1875, uma força política importante no país. As greves por melhores salários e pela redução das horas de trabalho tornaram-se comuns.

O recente regime republicano, confrontado com estes movimentos, cada vez mais frequentes, viu-se obrigado a olhar para a situação das classes operárias, passando assim a questão da habitação a ser uma questão política relevante. Deste modo, em 1910, surgiu a Lei do Inquilinato que congelou as rendas e deu segurança aos inquilinos impedindo os despejos. Nessa mesma década, a Câmara Municipal do Porto teve uma ação pioneira em Portugal ao construir pela primeira vez habitação municipal (promoção da construção de quatro bairros destinados a receber a classe operária). Esta iniciativa concretizou-se através da construção de quatro bairros, que tinham conjuntos de quatro habitações agrupadas, de um ou dois pisos cada uma com um pequeno jardim privado. São exemplo o Bairro de Santo Estevão e o Viterbo de Campos.

Contrariamente ao Porto, Lisboa mostrou-se indiferente aos problemas da habitação, entre 1910 e 1926, apesar das más condições de muitas habitações operárias. A câmara não construiu qualquer habitação neste período. Existiu uma maior atividade dos construtores privados e uma maior diversidade de oferta de habitação, ainda que muitas delas estivessem fora do alcance das famílias mais carenciadas.

No Decreto-lei nº 4137 de abril de 1918, o governo afirmou a vontade de fazer um esforço para erradicar os bairros insalubres das cidades, através da construção de casas económicas para os setores mais pobres da população. Às câmaras competiu a urbanização dos terrenos, o financiamento e construção de infraestruturas e serviços, a construção das ruas, o estabelecimento de sistemas de saneamento e instalação de redes de águas entre outros.

Apesar dos vários incentivos, as entidades privadas consideraram mais lucrativo construir especulativamente, sem limitações de renda não se sujeitando as especificações impostas pela lei.

Ao abrigo da lei, foram construídos em Lisboa, o Bairro do Arco do Cego e o Bairro da Ajuda, ambos incluíam soluções de habitação coletiva.

Em 1928, já no período da ditadura militar, o governo retomou a ideia das casas económicas (decreto-lei nº 16055 de outubro de 1928) que a I República em 1918 estabelecera, contudo não se verificou um acréscimo de novos fogos nem um decréscimo do custo final das habitações.

A I República lançou as primeiras iniciativas de habitação social, os bairros sociais. Contudo esta intervenção estatal na promoção direta da habitação social foi um fracasso durante a primeira fase republicana.

Entre 1920 e 1930 a população em Portugal aumentou consideravelmente, período coincidente com o golpe militar de 1926 e a instauração do Estado Novo em 1933 e período de aparecimento de novas políticas de habitação.

O novo regime voltou a atribuir aos senhorios alguns privilégios perdidos. Uma das primeiras iniciativas do Estado no campo da habitação foi permitir a atualização das rendas das casas (1928). Surgiram também decretos-lei, como os Decretos nº 16055 e nº 16085, de outubro de 1928 que estimulavam a iniciativa privada para a construção de habitação de baixo custo.

A política habitacional do Estado Novo foi fundamentalmente dirigida às classes médias, a sua principal base de apoio, ainda que no discurso oficial se procurasse dirigir às classes trabalhadoras.

Em 1933, o Estado definiu de novo o programa das casas económicas onde esclareceu certos parâmetros fundamentais da intervenção estatal, na promoção da habitação social com vista à solução do problema da habitação das classes trabalhadoras. Os bairros de casas económicas eram compostos por habitações unifamiliares, de um ou dois pisos, independentes ou geminadas, cada um com o seu próprio jardim. Estes bairros eram construídos diretamente pelo Estado e destinados a funcionários públicos ou trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais apoiados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de 25 anos, sendo que no final deste período esta passava a ser propriedade da família, “...cada família portuguesa a proprietária da sua própria casa...” (Teixeira, 1992:80).

O Estado assumiu um protagonismo na questão da habitação e da urbanização criando as soluções necessárias para esta solução. Esta foi uma solução encontrada pelo governo para evitar as concentrações de trabalhadores em blocos de habitação coletiva e bairros de lata. As casas construídas pelo Estado-Novo eram baseadas nos supostos valores e modos de vida tradicionais portugueses. Elas representariam um modelo de viver rural transportado para a cidade. A promoção da casa própria tornou-se a política oficial do governo. A família e a posse de propriedade tornaram-se temas básicos do discurso do regime.

O estado controlava todo o processo de construção das casas económicas, incluindo a aquisição de terrenos, o financiamento, a construção, a distribuição das casas e a gestão dos bairros. Existia a motivação para a construção de habitação social.

Para além das habitações, alguns bairros incluíam alguns equipamentos: escolas, lojas, posto médico. A maior parte dos bairros localizavam-se nas periferias da cidade. Nestes núcleos habitacionais existiam duas classes de casas (A e B) dependendo da área e qualidade de acabamentos e dentro de cada classe existiam 3 tipos de habitações. Em 1943 surgiram mais duas classes (C e D), habitações maiores e de melhores acabamentos e claramente destinadas às classes médias. A atribuição das casas era feita consoante a dimensão e o rendimento familiares.⁷ Nos anos 30, a discussão sobre a forma e localização da habitação social, tornou-se uma questão política e ideológica. Algumas questões foram levantadas causando alguns conflitos nos anos seguintes. O financiamento para as habitações construídas pelos municípios era canalizado através do Ministério das Obras Públicas, obedecendo a diretivas governamentais sobre a forma e localização dos bairros camarários. A casa tradicional ou a Casa Portuguesa, como a descreve Raúl Lino na sua obra “Casas Portuguesas. Alguns aspectos sobre o arquiteturar das casas simples”, favorecida pelo regime havia triunfado sobre as propostas modernas. (Teixeira, 1992).

O período da ditadura militar correspondeu a um exemplo de baixa intervenção do Estado na promoção de habitação social e na promoção de solos urbanos enquanto as décadas de 30 e 40 foram uma conjuntura de forte intervenção estatal.



Figura 20- Bairro da Ajuda da Boa-Hora 2005

Classe segundo o salário	1º Tipo	2º Tipo	3º Tipo
Inferior a 20 escudos por dia	Pagamento Mensal de 80 escudos Casa com 4 divisões Família sem filhos	Pagamento Mensal de 90 escudos Casa com 5 divisões Família com filhos do mesmo sexo	Pagamento Mensal de 90 escudos Casa com 5 divisões Família com filhos do mesmo sexo
Entre 20 e 15 escudos por dia	Pagamento Mensal de 160 escudos Casa com 6 divisões Família sem filhos	Pagamento Mensal de 180 escudos Casa com 7 divisões Família com filhos do mesmo sexo	Pagamento Mensal de 200 escudos Casa com 8 divisões Família com filhos do mesmo sexo

⁷-(Tabela elaborada segundo tese "Habitação social em Portugal; Breve Historia e alguns problemas" de 1988 de Maria Júlia Ferreira- Biblioteca Nacional)

EXEMPLOS DE NÚCLEOS HABITACIONAIS PARA A CLASSE OPERÁRIA

As “Ilhas” do Porto

O crescimento contínuo da atividade industrial na segunda metade de século XIX (meados de oitocentos), provocou um deslocamento da população do campo para a cidade, e do centro urbano para as periferias.

Em Portugal, a habitação vinculada à indústria ganhou forma junto da classe trabalhadora, fruto do desenvolvimento industrial, que provocou um enorme aumento populacional, o que levou a que a burguesia (pequena e média) começasse a encontrar soluções para albergar os novos trabalhadores. Esta “descobriu” a possibilidade de utilizar o quintal da própria casa para construir pequenas casas, de forma albergar as famílias operárias.

Na cidade do Porto apareceram duas formas de alojamento destinado à classe trabalhadora: a sobreposição de edifícios antigos e a construção de novas habitações denominadas posteriormente como “Ilhas” (1850). Estas eram comumente conhecidas na cidade como habitação operária edificada no interior dos lotes estreitos e compridos.

As “Ilhas” consistiam em filas de pequenas casas em banda de um ou dois pisos, que permitiam o máximo aproveitamento do solo, geralmente com áreas que não excediam os 16m². Estas eram construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. A maior parte destes conjuntos habitacionais não tinham abastecimento de água, e os sanitários eram comuns a todos os habitantes. O acesso às “Ilhas” era aberto sob a casa implantada na periferia do quarteirão, levando a um corredor mais ou menos estreito ladeado de pequenas habitações, de um só lado ou dos dois, conforme a largura do lote e terminando num muro que limitava o terreno. (Costa, 2004).

As “Ilhas” não tinham relação formal com os anteriores tipos de habitação. Estas eram uma forma de habitação específica, desenvolvida para satisfazer a procura de habitação económica por parte das classes trabalhadoras.

A maior parte das “Ilhas” localizava-se em zonas da cidade construídas nas primeiras décadas deste século áreas que quando começaram a ser ocupadas já se encontravam num avançado estado de decadência, eram principalmente focos de doença. As maiores concentrações das “Ilhas” encontravam-se na proximidade das zonas industriais.

Este tipo de construção era a resposta mais imediata à procura de habitação de baixo custo.

O próprio nome “Ilha” indicava segregação dos moradores em pequenas unidades isoladas.

As casas construídas nestes locais representavam 65% da construção do Porto (entre 1864 e 1900) e eram construídas e ocupadas pelos estratos sociais mais baixos, pessoas com recursos muito limitados.

A principal razão da sua construção era de natureza económica, estava relacionada com os baixos salários dos operários e com as características dos grupos sociais envolvidos na construção deste tipo de habitação (Teixeira, 1992).

Esta tipologia invadiu todo o anel de crescimento da cidade no século XIX. Estatísticas da época contabilizaram mais de 50% da população do Porto a viver nas “Ilhas”. Nelas se situavam as associações operárias, sindicalistas, socialistas ou anarquistas.

Muitas “Ilhas” acabaram, sobretudo, quando a indústria se desenvolveu e avançou para os terrenos livres da periferia. Os bairros municipais vieram substituir estes núcleos habitacionais, albergando mesmo os ex-residentes das “Ilhas”.

“A imagem das ilhas [...] é qualquer coisa que a população repudia.” (Costa, 2004: 12)

A tipologia das ilhas permaneceu durante muito tempo inalterada continuando a ser construída ainda nas primeiras décadas deste século, mantendo-se sempre claramente distinta das formas de habitação da classe média. As “Ilhas” foram a primeira habitação operária a ganhar um forte valor simbólico que incluiu todas as valências de vivência coletiva que aí existiu. Quando as “Ilhas” passaram a ser denominadas “Ilhas proletárias” foi-lhes conferido uma nova dignidade, um novo sentido identitário.



Figura 21- “Ilha”



Figura 22-Habitação “Ilha”



Figura 23- “Ilha”



Figura 24- Habitação “Ilha”

Os “Pátios” e “Vilas” de Lisboa

Lisboa foi uma das cidades onde existiu maior desenvolvimento industrial, e em que o nível de salários era mais elevado, o que levou à estruturação de um mercado de habitação operária mais sofisticado. No início do século XIX os seus operários ocuparam velhos edifícios nos bairros populares da cidade, na vizinhança da implantação industrial.

As camadas mais desfavorecidas da população lisboeta viam-se na contingência de terem de sofrer condições de alojamento deprimentes albergando-se em edifícios abandonados ou muitas vezes em pátios insalubres. As antigas habitações de origem rural, localizadas perto de zonas industriais, foram ocupadas também pelos trabalhadores e posteriormente tomadas como modelos para os novos desenvolvimentos dando origem aos “Pátios”.

Em 1905 existiam em Lisboa 233 “Pátios” sendo um tipo de habitação adequado às reduzidas capacidades de investimento dos seus promotores. Enquanto no Porto as “lhas” continuaram a ser a forma dominante de habitação construída para os operários, em Lisboa os “Pátios” evoluíram e foram sendo gradualmente substituídos por outras formas de habitação popular.

Aos “Pátios” sucederam-se as “Vilas” que deram origem a edifícios de habitação coletiva (formas mais evoluídas) destinada às classes populares ou a famílias operárias.

As “Vilas” consistiam em grupos de pequenos edifícios construídos em volta de um espaço comum, geralmente uma rua privada, menos segregadas e melhor integradas na malha urbana.

A “Vila” caracterizava-se por um subaproveitamento da área disponível. Dai a necessidade da concentração do espaço livre, inútil ou pouco lucrativo do ponto de vista do rendimento, por forma a construir o maior número possível de fogos numa dada parcela de terreno.

Uma das tipologias das “Vilas” tratava-se de casas em que a construção acompanhava a via pública como qualquer prédio corrente, mas recobrimo uma realidade que continha o essencial da vila. Outra variante de tipologia eram as vilas construídas pelas próprias empresas, muitas vezes integradas nas respetivas unidades fabris.

Esta existência conduziu a uma organização espacial em que as habitações se agrupavam à volta do terreno, ocupando todo o seu perímetro, com acesso através de espaço central. Esta era a forma mais imediata e mais generalizada da “Vila”. Por vezes o espaço central era alongado, em forma de corredor, outras vezes era tipo pátio, permitindo algum desafio.

Este novo tipo de habitação era claramente mais urbano e representava uma melhoria significativa nas condições de habitação. Sendo formas de habitação de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, eram por vezes habitadas por estratos das classes médias baixas incluído pequenos comerciantes.

No entanto, apesar do seu caráter de alojamento especializado para classes baixas, algumas “Vilas” escondiam realidades muito diferentes, pois existiam casos em que o nível das habitações apresentavam condições muito más.

O espaço interno das mesmas foi-se articulando cada vez mais com a estrutura urbana, e estas formas de habitação foram evoluindo para pequenos bairros plenamente integrados nas cidades. As vilas, pela sua organização espacial e dimensão, atingiram uma escala **urbana**.

“As vilas [...] recobrem realidades muito diferentes, pois existem casos [...] em que o nível das habitações e do seu envolvimento ultrapassa claramente o quadro de miséria que acompanha normalmente esta tipologia.” (PEREIRA, 1994:514)

Lisboa tinha uma grande tradição de habitação coletiva e blocos de habitação operária, já no Porto, durante muito tempo as “Ilhas” mantiveram a sua forma original sem sofrer alterações.



Figura 25- “Vila” do Rosário



Figura 26- “Pátio “ do Barbosa



Figura 27- “Vila” Sousa

O Bairro da CUF - Barreiro

Em 1907, o industrial Alfredo da Silva comprou um terreno entre a Praia Norte do Barreiro e a Praia dos Moinhos do Lavradio, para instalar as fábricas da Companhia União Fabril (C.U.F.) relacionadas com a Indústria Química. Esta indústria foi crescendo, transformando a paisagem ribeirinha e a cidade do Barreiro.

Assim, como forma de fixar a mão-de-obra, iniciou-se a construção do Bairro da C.U.F., junto de uma antiga ermida do século XVII (ermida de Santa Bárbara). Entre 1909 e 1927 foram construídas e concluídas várias moradias para acolher os operários.

Neste bairro existiam para além das habitações alguns serviços de carácter social destinados apenas aos operários, como um lavadouro comum junto do depósito de água, balneários, despensa (mercearia), armazém e escola primária do bairro, aberta em 1927 e destinada tanto aos rapazes como às raparigas. Existia ainda a casa “Chalet” do diretor. Esta área do “velho” bairro da C.U.F. atualmente já não existe. (C.M. Barreiro, 2015)

A partir de 1932, a empresa adquiriu mais terrenos para aumentar as instalações fabris e instalações habitacionais. Iniciou-se o alargamento do Bairro Operário da C.U.F.

O Plano de Urbanização do Novo Bairro Operário do Barreiro, realizado entre 1945 e 1951 ficou a cargo o arquiteto Luís Cristino da Silva.

Foram então construídas as casas para o pessoal técnico e para os dirigentes da fábrica e ainda mais casas para os operários. Na totalidade foram construídas 312 moradias, ficando conhecida esta área como o Novo Bairro da C.U.F.

O Bairro enquadrava-se nas tipologias de construção operária da primeira metade do século XX. As casas dos trabalhadores eram em banda e geralmente de um só piso; estavam organizadas em quarteirões, apresentando variações tipológicas ao nível dos vãos das fachadas e dos quintais. (C.M. Barreiro, 2015)

O alojamento operário era distinguido segundo uma hierarquia. Enquanto operários de menor formação habitavam, maioritariamente, no conjunto de quarteirões-tipo, na segunda fase de construção (Novo Bairro) foi introduzida uma nova tipologia de habitação, direccionada especificamente para os trabalhadores de formação especializada, conhecidos como o “pessoal técnico”. (Henriques, 2015: 200).

Estas tipologias eram implantadas num aglomerado de cerca de seis moradias geminadas e constituídas por dois a três pisos, que ainda hoje permanecem no local de implantação original.

Este bairro operário foi considerado um elemento agregador da estrutura do modelo industrial e gerador das primeiras experiências construídas no campo social ligado ao operariado. Este era um dos exemplos mais aproximados ao caso de estudo, Bairro do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria, quer pela organização e desenho urbanístico quer pelos vários edifícios existentes, tanto habitacionais como sociais.



Figura 28- Bairro da C.U.F.



Figura 29 -Vista Geral do Bairro e da Fábrica , anos 40

3.O BAIRRO DA EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

A INDÚSTRIA CIMENTEIRA EM PORTUGAL

Descoberto em 1824 (Manchester), o cimento artificial Portland⁸ registou uma rápida difusão pelos países onde o processo de industrialização era mais desenvolvido. Com esta expansão o cimento adquiriu o papel de material privilegiado de construção nos finais do século XIX.

Em Portugal, o interesse pela utilização do cimento surgiu na última década do mesmo século. Porém o desenvolvimento desta indústria passou por uma fase inicial atribulada.

As várias experiências realizadas resultaram num produto de fraca qualidade face ao produto produzido no estrangeiro; foi neste período que se fizeram os primeiros ensaios pioneiros em Portugal.

Surge a primeira fábrica de cimento em Portugal fundada em 1866 em Alcântara e emergem alguns registos de produção de cal hidráulica por João de Sousa Rodrigues em Maceira assim com a referência a uma pequena produção de cimento natural pela “Fábrica de Cimentos de Maceira” em 1891.

A segunda fase desta indústria permitiu a sua consolidação e modernização. Iniciou-se com a instalação de uma fábrica em Alhandra, representando a primeira exploração de cimento artificial Portland do país. O seu fundador dedicou-se entre outros negócios, à importação de cimentos de França, numa altura em que se registou uma crescente utilização deste produto a nível nacional e a má qualidade do cimento nacional prevalecia.

Em 1912, finalmente, com o fecho desta fábrica surgiu a Companhia de Cimentos do Tejo, iniciando-se o arranque definitivo da indústria cimenteira em Portugal. É também nesta altura que surge o primeiro forno rotativo que se veio a revelar um instrumento fundamental para o desenvolvimento desta indústria.

Em Portugal, o grande desenvolvimento do sector cimenteiro ocorre no primeiro quartel do século XX. Contudo foi uma indústria debilitada principalmente em termos de produção.

Em 1914, foi fundada a “*Compagnie des Ciments du Portugal*” em Bruxelas, responsável pela criação de uma fábrica em Portugal ligadas a esta indústria, a Fábrica da Rasca em Outão, perto de Setúbal. (Pombo, 2007)

⁸ -Cimento Portland- processo de que consiste em cozer cal, misturá-la com argila e cozer novamente a mistura em tijoletes. O produto cozido é depois moído obtendo o cimento Portland, denominado assim devido a cor que os rebocos feitos com ele apresentavam.

Com a Primeira Guerra Mundial e com consequências ligadas a esta, a companhia é extinta surgindo no seu lugar a “Companhia Geral de Cal e Cimento”, cujas instalações são arrendadas mais tarde à SECIL – “Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais, Lda.” Esta ação culmina na fusão das duas empresas em 1931 “SECIL- Companhia Geral de Cal e Cimentos”.

A Fábrica da Rasca sofreu uma enorme remodelação neste mesmo ano, abrindo portas a novas capacidades produtivas.

O lugar de Gândara, em Maceira (Leiria), surgiu nesta altura também como um importante núcleo experimental de produção de vários tipos de cimento natural devido às reservas de matéria-prima existente no local, sendo referidas algumas explorações existentes como por exemplo a “Fábrica de Cimentos de Maceira” já mencionada anteriormente, a Empresa de Cimentos de Maceira, Lda.” de Soares Franco e a “Empresa Nacional de Cimentos” de João Luiz de Sousa, ambas construídas em 1900.

Na sequência destas iniciativas, surge a “Empresa de Cimentos de Leiria – ECL” em 1919, projeto de um grupo conceituado de técnicos dos quais Henrique Araújo de Sommer. Foi esta iniciativa que originou a construção de uma fábrica de cimentos Portland em Gândara (Maceira), inaugurada a 3 de maio de 1923.

A fábrica foi um sucesso em termos de laboração anual (50 000 toneladas), o que representava mais do triplo do total da produção nacional. Esta possuía condições inéditas, de que são exemplo um forno rotativo e um laboratório de controlo que contribuíam para o aumento da qualidade do cimento. A criação da E.C.L. foi o início da “era moderna” da Indústria do Cimento em Portugal, obrigando outras fábricas como a Fábrica da Rasca ou a Fábrica de Alhandra a sucessivas inovações. (Pombo, 2007)

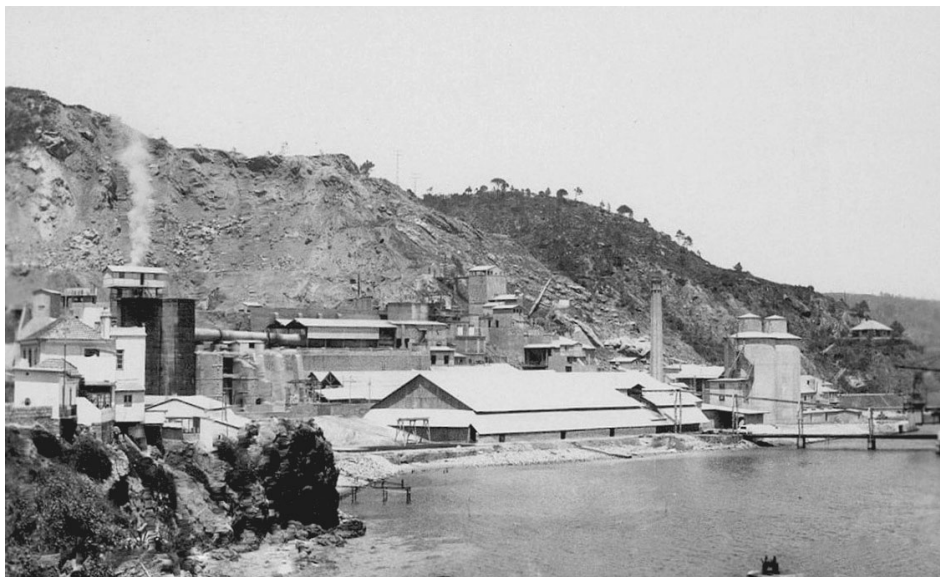


Figura 30- Fábrica de Outão, “Compagnie des Ciments du Portugal”

O LUGAR, A FÁBRICA E OS IMPACTOS PRODUZIDOS

A Fábrica de Cimentos de Maceira-Liz localiza-se no lugar de Maceira (concelho de Leiria), ocupando uma área de aproximadamente 50 km².

Maceira caracteriza-se pelo seu núcleo industrial, que assume um papel importante dentro do sistema industrial regional, causando impacto na paisagem e estabelecendo uma relação com a comunidade local.

A Fábrica está implantada no lugar de Gândara ⁹, nos arrabaldes de Maceira. Está situada aqui devido a fatores favoráveis à fabricação de cimento como são exemplo a presença de pedreiras próprias para a fabricação do mesmo (pedreiras de calcários e margas). A localização era favorável também, uma vez que nas proximidades existia uma linha de caminho-de-ferro que ligava Lisboa a Coimbra. Desta forma, em 1919 foi construído um ramal que servia de ligação da fábrica ao já existente, permitindo o fácil transporte de matérias-primas, sem grandes custos para a empresa e indo ao encontro dos requisitos do Engenheiro Rocha e Mello.

Este engenheiro, na época, denunciou os métodos de produção de cimento em Portugal, onde nas fábricas a produção do mesmo, carecia de mão-de-obra, o que encarecia o produto e comprometia a sua competitividade no mercado, revelando o baixo aproveitamento de matéria-prima. Com a construção da fábrica de Maceira-Liz cresceram as ameaças à ruralidade de Maceira, embora as suas marcas físicas e humanas não se perdessem.

A fábrica veio contribuir para o desenvolvimento social e económico local e assinou a entrada do sistema industrial da região na era da grande indústria. A presença da indústria trouxe consigo um conjunto de mudanças demográficas económicas e culturais. (Pombo, 2007)

O crescimento demográfico local durante o século XX foi significativo devido à presença da indústria cimenteira. Entre as décadas de 1920 e 1940, Maceira registou um crescimento demográfico contínuo. Este crescimento maior aconteceu em paralelo com os primeiros anos de laboração da fábrica, estando ligado a dois fatores relevantes: o movimento migratório de operários de vários pontos do país atraídos pela oferta de trabalho, e o crescimento natural da população, devido às melhorias dos rendimentos familiares. A construção da fábrica envolveu cerca de 500 operários e 150 empregados, dos quais 40% eram de Maceira e 60% eram de outros locais. Agregados aos fatores demográficos vieram as transformações económicas.

No início dos anos 20, iniciou-se um importante processo de desenvolvimento económico de Maceira, o qual também estava ligado à abertura da fábrica. A presença deste complexo fabril trouxe melhorias aos rendimentos familiares – o salário de um operário, mesmo baixo, compensava o fraco sustento obtido com a agricultura, por outro lado o contrabando de sacos de cimentos por parte dos operários mais necessitados reforçava os respetivos salários.

⁹-gândara-terreno arenoso e pouco produtivo; terreno desocupado (Infopédia, Dicionários Porto Editora)

Muito embora os efeitos da industrialização não fossem só negativos, foram responsáveis pela transformação de características vincadas na sociedade e cultura locais.

Com a presença da indústria foram evidenciadas algumas divergências sociais, resultado da relação entre pessoas com diferentes formas de vida: os pequenos proprietários agrícolas esperavam os benefícios da sua atividade, os operários recém-chegados procuravam melhores condições de trabalho, alguns agricultores trocavam as terras pelo salário garantido pela indústria.

Em termos urbanísticos verificaram-se também entraves à urbanização de Maceira por parte da população que não queria abdicar das suas terras que eram a principal base de sustento familiar. (Pombo, 2007)

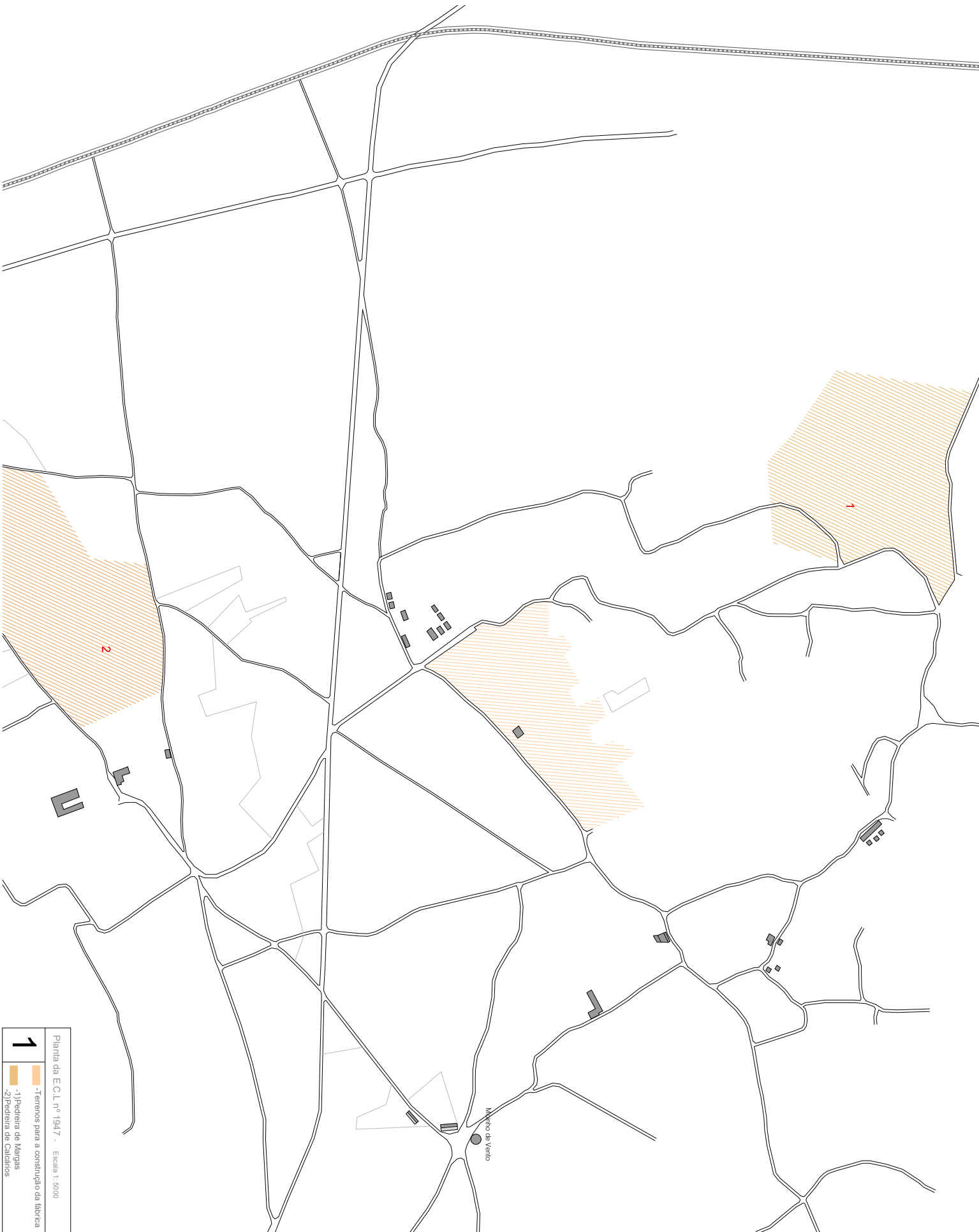


Figura 31- Vista geral da Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria

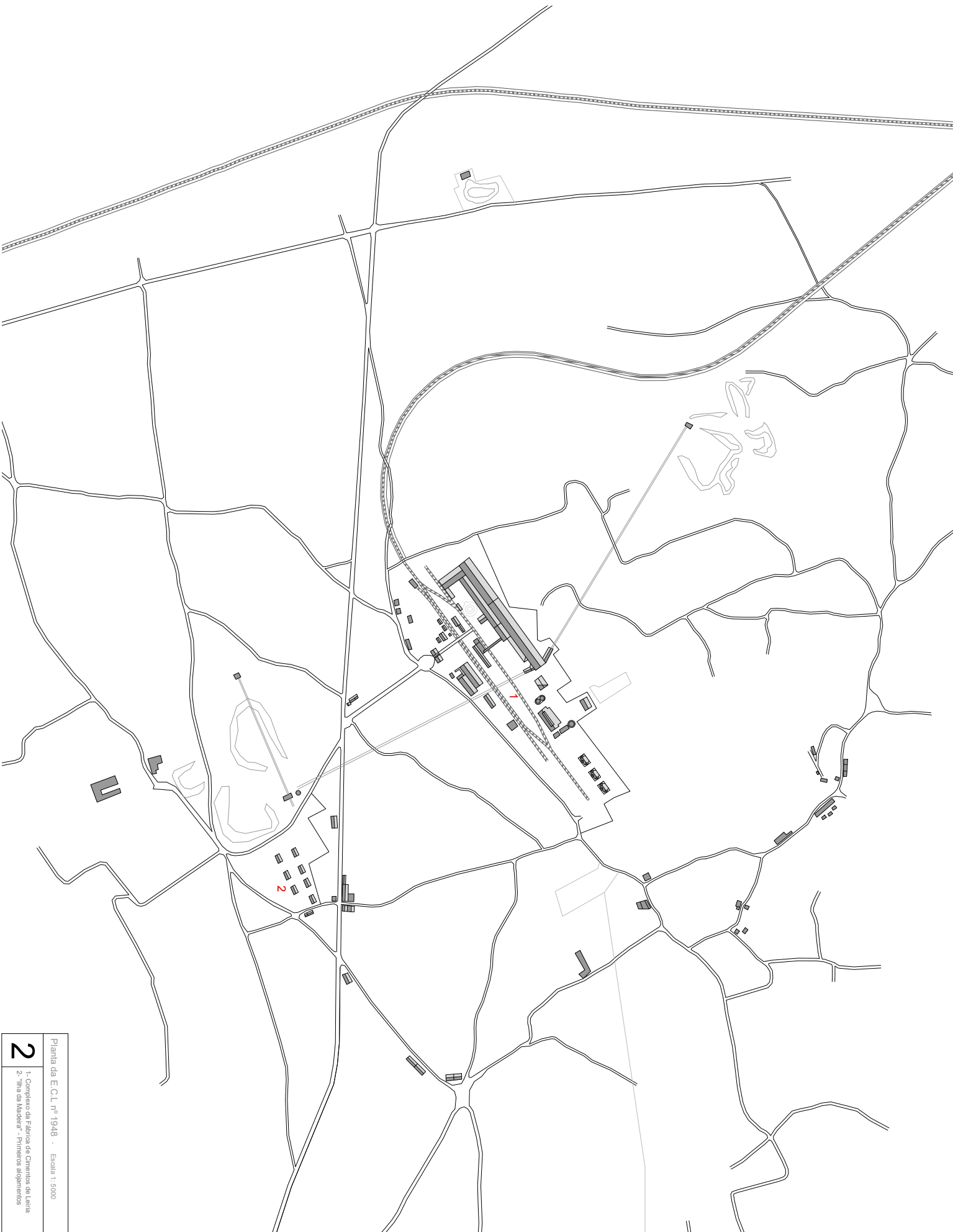




Fotografia Aérea da Fábrica e do Bairro de Maceira -Liz:2016



Planta da E.C.L. nº 1947 - Escala 1:5000	
1	- Terrenos para a construção da fábrica
2	- 1) Pedreira de Margas
3	- 2) Pedreira de Calcanhos



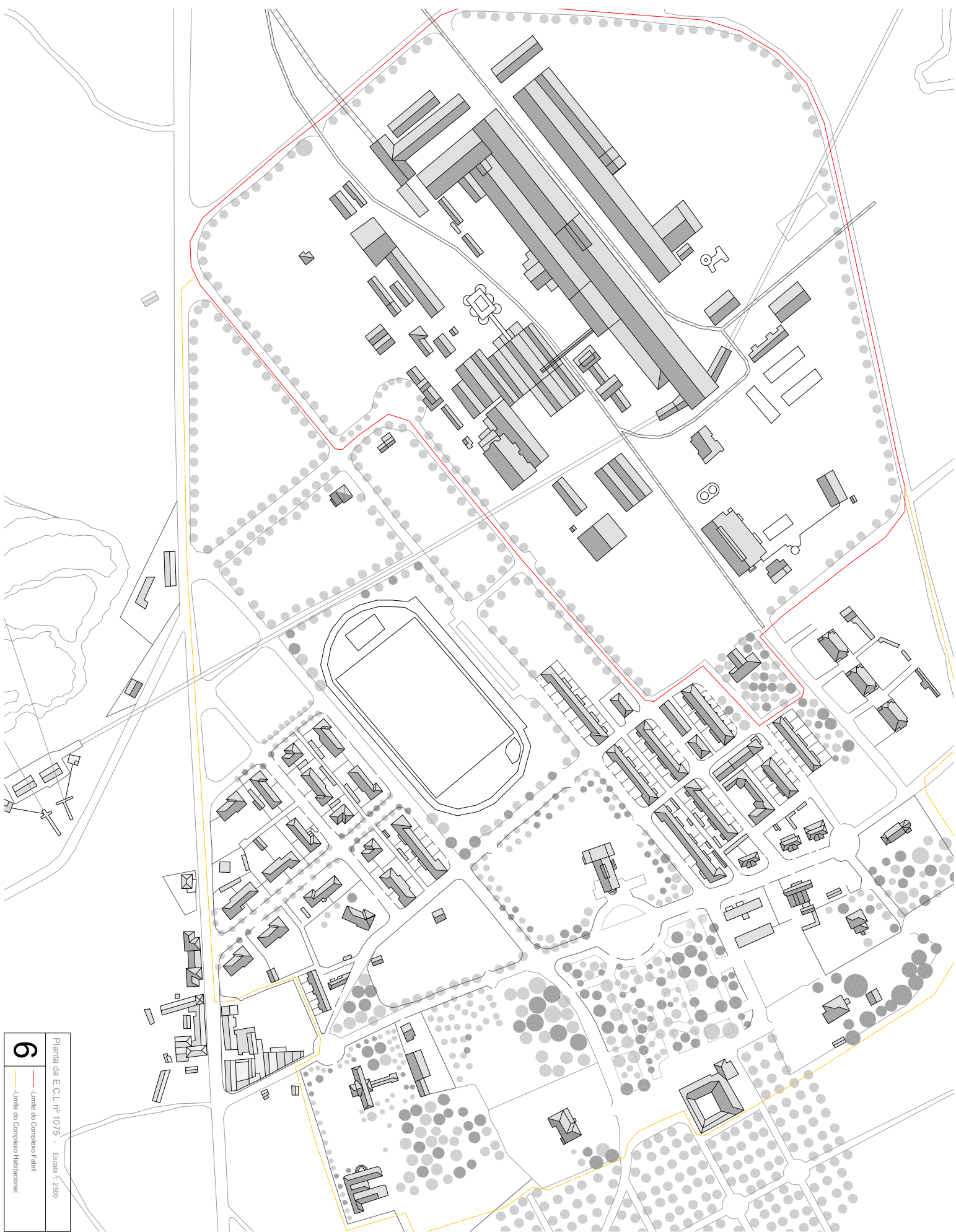
Planta da E.C.L. nº 1948 - Escala 1:5000

- 2**
- 1- Complexo da Fábrica de Cimentos da Leiria
 - 2- "Ilha da Mástrea" - Primeiros alojamentos









6

Planta da E.C.L. nº 1075 - Escala 1:250

— Limite do Complexo Fabril

— Limite do Complexo Habitacional

A EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

A constituição da Empresa de Cimentos de Leiria (E.C.L.) iniciou-se em 1918, com a realização de estudos que ajudaram a fundamentar a criação de uma fábrica de cimento na localidade de Maceira. Esta constituiu-se em 1923, data da inauguração da Fábrica de Cimento “Liz”.

Os primeiros passos para a construção de uma nova fábrica de cimentos em Leiria deram-se quando uma pequena empresa construída no local começou a sentir a grave crise económica do país após a I Grande Guerra.

O final da I Guerra Mundial coincidiu com o avanço da instalação da fábrica em Maceira, período em que a indústria cimenteira sofria uma fase desanimadora.

Foi neste contexto que Henrique Sommer¹⁰ lançou as premissas para a construção de uma fábrica de cimento em território nacional. Ao mesmo tempo, Osório de Rocha e Mello¹¹ tentava reunir os meios necessários para um projeto idêntico, mas sem respostas positivas, junto dos bancos. A 5 de Maio de 1919, Sommer e Mello conhecem-se e surge uma aliança que levaria à criação da E.C.L. (Pombo, 2007)

Henrique Sommer adquiriu terrenos na localidade de Maceira, junto a uma pequena exploração já existente, devido à presença de boas matérias-primas. Estudos efetuados na época revelaram que o local era rico em margas e calcários de qualidade, ambos em grande quantidade. A formação técnica e a experiência do Engenheiro Rocha e Mello foram importantes para que fosse responsável por dirigir da instalação da futura fábrica.

A E.C.L. viria a adquirir mais tarde novos terrenos, local onde se encontrava um moinho de vento que servia para a moagem de pedra e uma casa próxima que viria a ser apropriada para residência de Rocha e Mello e alojamento dos restantes diretores.

A 4 de Julho de 1920 arrancaram as obras da fábrica, contudo os entraves não tardaram a chegar:

“Foram horas amargas durante o erguer da obra, muitas vicissitudes, grandes os sacrifícios e até inimizades e injustiças, na má compreensão de um esforço, tudo reflexo duma época de avaliação político e financeiro [...]. A acrescentar ainda, como agravantes, as terríveis consequências do «pós-guerra», sem sossego, sem confiança no futuro, sem equilíbrio nas finanças [...]” (Pinto, 1951: 2)

¹⁰ - Henrique Sommer foi o principal investidor no empreendimento da Fábrica de Cimentos “Liz”. Foi o rosto e continua a ser desta empresa

A situação que a Alemanha vivia trouxe consigo grandes dificuldades ao fornecimento de equipamentos para a instalação fabril. A década de 1920 foi um período difícil e decisivo para a nova fábrica, pois os industriais depararam-se com diversos obstáculos de natureza logística devido à ausência de infraestruturas e à natureza do lugar - a única estrada acabava a poucos quilómetros do lugar sendo necessário construir um ramal ferroviário com ligação à rede nacional para escoamento de matérias pesadas.

¹¹ - Osório de Rocha e Mello foi o engenheiro civil que dirigiu a montagem da fábrica de Maceira-Liz desde da sua implementação e passou a Diretor Técnico entre

A construção da fábrica implicou a concentração de muita mão-de-obra, desde operários serventes e artífices de várias regiões do país, e pessoal técnico especializado maioritariamente de origem alemã. O abastecimento de géneros alimentares para o vasto número de trabalhadores foi resolvido com a criação de uma cantina, instalada numa barraca de madeira, onde se podiam comprar diversos produtos frescos.



Figura 32- Visita ao local por Henrique Sommer e Osório de Rocha e Mello



Figura 33- Início da construção da Fábrica

As obras incluíram também a construção de diversos equipamentos usados para o efeito, sendo estes: um conjunto de barracas de madeira para albergar os operários (a "Ilha da Madeira), uma fábrica de cerâmica para abastecimento de tijolo, uma fábrica de barricas para o expediente do cimento, uma oficina de carpintaria e pintura, dois fornos de cal e um posto médico.

A 3 de Maio de 1923 era inaugurada a fábrica, colocada na vanguarda das aplicações tecnológicas e com um enorme excedente de produção. Os primeiros anos de produção foram marcados por várias dificuldades (1923-1944). Foi um período marcado por uma política paternalista baseada, na autoridade protetora de Henrique Sommer.

A preocupação social patente na organização fabril assumiu um papel central na realidade económica da empresa e na regularização das relações entre operários e patrões de forma a evitar conflitos de classes. A situação melhorou consideravelmente a partir de 1930, quando o Estado Português efetuou um vasto número de obras públicas onde o cimento da Fábrica de Cimento "Liz" foi fortemente aplicado.

Quanto aos aspetos sociais, as alterações começaram com a resistência dos habitantes locais face à construção da fábrica na proximidade das suas casas, e com a chegada de operários que eram mal vistos pelos locais, uma vez que grande parte vinha de outras localidades. A perda de terrenos e a destruição de terras de cultivo também foram motes de descontentamento local, tornou-se assim indispensável determinar condições sociais associadas à implantação da fábrica, onde o principal objetivo era o enquadramento do operariado. (Pombo, 2007)

Desta forma foram garantidos salários regulares, de valores que atraíam mão-de-obra, assim como se iniciou a construção de um complexo arquitetónico, junto do complexo fabril, composto por habitações, arruamentos, jardins e equipamentos de uso coletivo. Surgia assim o Bairro do Pessoal da E.C.L.

Em 1930, a instalação de um posto de correios perto da fábrica atribuiu ao lugar o nome de Maceira-Liz, nome que foi adotado pela fábrica e respetivo bairro. A Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial foram períodos marcantes para uma nova crise da empresa. A indústria cimenteira passava por uma fase difícil devido às grandes dificuldades de abastecimento de material, combustíveis e peças de reserva que retraía a produção de cimento. Uma vez prevenida com stocks, a Fábrica de Cimentos "Liz" conseguiu evitar uma repercussão interna maior.

Na década de 1940, a saúde do diretor Henrique Sommer piorou, vindo a falecer em 1945. Com esta perda, chegava ao fim um novo ciclo fundamental da vida da Empresa de Cimentos de Leiria e começava um novo período de atividade e uma nova estratégia empresarial sobre a liderança de António Sommer Champalimaud.¹²

¹² -“Henrique Sommer chamou-me a mim e a meu irmão Henrique para trabalhamos com ele em 1942: a mim na administração da Empresa de Cimentos de Cimentos de Leiria e a Henrique na gerência [da Casa] Sommer e C.^a, Lda.

Quando Henrique Sommer morreu, Gastão Benjamin Pinto e José Sommer Ribeiro eram, além de mim, os outros administradores (ou, antes, diretores, como se dizia nesse tempo) da Empresa de Cimentos de Leiria.

O diretor-delegado era escolhido por cooptação entre os próprios diretores. O candidato de grande parte dos acionistas era José Sommer Ribeiro, pela idade, pela experiência e pela amizade que o ligara a Henrique Sommer. Minha tia Maria Luísa fez campanha por mim e pediu a José Sommer Ribeiro que desistisse a meu favor. Sommer Ribeiro acedeu com gosto (comigo trabalhou até à morte) - e foi assim que aos vinte e tal anos me vi à frente dos destinos de uma empresa industrial então de dimensões médias.”

Excerto do livro A. A herança de Henrique Sommer: Aspectos desconhecidos de António Champalimaud, pág. 7 e 8

Champalimaud procurou contrariar o ciclo vigente do setor, assumindo-se como industrial, num país que vivia preso a uma mentalidade rural e agrária Salazarista e face a uma política de condicionamento à atividade industrial.

António Sommer Champalimaud introduziu uma nova estratégia de renovação e modernização das estruturas da fábrica, alargamento das fronteiras e agressividade nos negócios, enfrentando desde logo a oposição de diretores mais antigos, para quem Sommer era a referência e não aceitavam alguns cortes propostos na área social e laboral.

O novo diretor propôs a suspensão de verbas para a construção de mais casas no bairro, bem como o despedimento de um número significativo de trabalhadores. Esta controvérsia deu origem a um período de conflitos entre duas gerações diferentes até 1952.

Criou-se uma nova dimensão – uma dimensão moderna - da empresa e o novo diretor estabeleceu um novo ciclo de atividade da E.C.L. alargando os seus interesses ao império colonial português. Surgem as fábricas de Matola (1944), Beira (1951) e Nacala (1963) em Moçambique e Lobito (1952) em Angola. É formado um novo grupo, o Grupo Champalimaud ao qual pertencia a E.C.L.

As matérias-primas da mina do Cabo do Mondego começaram a ser insuficientes para o abastecimento das Fábricas de Maceira e Alhandra, levando a que em 1944, a Empresa de Cimentos de Leiria a adquirisse e formasse a “Companhia de Carvão e Cimento do Cabo Mondego”. Iniciou-se mais um período na expansão da empresa, onde o ritmo de crescimento de Maceira-Liz não abrandou, em contrapartida arrancou com três novas linhas de fabrico. (Pombo, 2007)

A empresa foi resistindo às greves e manifestações operárias das décadas de 1960 e 1970, contudo não resistiu ao processo revolucionário vivido no país após o 25 de Abril de 1974, levando a que esta fosse nacionalizada e integrada em 1976 no grupo CIMPOR (Cimentos de Portugal). (Pombo, 2007). Em 1992 a fábrica de Maceira-Liz e a fábrica Cibra-Pataias são unidas numa só, formando a empresa Cimentos Maceira-Pataias (CMP) e em 1994 esta última é comprada pela Empresa SAMAPA. (SECIL, 2013)

Durante a direção de Henrique Sommer as medidas aplicadas eram atenuadas através dos benefícios que a empresa oferecia aos trabalhadores, com o 25 de Abril e com a maior liberdade de expressão instalou-se uma revolta sustentada pela frieza e distanciamento de António Champalimaud para com os trabalhadores. O bairro entrou assim num período de autogestão e num descontentamento dos operários que foram perdendo o afeto pela empresa. Esta situação levou a um estado de degradação e desertificação do bairro, o que se verifica ainda hoje.

Atualmente, apesar de a fábrica ter perdido parte do domínio territorial da região, mantém ainda uma relação com a comunidade por intermédio da Junta de Freguesia que através de novos equipamentos públicos (Escola C+S de Maceira, pavilhão gimnodesportivo e piscinas) vai criando pontos de ligação. Nos dias de hoje, a fábrica faz parte do Grupo SECIL e a sua administração é feita na sede da empresa. (SECIL, 2013)

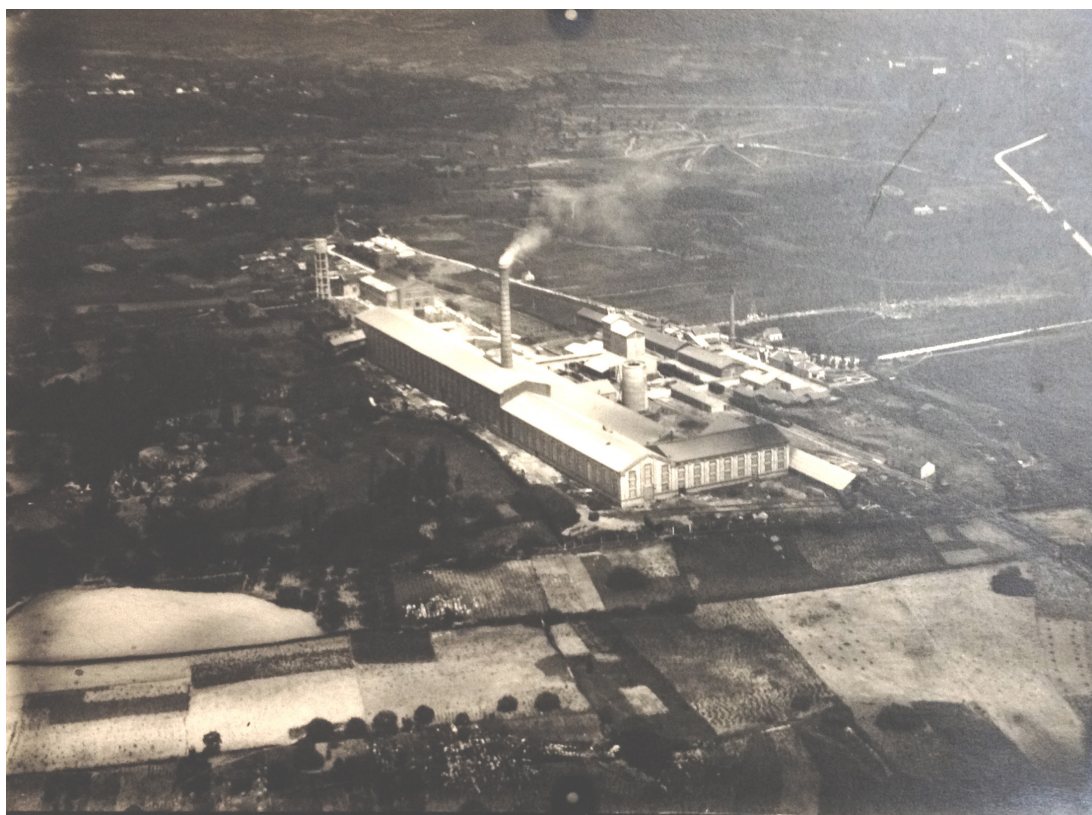


Figura 34- Vista da Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria

O BAIRRO DO PESSOAL DA E.C.L.

“O bairro torna-se, por conseguinte, um momento, um sector da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, construído por partes e à sua imagem” [...] “... o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função próprio; logo, a transformação de um destes elementos é suficiente para fixar o limite do bairro.” (Rossi, 2001, p. 88)

O início da construção do Bairro da Empresa de Cimentos de Leiria data do ano de 1920, época em que se registou o primeiro surto urbanístico da região. Gândara, o local escolhido, era uma área deserta onde apenas existia uma casa de habitação e algumas tabernas.

Os primeiros alojamentos disponíveis para os operários consistiam num conjunto de barracas de madeira construídas para o efeito e denominado a “Ilha da Madeira”. Além deste conjunto existia uma casa da direção que servia para alojar os responsáveis da empresa durante as visitas ao local.

A “Ilha da Madeira”, como anteriormente referido, era habitada pelos operários recém-chegados, dos quais a forma de vida não suscitava simpatia junto da população local, o que levou a que algum tempo depois comesçassem a ser construídas as primeiras casas de habitação para o pessoal da empresa dando forma ao bairro. As casas eram ajardinadas, construídas em alvenaria e dotadas de boas condições de habitabilidade. (Pombo, 2007)

Em termos de disposição dos vários elementos arquitetónicos, no terreno existia uma estratégia de posicionamento que relacionava os mesmos segundo uma hierarquia social. O desenho deste bairro foi elaborado através de vários planos que definiam a arquitetura habitacional e o ordenamento espacial, resultando numa morfologia urbana designada por “Bairro do Tipo Industrial” ou “Bairro Operário”.

Este conjunto habitacional distinguia-se de outras tipologias de urbanização industrial como os “Pátios”, as “Vilas” ou as “Ilhas” as quais faziam uso de características diversas.

Os vários planos tentaram sobretudo responder às exigências de uma sociedade específica de forma a garantir conforto e bem-estar à população. Estes foram fundamentais para a definição da estrutura urbana onde se agruparam tipologias habitacionais com equipamentos públicos.

A partir de 1922 a construção das casas processava-se a bom ritmo e de forma regular

O número de divisões de cada habitação era dimensionado consoante o agregado familiar. A partir de 1932, muitas casas foram completadas com garagem devido ao aumento do número de automóveis existentes e à melhoria do poder de compra dos habitantes.¹³

O Bairro para além das casas de habitação tinha um extenso conjunto de edifícios e equipamentos coletivos construídos em vários períodos; Escolas Primárias, Posto Médico, Caixa de Previdência, Casa do Pessoal (antiga casa sindical), Balneário, Barbearia, Restaurante, Capela, Cantina, Cooperativa de Consumo, Parque Infantil, Campos desportivos.



Figura 35- “Ilha da Madeira”

Ano de Construção	Número de Casas	Casas nºs	Tipologias	Designação
1922	5 casas	Casas nº 2 a 6	Geminadas	Casas para os engenheiros
1926	6 casas	Casas nº 7 a 12	Em banda	Casas para os operários
1928	10 casas	Casas nº 13 a 18 Casas nº 21 a 24	Em banda	Casas para os operários
1931	13 casas	Casas nº25 a 38	Geminadas Em Banda	Casas para os operários (famílias mais numerosas)
1932	11 casas	Casas nº1, Casas nº39 a 42, nº 57 a 62	Casa isolada (nº1) Em Banda	Casas do Diretor Casas para os operários
1935	11 casas	Casas nº 54 a 56 Casas nº 63 a 70	Em Banda Casas isoladas	Casas para os operários Casas para o pessoal técnico
1937	10 casas	Casas nº 49 a 53 Casas nº 71 a 75	Em banda	Casas para os operários
1942	2 casas	Casas nº 76 e 77	Casas isoladas	Casas para o pessoal técnico
1944	4 casas	Casas nº 78 a 81	Geminadas	Casas para o pessoal técnico

¹³ - Tabela referente ao número de casas construídas e designação da tipologia das mesmas consoante os cargos dos residentes

Deste conjunto de habitações e equipamentos resultou uma organização espacial, social e cultural, que completou a organização fabril com objetivos bem determinados: Primeiramente foi objetivo, atrair mão-de-obra para laboração fabril, promovendo as boas condições de vida e trabalho, através proximidade do Bairro relativamente à fábrica, adequando o ritmo e horários de trabalho ao modo de vida dos operários - como forma de evitar revoltas operárias, foi construída uma malha apertada de controlo do tempo de trabalho e lazer do pessoal. Por fim evidenciaram-se fatores individuais de natureza cultural e ideológica dos principais diretores: Sommer, influenciado pelas ideias e experiências socialistas das utopias inglesas e do Norte da Europa em favor do operariado. Rocha e Mello, pessoa com ligação à igreja católica revelou uma maior influência em aspectos de origem germânica. Vítor Grenha ¹⁴ (1991) afirma:

“...o modelo [do] Bairro não deve ser procurado em experiencias anteriores ... - visto que a fraca industrialização portuguesa e o aparecimento dos operários aconteceram épocas apos a construção de Maceira-Liz- “...mas deve ser bebido nas fontes literárias, especialmente naquelas que versaram sobre as propostas urbanistas, que supostamente os problemas sociais inerentes à industrialização: refiro-me a Owen, Fourier, Cabet e Godin. O projeto do bairro só pode ter sido concretizado porque Henrique Sommer era um homem esclarecido.”

O Bairro de Maceira- Liz tomou forma e foi alvo de importantes incentivos gerando uma política de habitação social. As famílias eram dispensadas de pagar a renda pela ocupação das casas, o consumo de água e eletricidade eram gratuitos. Estas recebiam também apoios para a realização de obras de manutenção das habitações.

Fora do Bairro a E.C.L. auxiliava no arrendamento de habitação como também oferecia a execução gratuita do projeto de habitação para construção de casa própria fora do bairro- as designadas Casas Caucionadas. (Pombo, 2007)

Um aspeto importante e também um avanço foram as questões de salubridade do bairro com a substituição do sistema de fossas para um coletor geral de esgotos. Os responsáveis criaram um conjunto de normas a serem cumpridas no interior do Bairro, de forma a manter a ordem pública. Deste modo resultou um controlo social dentro do mesmo, ao mesmo tempo e como consequência passava-se para o exterior uma imagem de “elitismo” dos habitantes, criando alguns fenómenos de distinção social entre população local e moradores.

“.... Existiam seguramente rivalidades.Era o pessoal do Bairro, era pessoal à parte, pessoas à parte, era um grupo fechado e depois havia o resto. Era o pessoal do Bairro da empresa e o resto era outro mundo. Isto era um mundo completamente diferente do restante. Eu como vivia na fronteira, como tinha família no Bairro apesar de não viver no bairro e vivia por de trás da escola, sentia-me assim um pouco pertencente ao Bairro por ter lá familiares, mas recordo-me em conversas com colegas que eram de A-do-Barbas, Maceirinha e de outros sítios se dizer que o pessoal do Bairro era uma coisa a parte, uma comunidade diferente e separada das outras...” (excerto de entrevista realizada a Dr.ª Ana Luz -SECIL Maceira)

¹⁴-Grenha,V.*Humanização dos espaços educativos*, Escola C+S de Maceira, Junho de 1991

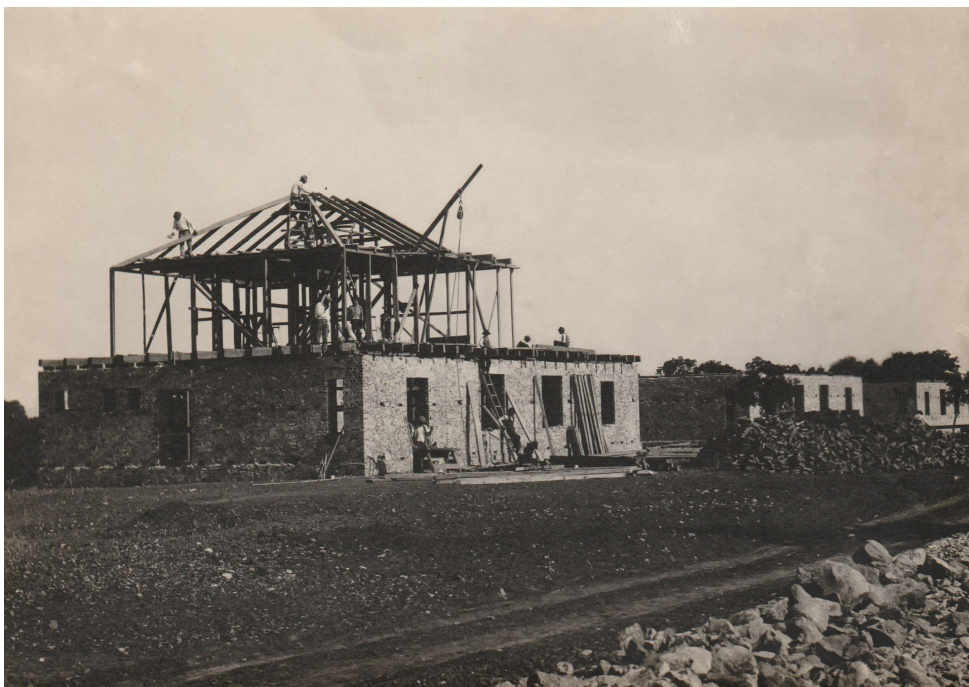


Figura 36- Início da construção das primeiras casas do Bairro



Figura 37- Construção do Bairro, ao fundo edifício do Restaurante

Mesmo assim, os seus habitantes viviam num ambiente saudável e autossuficiente. O Bairro do Pessoal da E.C.L. era um espaço social onde se combinavam e equilibravam vários fatores contrastantes.

Em termos de planeamento e ordenamento espacial, observa-se uma atenção especial com o desenho e construção do Bairro, tornando-o num dos mais significativos exemplos de planeamento do tipo fabril em Portugal.

O primeiro edifício a ser construído foi a fábrica, cuja localização foi escolhida estrategicamente entre as duas pedreiras necessárias à produção do cimento. A fábrica foi constituída por um conjunto de vários edifícios, cada um com uma função. Todos os edifícios cumpriam rigorosamente objetivos funcionais, situação observada através existência de grandes vãos interiores que facilitavam a introdução da maquinaria.

Quanto ao Bairro, existiu uma carta ¹⁵ da E.C.L. que descreve a construção minuciosa de dez casas (forma, dimensão, cores, materiais etc.). Destacam-se também aspetos pouco usuais para este tipo de conjuntos habitacionais, como por exemplo a preocupação com o saneamento e saúde pública.

As primeiras casas construídas foram as dos engenheiros envolvidos na construção da fábrica, com o alçado principal alinhado com o edifício do laboratório- um conjunto de três corpos cada um com duas casas. Estas estavam estrategicamente colocadas entre o edifício da fábrica e a igreja (símbolos da religião e do trabalho), apresentando um traçado arquitetónico de influência germânica como forma de distinção face às outras casas. As primeiras habitações destinadas aos operários foram construídas posteriormente e estavam afastadas das primeiras por um espaço verde e pela linha de comboio que terminava no local. A partir destas foram lançadas as linhas gerais de implantação em direção a Sul, segundo um traçado regular onde surgem habitações em banda destinadas aos operários. Do lado Oeste, encontravam-se zonas maioritariamente habitacionais onde existiam casas unifamiliares e duas habitações plurifamiliares que albergavam trabalhadores. Nesta área encontrava-se também a antiga cantina de serviço às exigências dos trabalhadores. (Pombo, 2007)

As casas dos capatazes localizavam-se nas esquinas/extremidades de cada fila de habitações operárias, uma estratégia de ordenamento espacial. As casas dos capatazes e dos operários por sua vez, evidenciam uma raiz tradicionalista e nacionalistas evocando os paradigmas da obra a “Casa Portuguesa”²⁰ de Raúl Lino. Observa-se uma organização espacial do bairro separando o setor habitacional dos operários e capatazes, localizando-se as suas habitações num dos lados e a dos engenheiros no outro, ou seja, uma clara hierarquização dos estatutos sociais. Do lado Este situava-se o restaurante, o balneário, a casa do diretor (atualmente alojamento temporário). A Sul da rua nº 1 encontram-se a casa do pessoal, relacionada com um jardim público, os campos desportivos. O jardim era um espaço de lazer ao ar livre para os habitantes. Na entrada do Bairro encontravam-se a escola primária nº1 e a escola primária nº2 que partilham um recinto de recreio.

¹⁵ - o excerto da carta da E.C.L. de 1928, alusiva à construção de dez casas de habitação. Encontra-se em anexo no final do trabalho.

Segundo o plano diretor de 1948, o bairro expandia-se para Oeste com a construção de seis habitações em banda que apesar da mesma tipologia, respondiam a novas exigências de habitabilidade. A inovação das casas construídas no Bairro diz respeito à higiene dos habitantes; todas as habitações tinham já na altura um sanitário individual no exterior da casa. Os banhos eram tomados no balneário. Maceira-Liz era e é um exemplo entre a relação do capital com o trabalho.

O conjunto arquitetónico é constituído pelo complexo fabril com os edifícios onde se executa a produção de cimento e pelas habitações e equipamentos do Bairro do Pessoal da E.C.L. O complexo fabril para além da fábrica engloba duas pedreiras, a nordeste a pedreira de calcário e a sudeste a pedreira de margas. É um complexo composto por vinte e um edifícios dedicados à produção de cimento. O Bairro está implantado a Este da fábrica e é composto por setenta e uma habitações de três tipologias distintas e por nove edifícios públicos intercalados com vários espaços desportivos

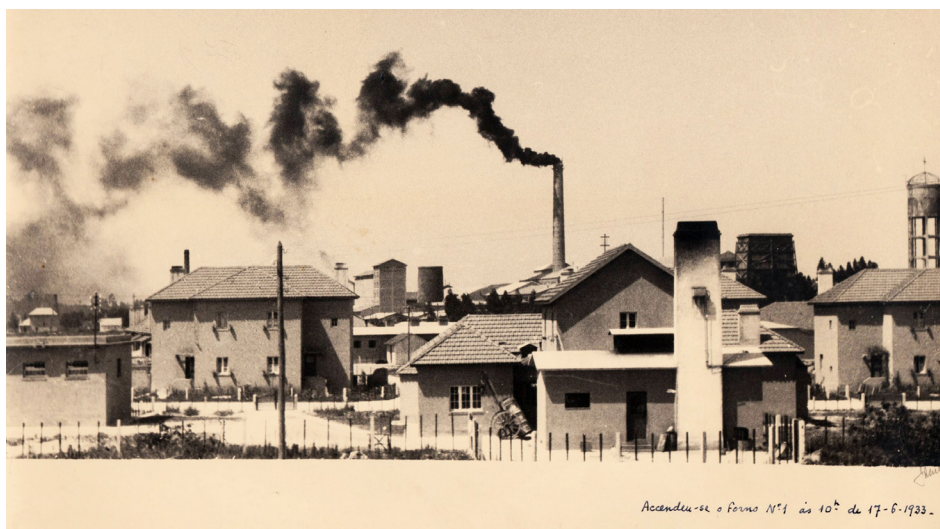
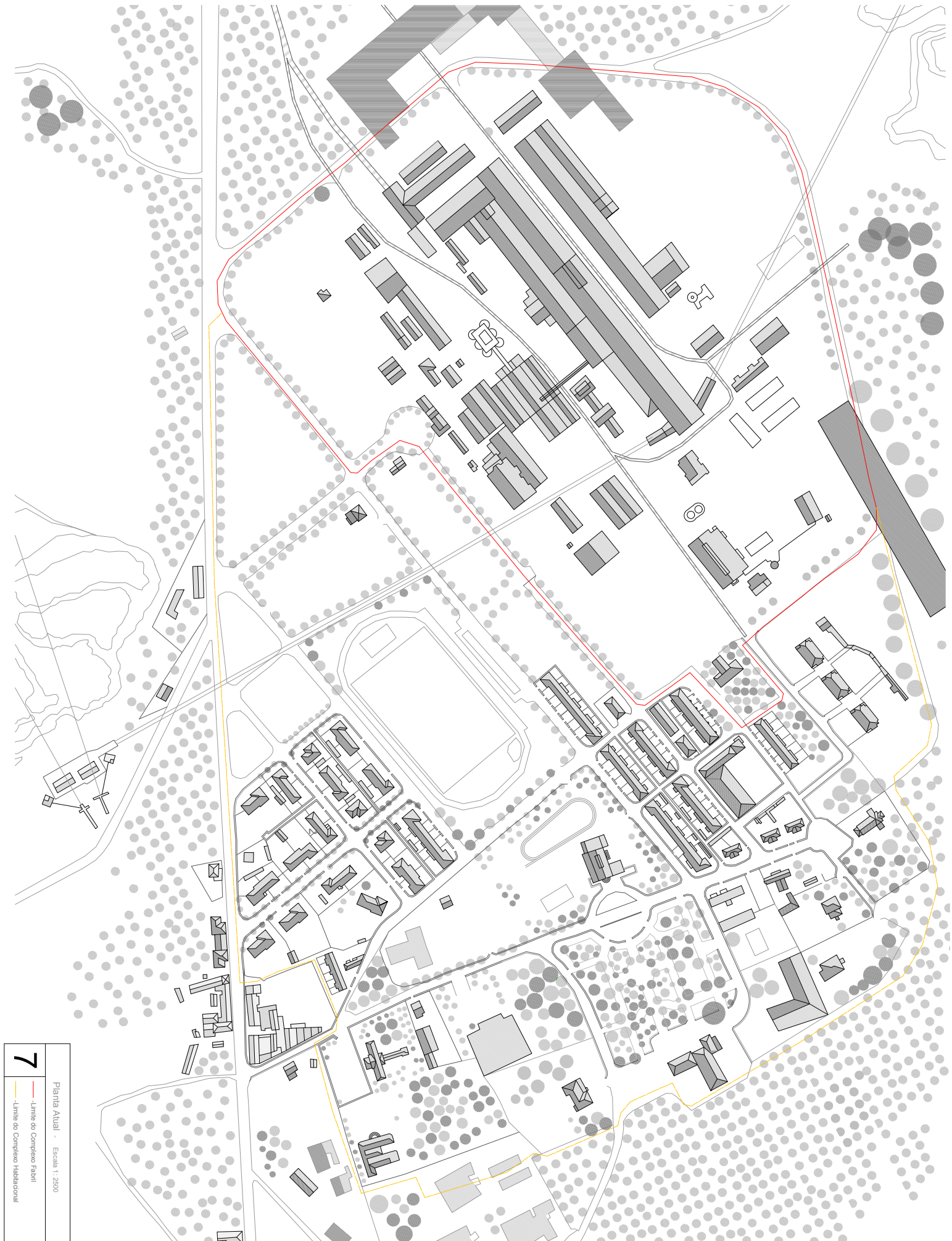


Figura 38- “ O dia em que acendeu o forno nº 1 “



Figura 39- Vista geral das Habitações do Bairro



TIPOLOGIAS HABITACIONAIS

No complexo do Bairro existem no total 71 habitações com diferentes tipologias que, obedecem a diferentes exigências, consoante as necessidades do espaço doméstico e a profissão dos habitantes. Estão divididas em três modelos tipológicos principais: habitações em banda, habitações geminadas e habitações isoladas.

- As habitações em banda eram as que se observavam em maioria e destinavam-se aos operários fabris. Eram habitações de um piso, afastadas da via pública através de um pequeno jardim na frente da casa. Todas as casas apresentavam um pequeno logradouro nas traseiras da habitação.

- As habitações geminadas eram constituídas por um corpo com duas casas simétricas sendo a sua maioria de um piso e destinadas às famílias mais numerosas. Estas tinham uma escala maior face às anteriores sendo atribuídas às famílias com maior agregado ou aos capatazes, como já foi referido.

- As habitações isoladas integravam um programa diferente. Eram exemplo a casa do Diretor, a casa do professor ou do médico e a casa do Engenheiro Fiúza¹⁶. Estas tinham na sua maioria dois pisos, estando rodeadas por um jardim que as afasta das restantes tipologias. As características arquitetónicas orna mentação (vãos, materiais, ...) atribuíam-lhes um carácter especial faces às restantes tipologias.

Para além destas três tipologias principais, fora do bairro encontram-se diversas tipologias de casas de operários, casas que eram executadas em terrenos cedidos aos mesmos pela E.C.L. e como um projeto arquitetónico oferecido pela empresa. Estas casas não seguiam qualquer regra de organização espacial ou linguagem das anteriores, mas respondiam antes às escolhas dos operários. Eram as denominadas casas caucionadas e encontravam-se em várias localidades próximas do Bairro.

As tipologias habitacionais foram analisadas através das memórias descritivas e desenhos dos projetos para as mesmas.

¹⁶ - Raúl Fiúza de Albuquerque Cabral era um dos Engenheiros Químico-Industrial da equipa da Fábrica de



8

Planta das diferentes tipologias habitacionais -
Escala 1:2500

- Habitações em Banda
- Habitações Germinadas
- Habitações Isoladas

HABITAÇÕES EM BANDA

As habitações em banda eram casas térreas e destinavam-se a sua maioria a receber operários. Cada uma tinham uma área de 72m², aproximadamente. As filas de habitações dispunham-se segundo uma orientação Noroeste-Sudeste, por questões técnicas, permitindo assim ventilação das casas. (E.C.L., 1939)

O acesso às mesmas era feito a partir de um pequeno jardim na frente da habitação que fazia a separação do espaço público do privado. Na fachada, um pequeno alpendre marca o acesso à casa.

A entrada era feita axialmente por um corredor de distribuição aos vários espaços interiores. As duas primeiras divisões (dois quartos) tinham relação com o espaço verde e as outras duas (um quarto e a cozinha) tinham relação com o logradouro que, no seu topo possui anexos de arrumação, de forma a evitar obras clandestinas. Neste espaço também não eram permitidas hortas, existindo para o efeito uma horta coletiva.

Para que fossem mantidos hábitos de higiene, no logradouro, existia um espaço com uma retrete, junto do alpendre de acesso à cozinha.

Esta entrada de serviço funcionava como um segundo acesso à habitação a partir de uma rua secundária criada pelo agrupamento de duas filas de casas. Esta duplicação da entrada permitia a separação dos espaços íntimos e comuns da casa. Estas iam de encontro à ideia divulgada pelo Arquiteto Raúl Lino que mencionava a defesa de higiene e ventilação nas habitações.

Uma vez que todas divisões, tinham acesso através do corredor, a casa adaptava-se ao habitante com exceção da cozinha que continha uma chaminé para extração de fumos, construída com materiais para esse efeito.

Numa fase posterior, verificou-se que o número de sanitários aumentou, passando a serem contruídos espaços com melhores condições de higiene. A organização formal e espacial destas, passou a ser a mesma em todas as habitações existindo apenas exceções no programa, devido a novas exigências. (Pombo, 2007)

As exceções localizavam-se nas extremidades de cada fila, avançadas do plano de fachada. Eram casas com área maior e mais divisões permitindo novas formas de habitabilidade- existência de mais um quarto e em alguns casos uma casa de banho interior. Estas casas destinavam-se a famílias mais numerosas.

Para que a linguagem arquitetónica fosse mantida não eram permitidas obras que alterassem a configuração original das casas.



Figura 40- Habitações em Banda



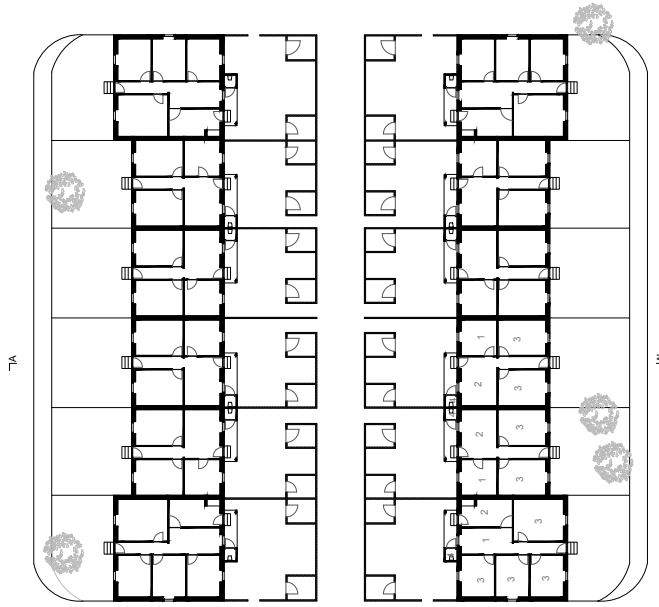
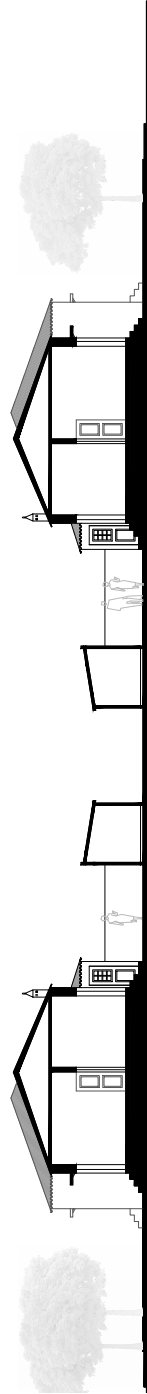
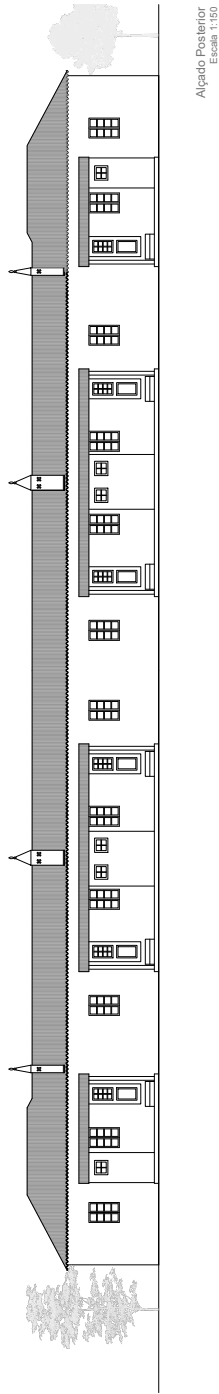
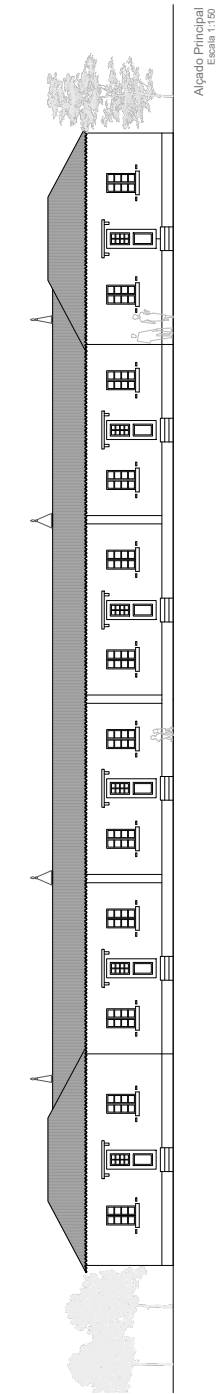
Figura 41- Rua com Habitações em Banda



Figura 42- Casas em Banda

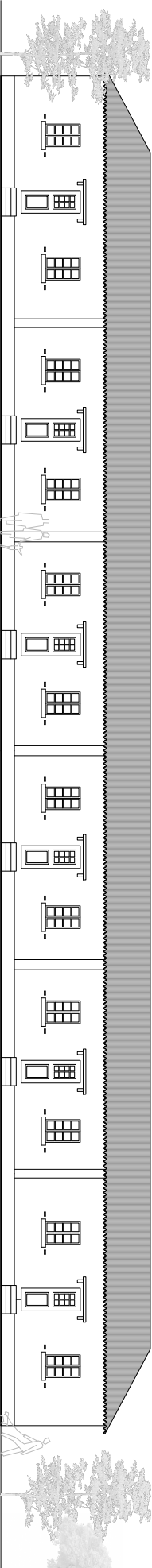


Figura 43- Casas em Banda

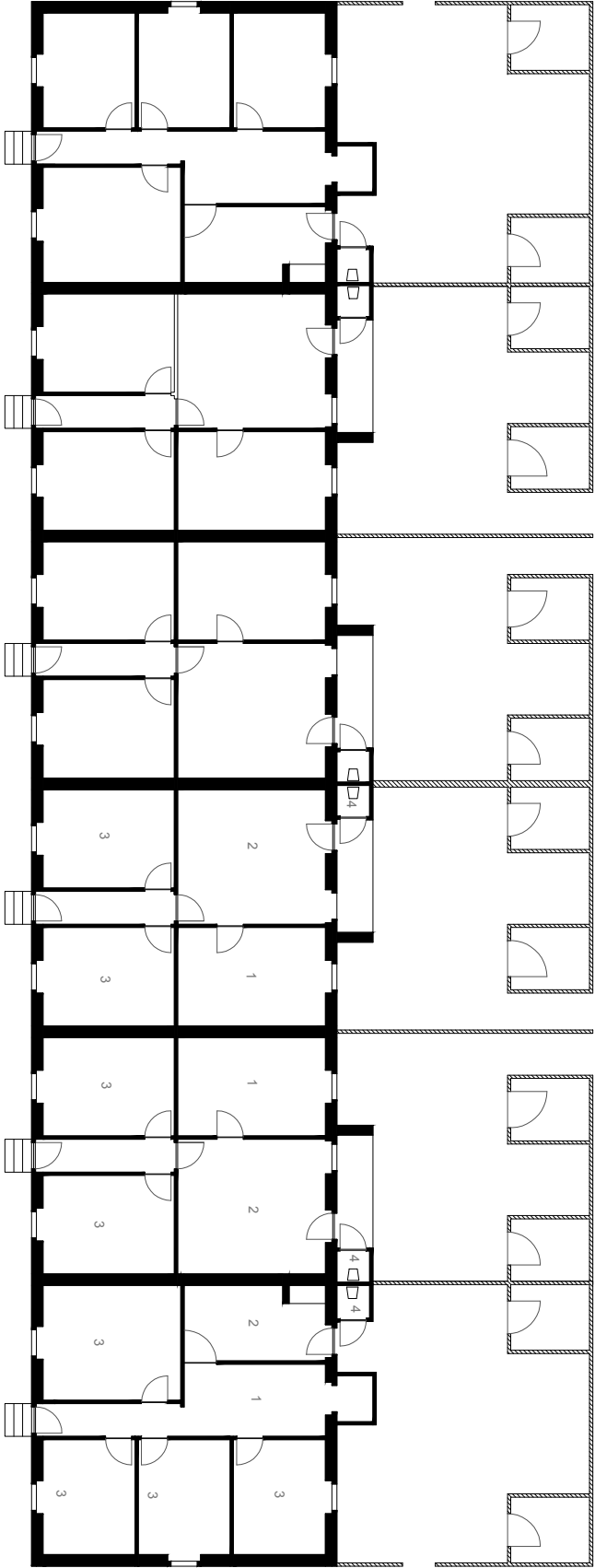


Planta das habitações
Escala 1:200
1-Sala de Jantar
2-Corredor
3-Cuarto
4-Relevo

Habitações em Banda	
8.1	0



Alçado Principal
Escala 1:150

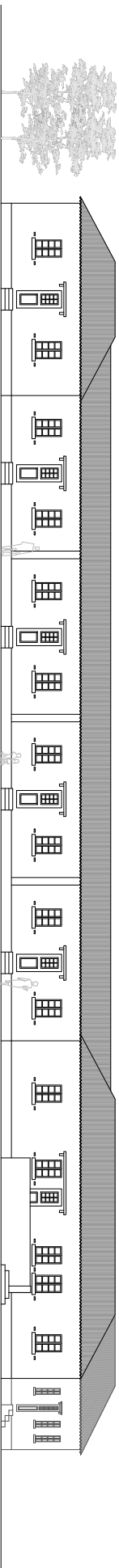


Planta das habitações

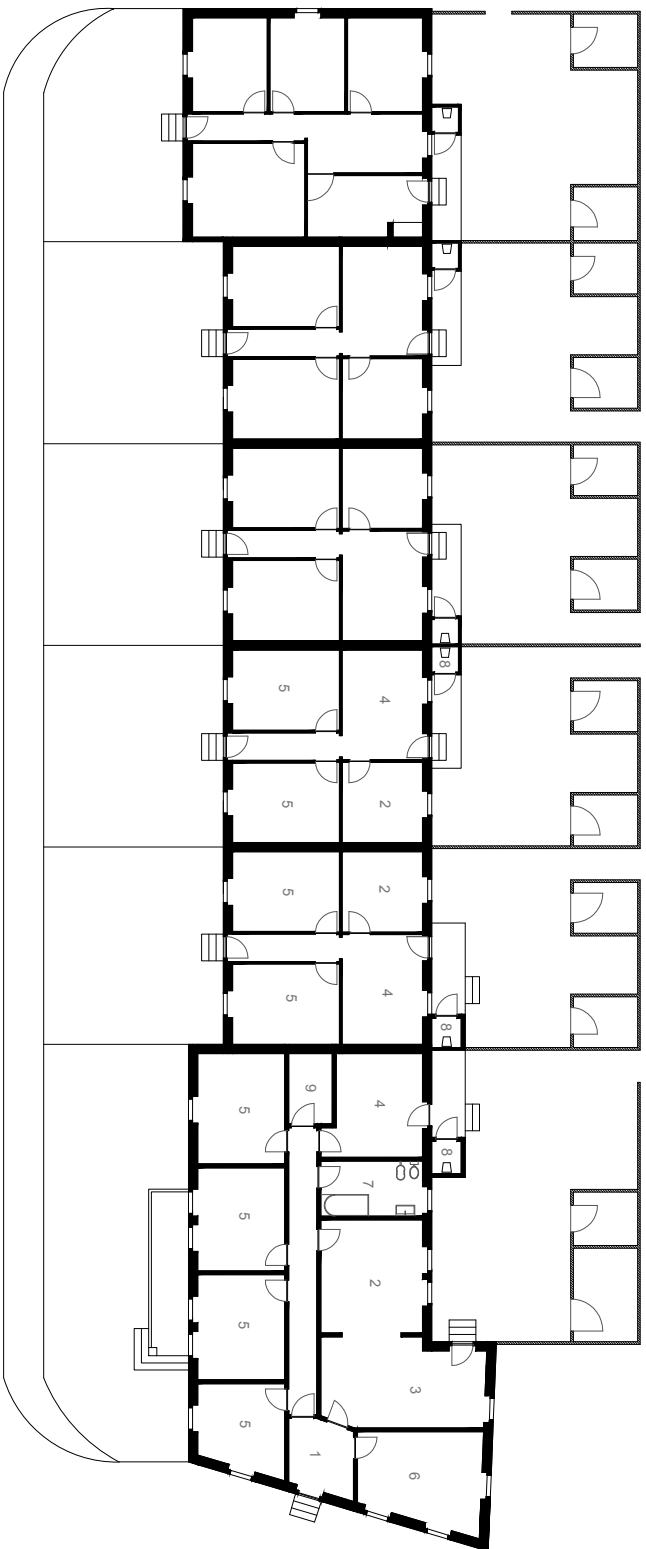
Escala 1:150

- 1-Sala de Jantar
- 2-Cozinha
- 3-Quarto
- 4-Retrato

Habitações em Banda	8.2
-Casas nº 7 a 12	
-Casas nº 13 a 18	



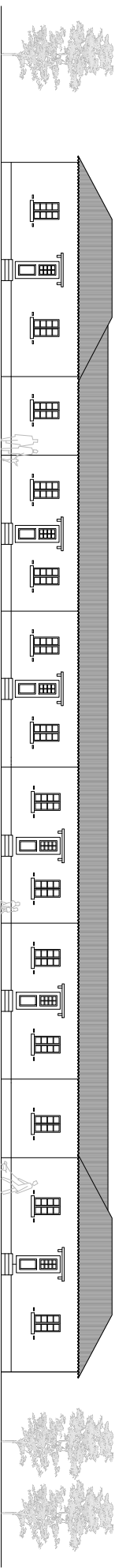
Alçado Principal
Escala 1:200



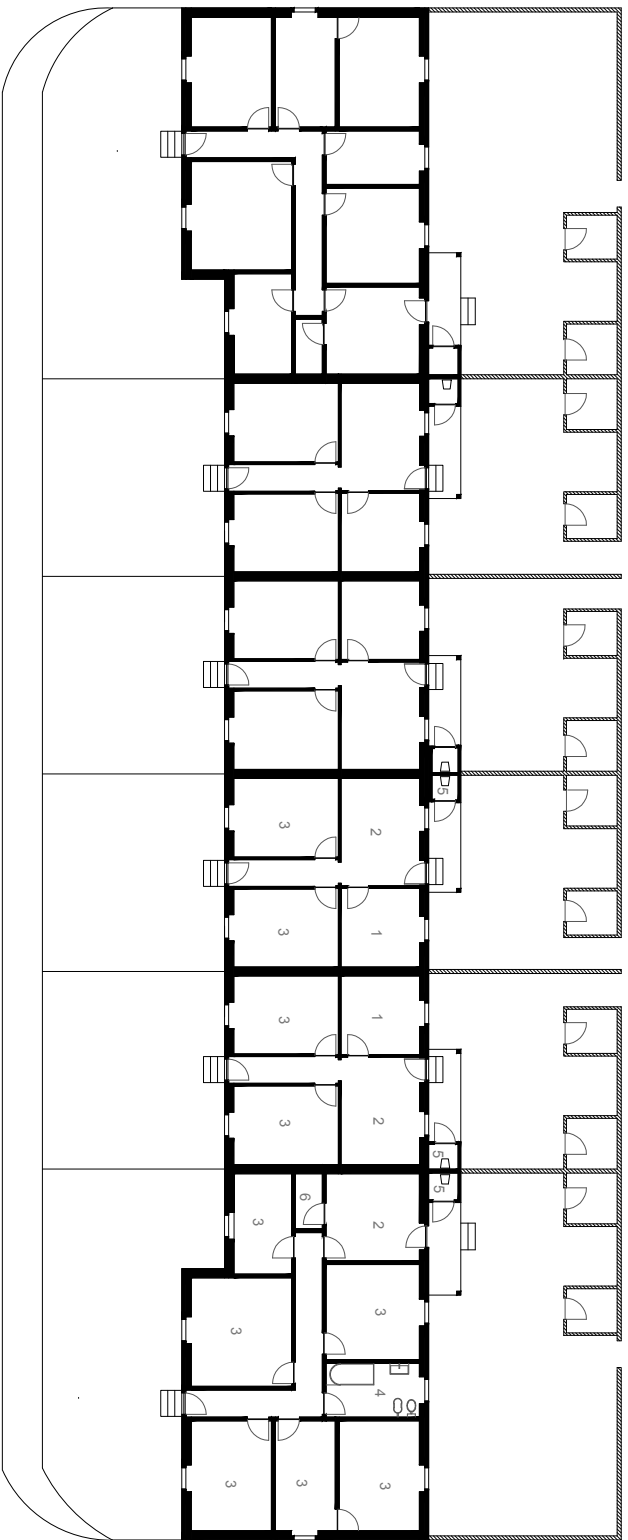
Planta das habitações

Escala 1:200

- 1-Vestibulo
- 2-Sala de Jantar
- 3-Sala de Estar ou Escritório
- 4-Cozinha
- 5-Quarto
- 6- Quarto de hóspedes
- 7- Casa de Banho
- 8- Retrete
- 9- Despensa



Alçado Principal
Escala 1:200



Planta das habitações
Escala 1:200

1-Sala de jantar
2-Corredor
3-Corrida
4-Casa de Banho
5-Retrato
6-Despensa

HABITAÇÕES GEMINADAS

As habitações geminadas não eram para uma classe específica, contudo foi a primeira tipologia a aparecer com a construção das casas destinadas aos engenheiros. Cada conjunto era composto por duas casas com 114m², rodeado por um jardim e separados da rua a uma distância de 18 metros.

O acesso era feito lateralmente através de uma entrada com um pequeno telheiro e três degraus que desenhavam o patamar de entrada.

No interior as zonas comuns eram separadas das zonas privadas pela distribuição por dois pisos. No primeiro piso, orientados a Noroeste estavam os espaços de cozinha e sala de jantar. Estes espaços estavam relacionados com o logradouro posterior. A sala de estar e o escritório relacionavam-se com o jardim da frente. Este piso era construído com paredes de fachada em alvenaria e paredes interiores em tijolo ao alto. No segundo piso encontravam-se três quartos e uma casa de banho. Este era construído com um sistema de asnas de madeira revestido com telha cerâmica, estando assente sobre um ripado de madeira de cor verde que se revelava na fachada. (E.C.L.,1939)

Três outros conjuntos de casas geminadas estavam localizados nas extremidades das filas de habitação em banda e destinavam-se a famílias operárias mais numerosas. Distinguiam-se por terem uma área maior, dois pisos, e por terem mais divisões. Cada conjunto tinha duas casas cujo acesso era feito axialmente através de um alpendre coberto com um telheiro.

No primeiro piso existia um corredor de distribuição para cada compartimento. Um dos quartos situava-se neste piso e tinha relação com o jardim da frente. A cozinha e sala de jantar, também neste piso, relacionavam-se com o logradouro traseiro. À semelhança do logradouro das habitações em banda, este também era pavimentado, não permitindo o cultivo agrícola e no topo tinha anexos complementares à casa.

O acesso ao segundo piso realizava-se através de uma escada localizada ao lado da entrada principal, no qual encontravam-se dois quartos e uma casa de banho. Para além destes conjuntos existiam mais habitações dentro desta tipologia como a casas 78 e 81 desenhadas entre 1944 e 1949 que, no entanto, apresentavam algumas diferenças. As suas áreas eram maiores (uma com 125m² e outra com 200m²) e ambas tinham mais divisões (uma tinham 8 divisões e outra tinham doze). As casas apresentavam, um quarto para a empregada o que fazia deduzir que pertenciam a trabalhadores com cargos mais importantes.

O acesso era feito através de um alpendre com um telheiro recuado face ao plano de fachada. A entrada era feita através de um hall de distribuição. Nesta caso, a sala de jantar relacionava-se com jardim e com a cozinha. Esta por sua vez tinha acesso ao logradouro. Através do mesmo hall e passando pela sala de estar, chegava-se aos quartos. Existia uma clara separação de espaços comuns e espaços privados. (E.C.L.,1939)



Figura 44- Vista do Bairro



Figura 45- Casas Geminadas, Casas dos Capatazes



Figura 46- Casas Geminadas, Casas dos Capatazes



Figura 47- Casas Geminadas, Casas dos Engenheiros



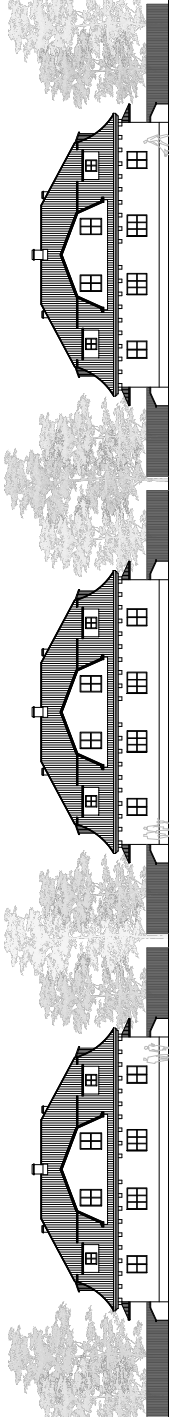
Figura 48- Casas Geminadas, Casas dos Engenheiros



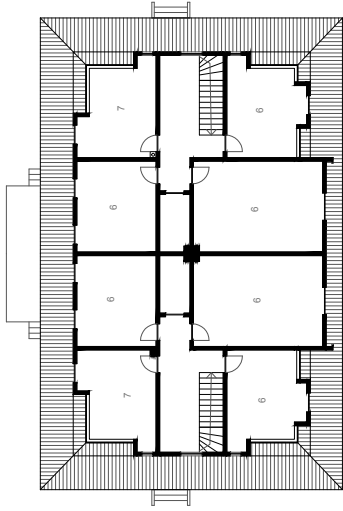
Figura 49- Casas Geminadas



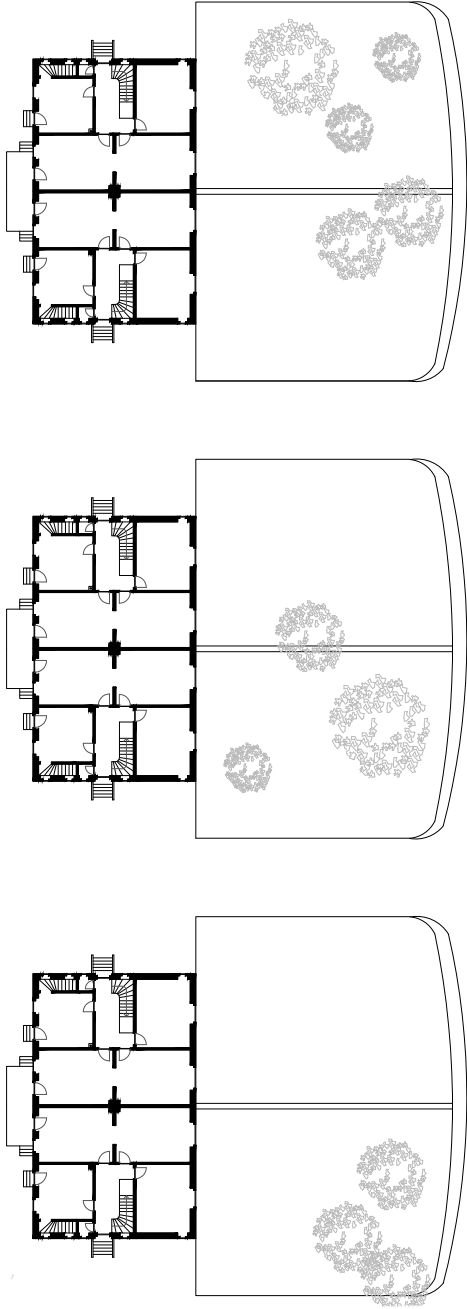
Figura 50- Casas Geminadas



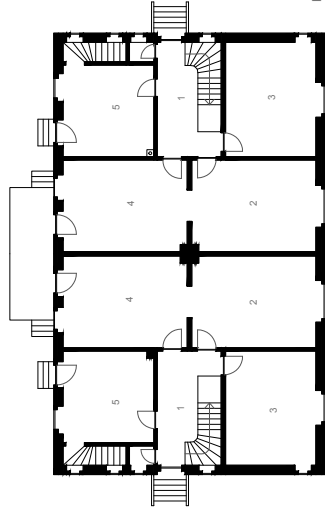
Alçado Principal
Escala 1:250



Planta Piso 1
Escala 1:150



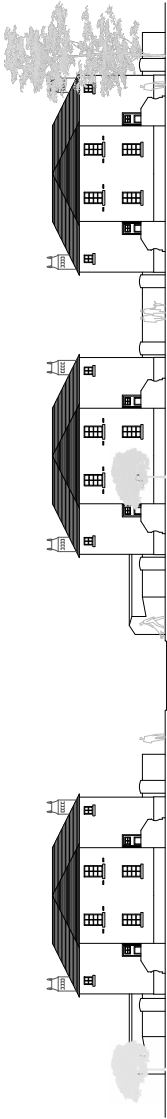
Planta Piso 1
Escala 1:150



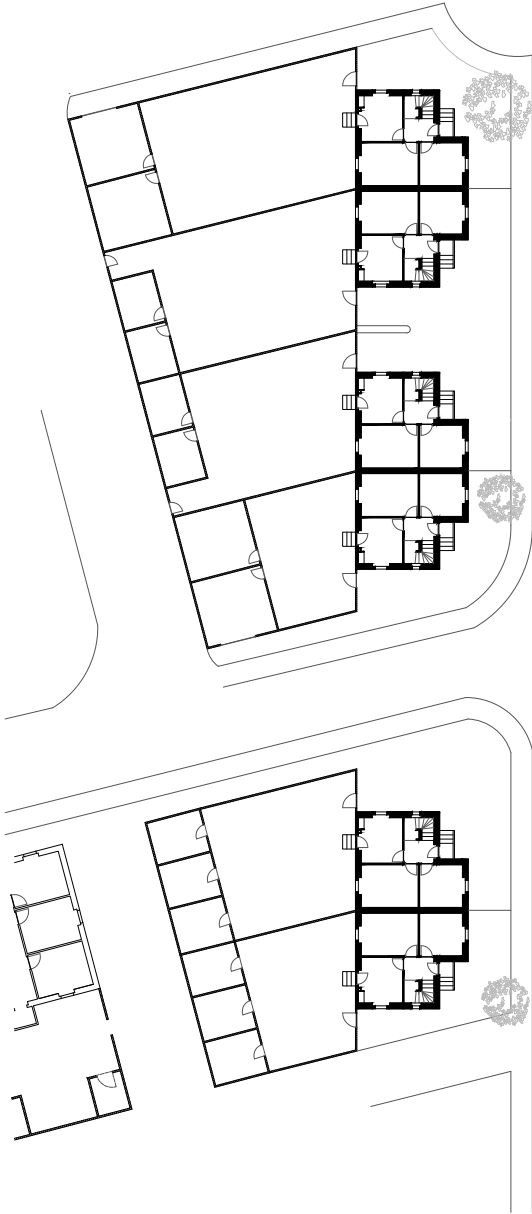
Planta Piso 0
Escala 1:150

Planta de Implantação
Escala 1:250

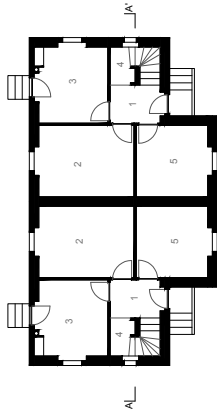
Habitáções Germinadas	8.5
-Casa nº 2 a 6	



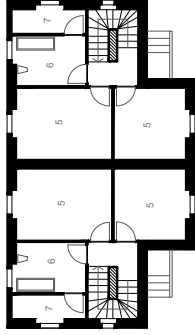
Alçado Principal
Escala 1:250



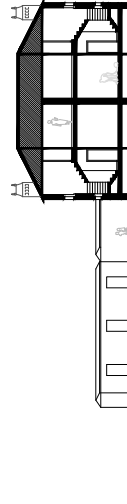
Planta Implantação
Escala 1:250



Planta Piso 0
1-Hall
2-Sala de Estudo
3-Cozinha
4-Despensa
5-Quarto

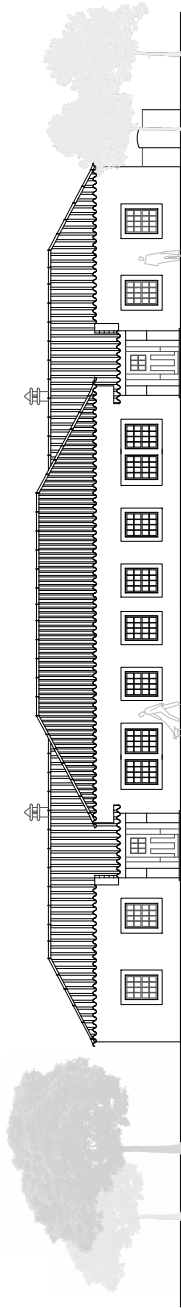


Planta Piso 1
Escala 1:150
5-Quarto
6-Copa de Banho
7-Aterro

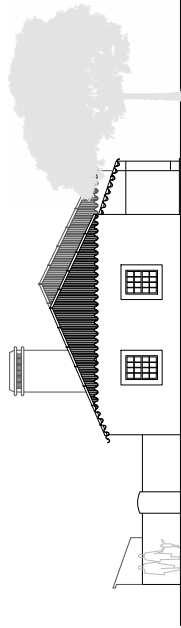


Corfe AA'
Escala 1:100

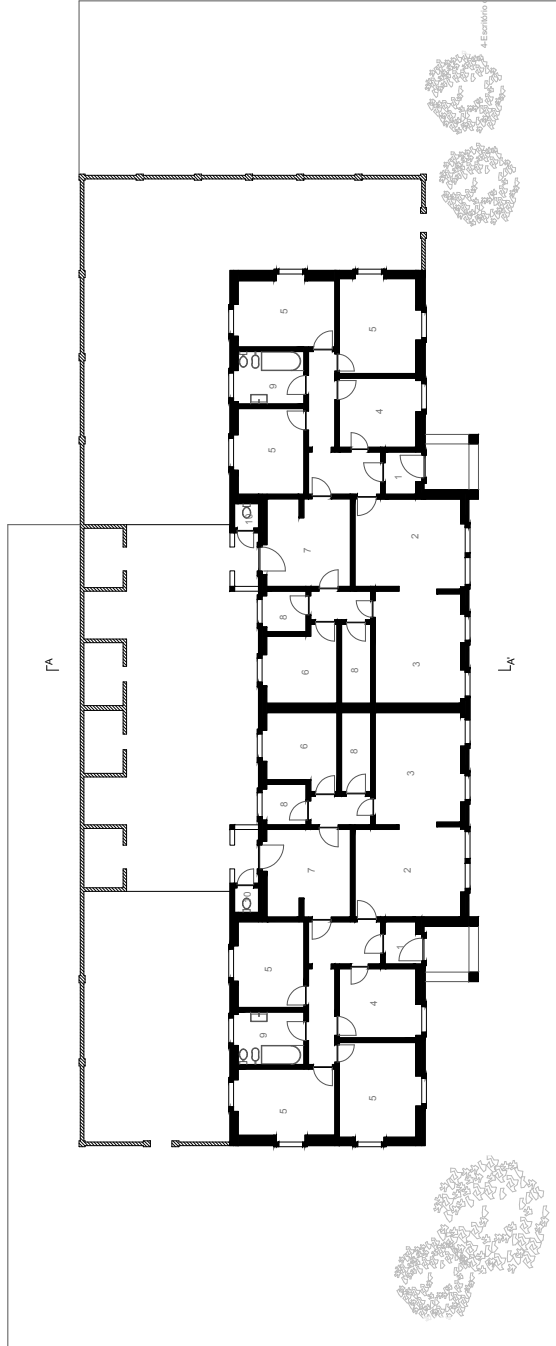
Habitatçoes Germinadas	Q _n
8.6	
-Casas nº 26, 27, 28, 29 e 30	



Alçado Principal
Escala 1:150

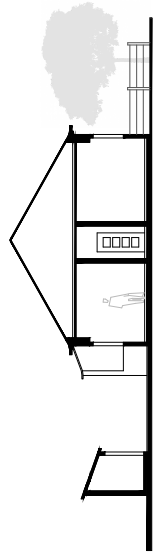


Alçado Lateral
Escala 1:150



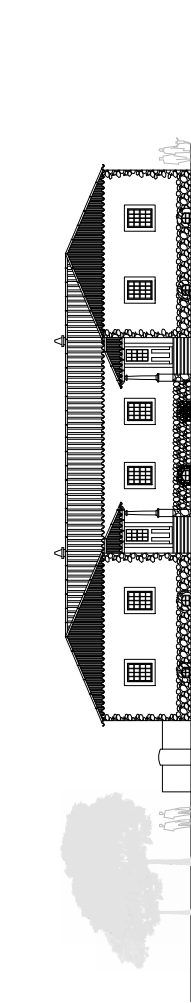
Planta Piso 0
Escala 1:200

1-Hall
2-Sala de Espera
3-Sala de Espera
4-Exornio no Quarto de Hospedes
5-Quarto
6-Quarto
7-Corredor
8-Dormitório
9-Cam. de Banho
10-Refeitório

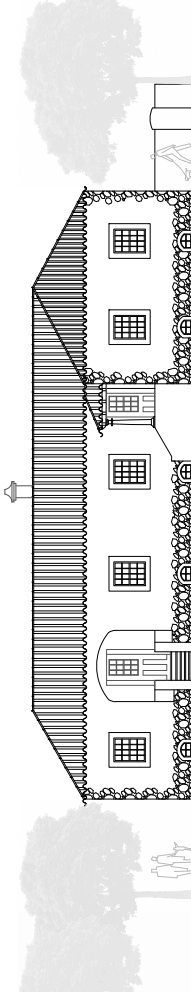
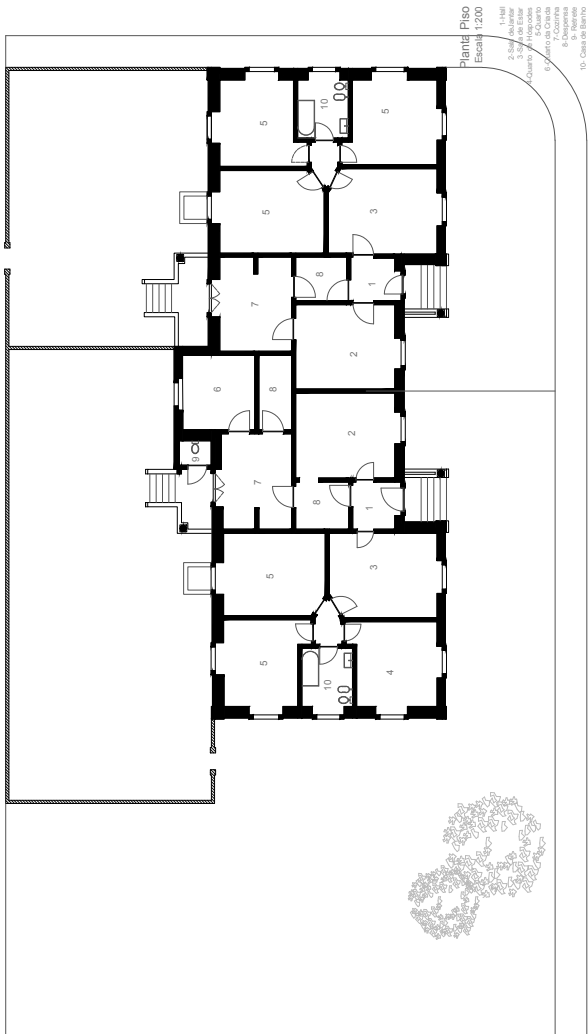


Corte AA'
Escala 1:150

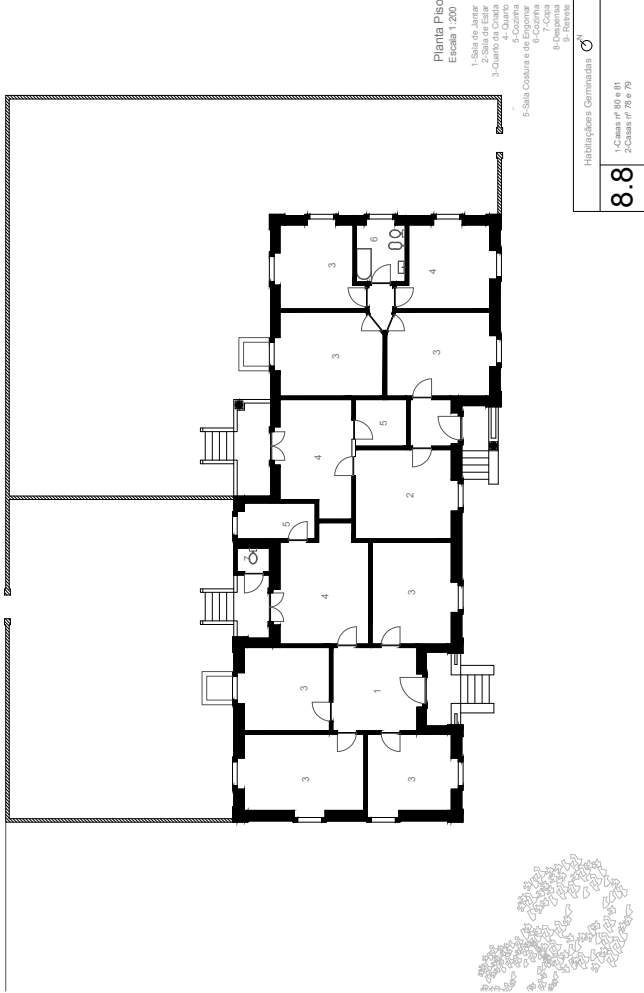
Habitábilidade Germinadas	
-Casa nº 84 e 85	
8.7	Ø



Alçado Principal
Escala 1:200



Alçado Principal
Escala 1:200



Habitabções Condições	
1	1 Casas nº 80 e 81
2	2 Casas nº 78 e 79

8.8

HABITAÇÕES ISOLADAS

A casa do Diretor foi a primeira desta tipologia a ser construída, funcionando nos dias de hoje como albergue temporário. Era um edifício com 242m² e dois pisos, localizado num lote ajardinado de cerca de 3000m².

O acesso era feito através do jardim, que afastava a casa cerca de 60 metros da via pública. A fachada principal tinha um alpendre coberto e axial à casa.

No primeiro piso encontravam-se os espaços coletivos: escritório, sala de estar e sala de jantar a Oeste, e a cozinha e quarto da empregada a Este. Neste piso através de ambas as salas passava-se para o terraço- orientado a Oeste- acendendo ao jardim. No segundo piso estavam os quartos e as casas de banho.

A casa nº 56, casa pertencente ao Engenheiro Fiúza, situava-se a 38 metros de distância anterior e estava afastada cerca de 17 metros da via pública. (E.C.L., 1939)

À semelhança da casa do diretor, a entrada era marcada por um patamar coberto com um telhado de três águas. O acesso ao piso era feito de forma axial pela fachada principal, através de um corredor de distribuição, o qual terminava com o acesso ao piso superior no centro da casa. O acesso secundário era feito através da cozinha.

No primeiro piso estavam localizadas a Este as salas de jantar e estar, a Sul a cozinha e a copa e a Oeste os arrumos e quarto da empregada. Todos os compartimentos comunicavam entre si através do centro, e tinham toda relação com o exterior. Pelas salas tinha-se acesso a um terraço exterior. No segundo piso, organizados em torno do espaço central situavam-se os quartos.

A casa 76, designada por casa do médico, estava situada a Sul do jardim público (atual Parque da Memória) e do posto médico. Era uma habitação unifamiliar localizada num lote ajardinado e afastada da rua aproximadamente 30 metros. O acesso era feito por um alpendre, que ocupava metade da frente da casa. A entrada fazia-se axialmente por um hall, que distribuía às zonas comuns; sala de esta e sala de jantar com ligação à copa e posteriormente à cozinha. (E.C.L., 1939)

Pelo hall, através de umas escadas tinha-se acesso ao segundo piso nas águas furtadas onde a Sul se encontravam os quartos.

No exterior, uma pequena varanda tinha um sanitário para as empregadas e funcionava como acesso secundário à casa.

Esta tipologia era a que se encontrava com menos frequência, mas com mais variações nos desenhos das habitações.



Figura 51- Casa do Engenheiro Fiúza



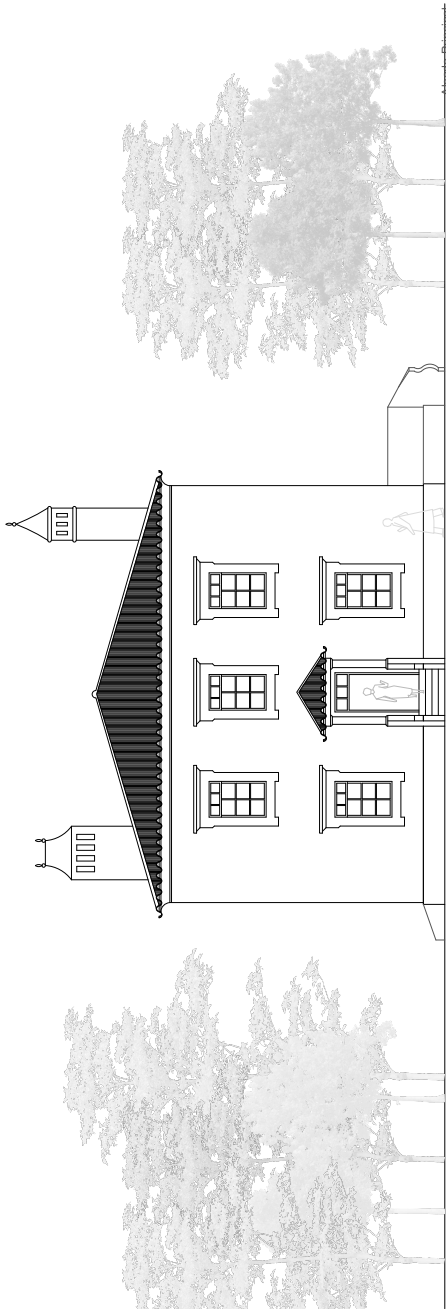
Figura 52- Casa do Diretor



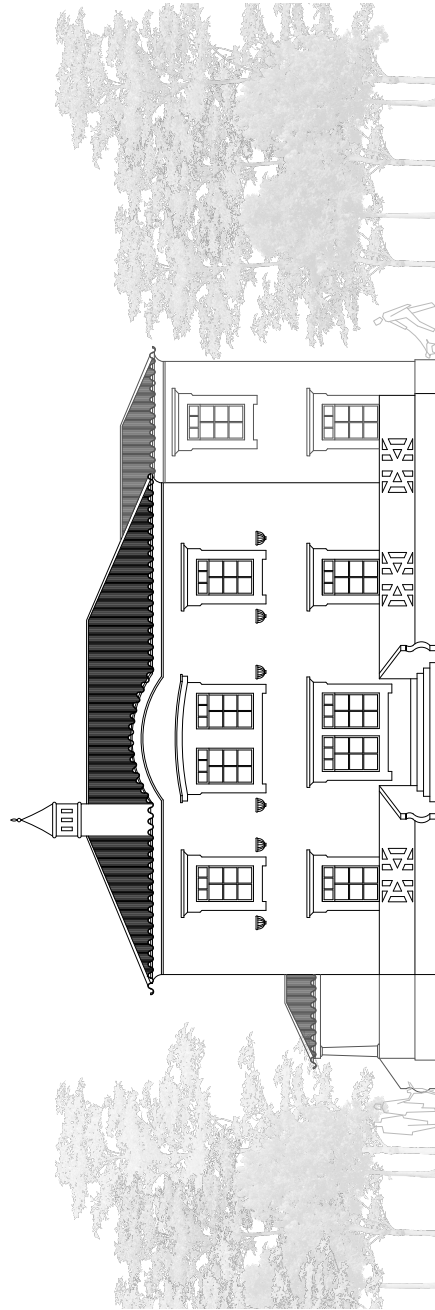
Figura 53- Casa do Engenheiro Fiúza



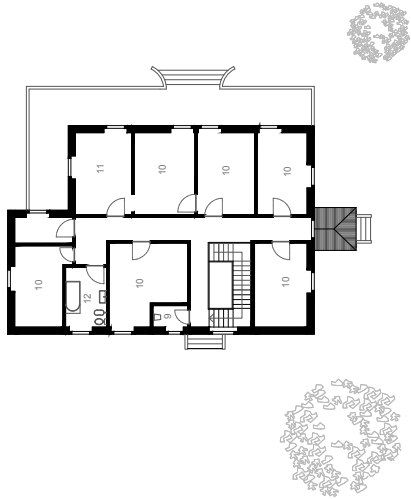
Figura 54- Casa do Médico



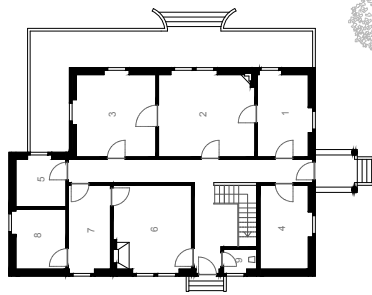
Alçado Principal
Escala 1:100



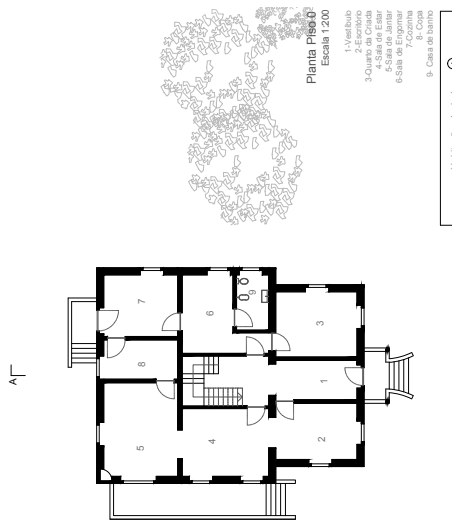
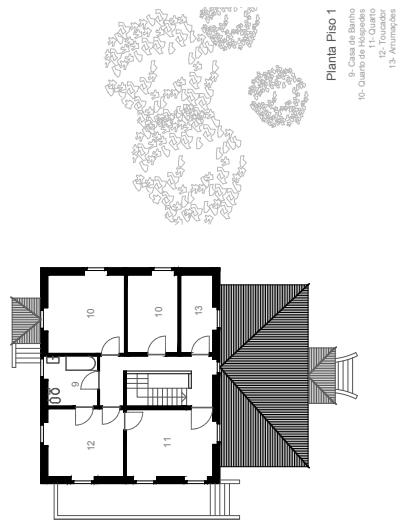
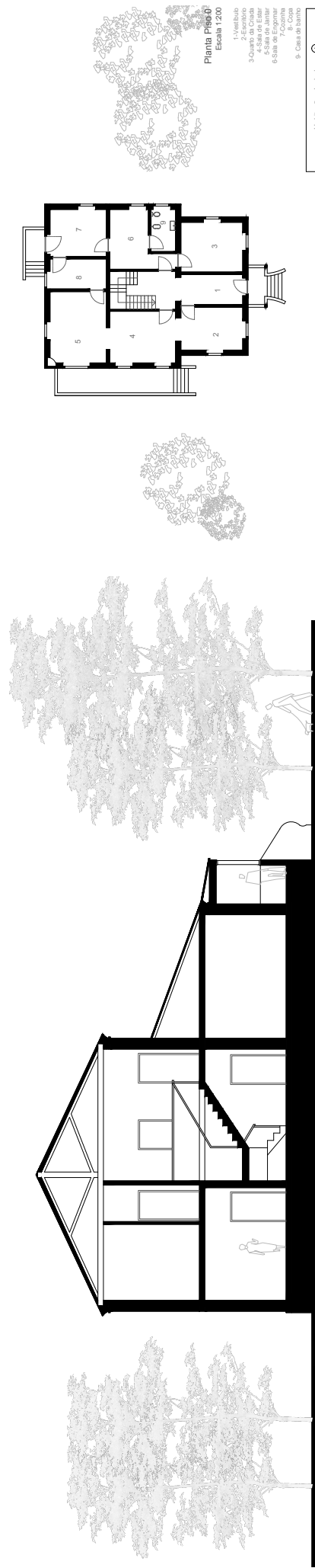
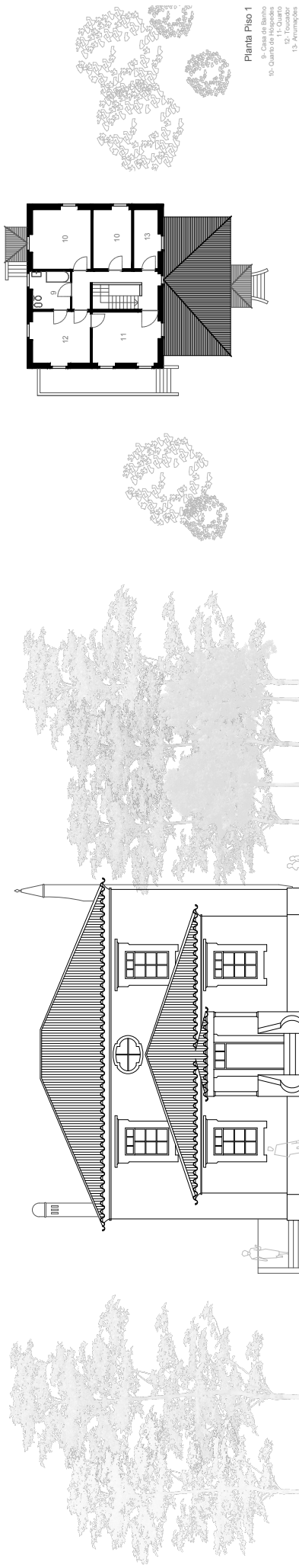
Alçado Oeste
Escala 1:100

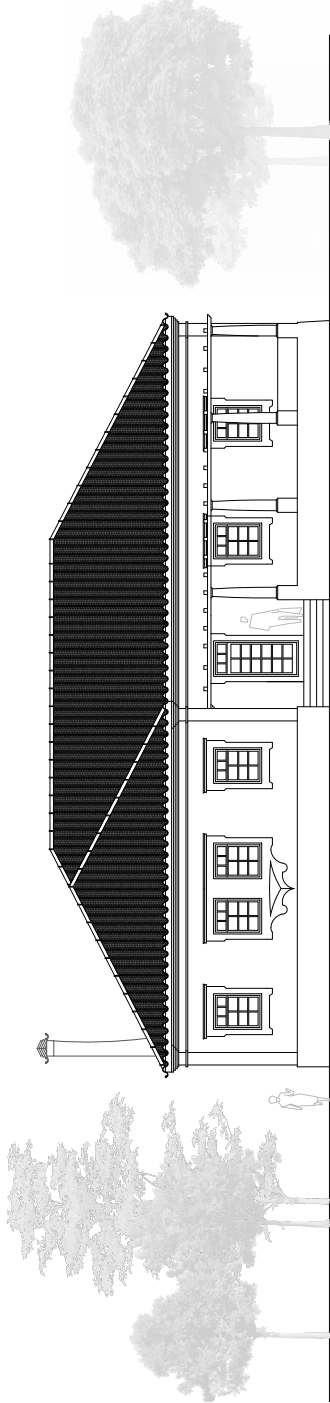


Planta Piso 1
Escala 1:200
1- Sala de Estar
2- Sala de Estar
3- Sala de Estar
4- Quarto
5- Quarto
6- Quarto
7- Quarto
8- Quarto
9- Quarto
10- Quarto
11- Quarto
12- Quarto

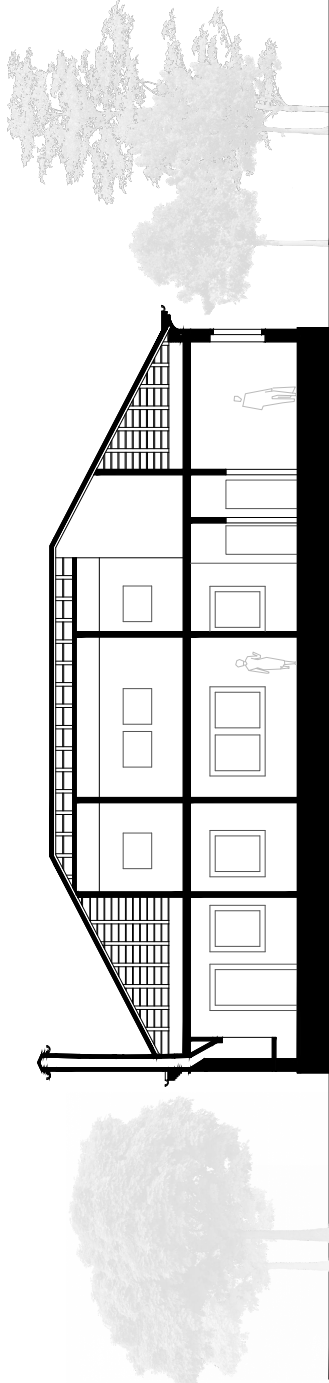


Planta Piso 0
Escala 1:200
1- Sala de Estar
2- Sala de Estar
3- Sala de Estar
4- Quarto
5- Quarto
6- Quarto
7- Quarto
8- Quarto
9- Quarto
10- Quarto
11- Quarto
12- Quarto

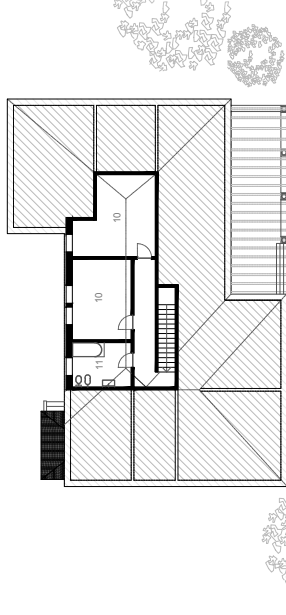




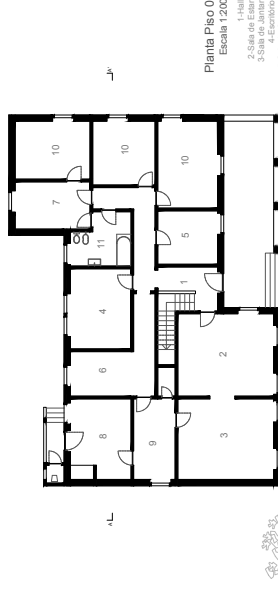
Alçada Principal
Escala 1:100



Corte AA'
Escala 1:100



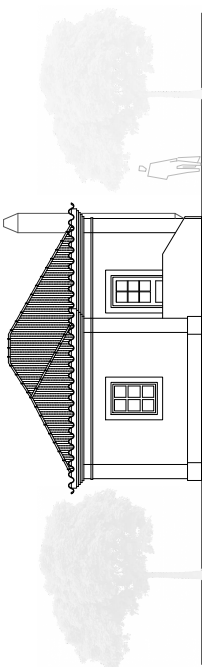
Planta Piso 1
Escala 1:200
10- Quarto
11- Casa de Banho



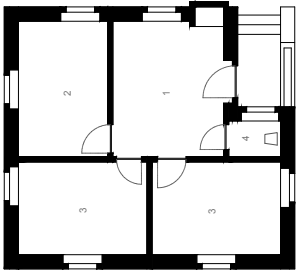
Planta Piso 0
Escala 1:200
1- Hall
2- Sala
3- Sala da Jantar
4- Escritório
5- Sala
6- Sala de Engraxar
7- Sala de Vesteir
8- Cozinha
9- Cozinha
10- Banho
11- Casa de Banho

Habitações Isoladas	
8.11	Casa do Médico

1



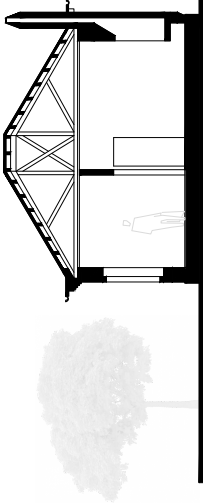
Alçado Principal
Escala 1:100



Planta Piso 0
1-Sala de Entrada
2-Corredor
3-Corredor
4-Retrete

AL

JA

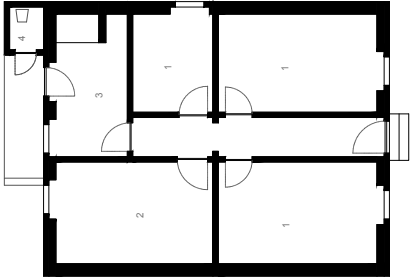


Corte AA'
Escala 1:100

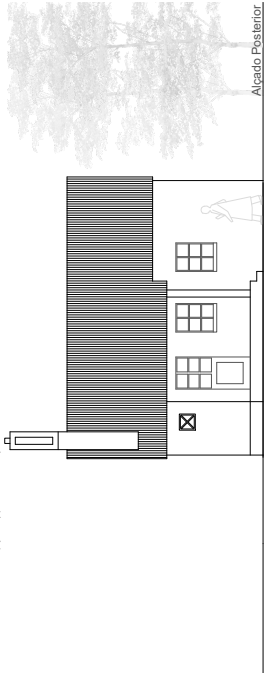
2



Alçado Principal
Escala 1:100

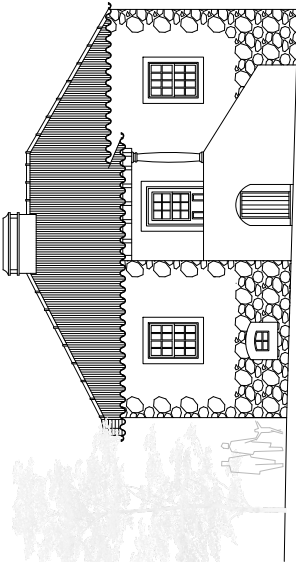


Planta Piso 0
1-Corredor
2-Sala de Entrada
3-Corredor
4-Retrete

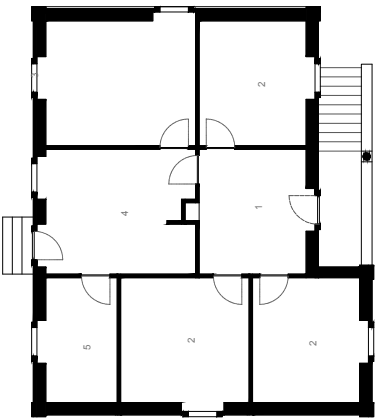


Alçado Posterior
Escala 1:100

3



Alçado Principal
Escala 1:100



Planta Piso 0
1-Sala de Entrada
2-Corredor
3-Corredor
4-Retrete



Habitaciones Inicializadas	
8.12	1-Casa do Grande das Poças 2-Casa do Grande das Poças 3-Casa PZ

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

O conjunto arquitetônico para além do complexo fabril com os edifícios industriais tinha um complexo habitacional, como já referido, como habitações e equipamentos

O Bairro do Pessoal da E.C.L. para além de um vasto número de habitações, para acolher e fornecer boas condições de vida aos operários, possuía também um vasto conjunto de espaços e edifícios públicos sociais e culturais.

Os edifícios coletivos foram construídos em vários períodos, sendo no conjunto:

- duas Escolas Primárias, Posto Médico, Caixa de Previdência, Casa do Pessoal (antiga casa sindical), Balneário, Barbearia, Restaurante, Capela, Cantina, Cooperativa de Consumo, Parque Infantil, Campos desportivos.

Deste conjunto de habitações e equipamentos surgiu uma organização espacial, social e cultural, o Bairro do Pessoal da E.C.L.



EDIFÍCIOS PÚBLICOS

A cantina e a capela foram os primeiros edifícios a serem construídos.

A Cantina situava-se na zona de maior densidade habitacional e destinava-se a servir refeições aos operários e suas famílias. Era um edifício em forma de “L” que delimitava o quarteirão. Em 1966, este edifício foi ampliado e remodelado passando a conter para além da cantina, uma drogaria, uma retrosaria e uma mercearia para uso exclusivo dos habitantes do Bairro.

A entrada do edifício era feita através de um alpendre coberto ainda hoje visível, que marcava o acesso a mesma.

A construção da Capela demonstrava a importância da instrução religiosa na vida dos operários.

O edifício situava-se no topo de uma das principais artérias do Bairro e junto das casas com maior impacto arquitetónico (casa do diretor, casas dos engenheiros e casa do Engenheiro Fiúza). Esta localização era também uma forma de afirmação de poder e controlo. O comprimento dado a este edifício permitia que este fosse visível a longa distância, mostrando assim a sua relevância.

No exterior, um alpendre coberto marcava a entrada e permitia o acesso ao edifício. No transepto saliente existiam também duas entradas secundárias. No interior, salientava-se a cobertura do teto em madeira assente em paredes de alvenaria brancas. A luz que entrava no edifício através de três óculos, um na fachada principal e outros dois no transepto, conferia ao espaço um ambiente de introspeção.

O Balneário e o restaurante, à semelhança da cantina, também se localizavam junto da área de maior concentração habitacional.

A entrada do edifício do balneário era marcada por um patamar de acesso e por um plano de fachada que sobressaía do restante edifício.

Era um edifício de planta retangular com acesso axial, permitindo a distribuição do programa. Do lado esquerdo ficava a zona de higiene do sexo masculino e do lado direito localizava-se a área destinada ao sexo feminino. Ainda deste lado existia também uma pequena barbearia com acesso pelo exterior. Hoje em dia, o edifício foi adaptado e funciona como clínica de fisioterapia.

O Restaurante localizava-se a 17 metros a oeste (lado esquerdo) do edifício do balneário. Aqui as refeições eram servidas em três salas distintas consoante o cargo do trabalhador. A sala nº1 era para os engenheiros, técnicos superiores visitantes e convidados; a sala nº 2 era para os empregados; a sala nº3 era para os operários.

O acesso ao edifício fazia-se através de um alpendre que permitia o acesso independente a cada uma das salas. Estas três divisões formavam o primeiro corpo do edifício, com planta retangular e ao qual se anexava um segundo corpo de dois pisos. Neste segundo corpo, no primeiro piso localizava-se a cozinha que comunicava diretamente com as três salas e no segundo piso uma casa com três quartos e uma casa de banho.



Figura 55- Antiga Cantina



Figura 56- Capela



Figura 57- Balneário



Figura 58- Restaurante

O Posto Médico era um edifício desenhado com elementos tradicionais da arquitetura portuguesa (telha de cerâmica, pináculos no remate dos telhados...)

Este desenvolvia-se num único piso e era composto por vários volumes com funções distintas que apesar de serem autónomos estavam ligados entre si por um hall comum.

O acesso ao edifício era feito por um patamar exterior com uma pérgula que sombreava o espaço de espera. A entrada realizava-se através do hall principal que fazia a distribuição às diferentes zonas de tratamento. Cada um dos três corpos continha vários gabinetes que correspondiam à enfermaria, às consultas externas e ao internato, cada um com um acesso independente.

No exterior, o edifício era caracterizado pelas coberturas tradicionais, ornamentadas com alguns pináculos e com paredes de alvenaria branca decoradas com painéis de azulejo. O interior contrastava com o exterior pois o desenho das portas e do mobiliário apresentava influências modernistas.

A casa sindical ou Casa do Pessoal, como é denominada atualmente, juntava no mesmo edifício várias funções, todas relacionadas com o convívio e sociabilidade dos trabalhadores da fábrica.

Embora o projeto final seja atribuído ao Arquiteto Narciso Costa¹⁷, o projeto inicial terá sido elaborado segundo diretrizes e responsabilidade de Rocha e Mello.

O acesso era feito através de uma praça que permitia a chegada dos veículos até à entrada do edifício. A entrada, por sua vez, era realizada através de um patamar acedido por uma escadaria e coberto por uma pala.

A distribuição dos espaços era feita através do hall que dava acesso à sala de espetáculos, à biblioteca e ao botequim.

A sala de espetáculos era decorada com frescos e continha um palco onde eram exibidos cinema, teatro entre outras artes. No topo da sala situavam-se os camarins de apoio a este espaço.

A biblioteca continha uma sala de leitura e outra de jogos. O botequim¹⁸ funcionava no local onde hoje funciona um café.

A cobertura plana com platibandas, os grandes vãos com caixilharia de cor vermelha entre outros aspetos conferiam uma linguagem moderna ao edifício.

A Garagem era um edifício retangular com capacidade para 7 carros. Esta destacava-se do restante conjunto pelo programa e pela linguagem arquitetónica.

Este edifício exibia uma tentativa de expressar um modernismo que sobressaia pelo desenho da fachada principal, onde uma alta platibanda escondia uma cobertura inclinada.

Em relação à questão da educação foram construídas duas escolas no Bairro para *"melhorar pela instrução as condições de vida e de trabalho..."* (Pombo, 2007:99) dos filhos dos operários.

A primeira escola, a Escola nº1, foi construída em 1928 e apresentava características da arquitetura vernacular portuguesa.

O acesso era feito a partir de uma escadaria que dava para um patamar protegido por um telhado de três águas. Este patamar antecedia o hall principal.

Este espaço, o hall, que fazia a distribuição para as duas salas de aula e para o espaço de recreio, situava-se nas traseiras do edifício.

17- Narciso Costa nasceu em Braga em 1890 e morreu em Leiria em 1969. Estudou em Genebra na Ecole des Arts et Métiers onde se distinguiu e concluiu o curso após receber vários prémios entre os quais de arquitectura. Foi professor de Desenho Geral na Escola Industrial Domingues Sequeira em Leiria, da qual foi também diretor. Este deixou uma vasta obra em particular na cidade de Leiria e foi o responsável pelo projeto da Casa do Pessoal

18- estabelecimento comercial onde se servem bebidas alcoólicas, refrigerantes, cafés e algumas comidas leves; bar (segundo dicionário da Porto Editora)



Figura 59- Posto Médico



Figura 60- Casa do Pessoal

Cada sala tinha uma área de 53m² e eram iluminadas por três vãos de caixilharia de cor vermelha. Nas traseiras, para além do espaço de recreio situavam-se num corpo independente as instalações sanitárias. O acesso a estas, era feito através de um corredor protegido por uma cobertura de duas águas que ligava os dois edifícios.

A segunda escola, a Escola nº2, foi construída dez anos mais tarde e diferenciava-se da Escola nº1 pela linguagem arquitetónica.

A Escola era um edifício com dois pisos, desenhado com uma linguagem racionalista e influências modernistas que se manifestavam de várias formas como por exemplo na modelação dos vãos que iluminavam o interior, e o uso de platibandas a esconder o telhado tradicional de telha cerâmica.

No primeiro piso, o corredor de distribuição dava acesso a quatro salas que permitiam a separação das turmas consoante o sexo. Neste piso existiam ainda instalações sanitárias e dois espaços de recreio, um no meio do edifício para as raparigas e outro coberto nas traseiras do edifício para os rapazes.

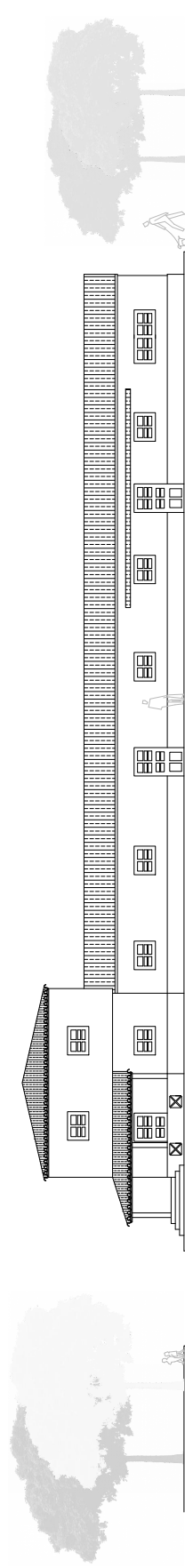
No segundo piso existiam mais cinco salas de aula e no topo do corredor encontrava-se a sala do diretor da escola, que se destacava na fachada por ter uma varanda que servia de cobertura à entrada, e ainda por platibandas altas que marcavam o ritmo dos vãos e da estrutura do edifício.



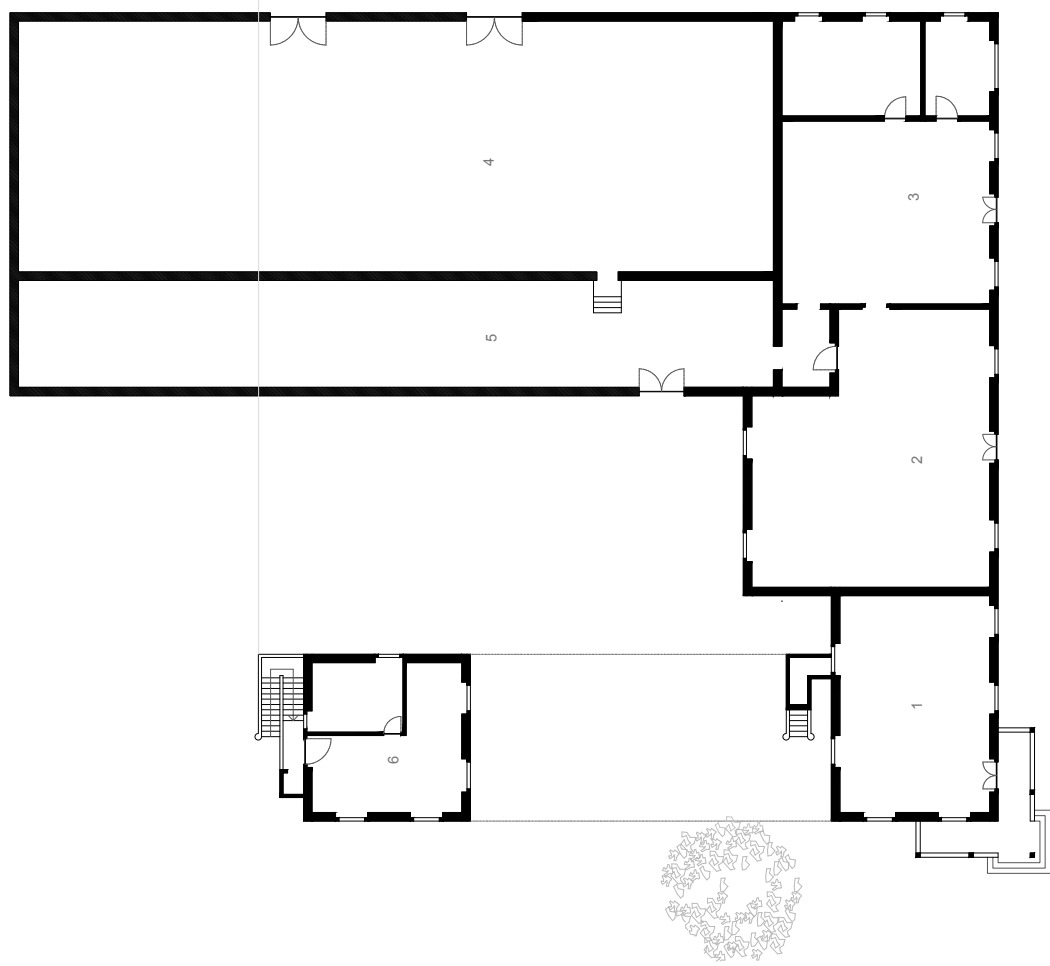
Figura 61- Escola nº1



Figura 62- Escola nº2



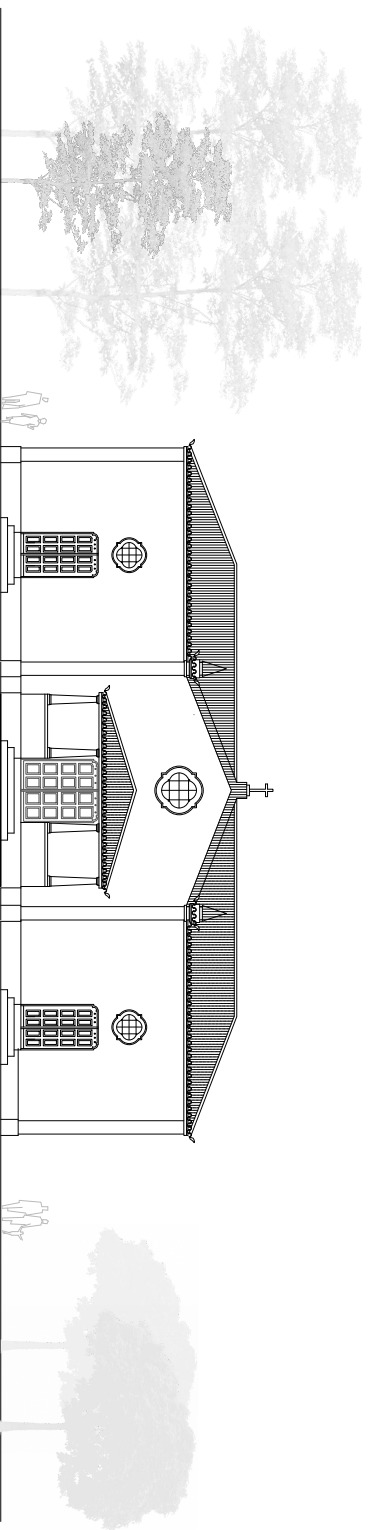
Alçado Principal
Escala 1:200



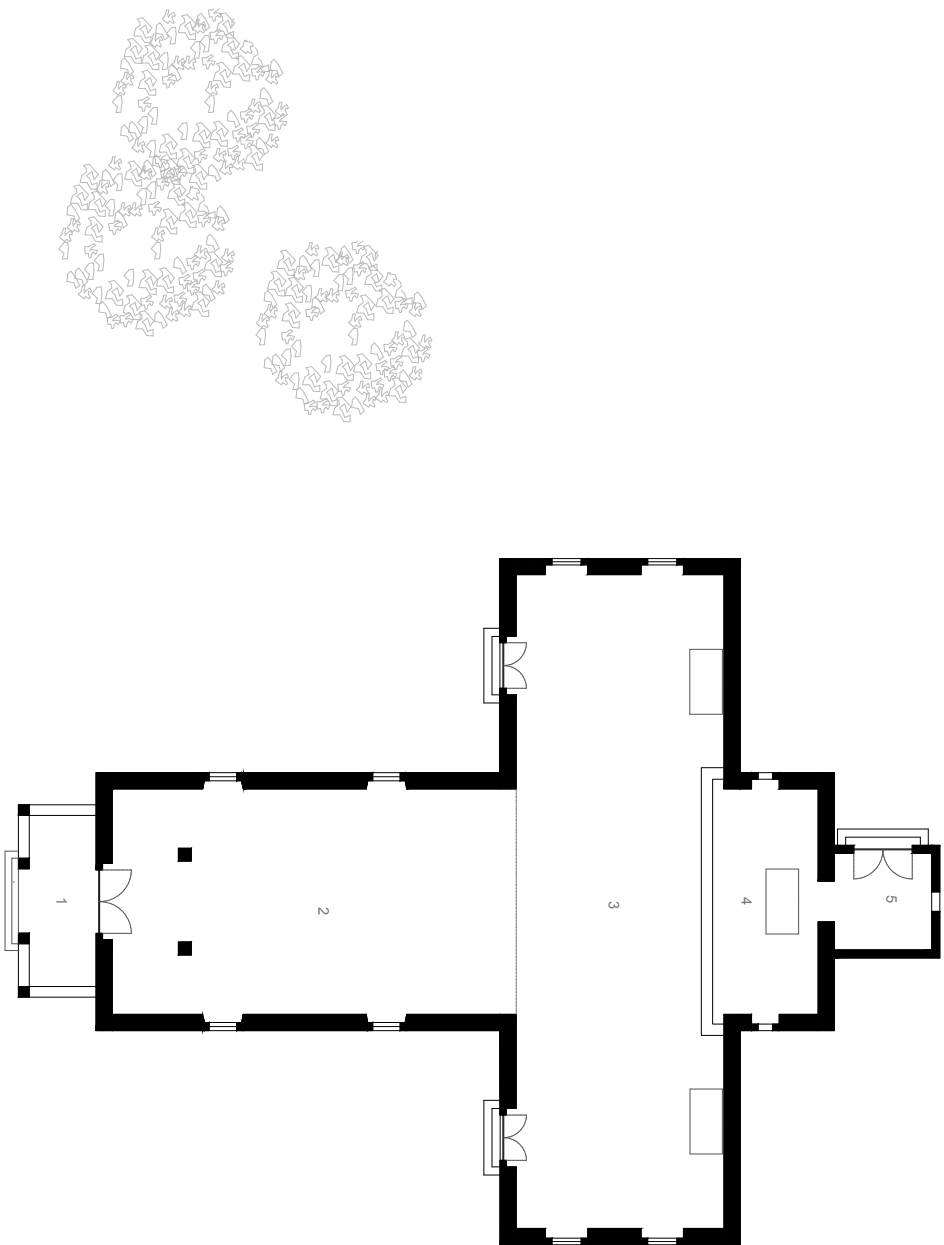
Planta Piso 1
6-Escritórios



Planta Piso 0
Escala 1:250
1-Sala de Venda (da Antiga Cantina)
2-Armazém
3-Armazém
4-Espaço Público
5-Armazém

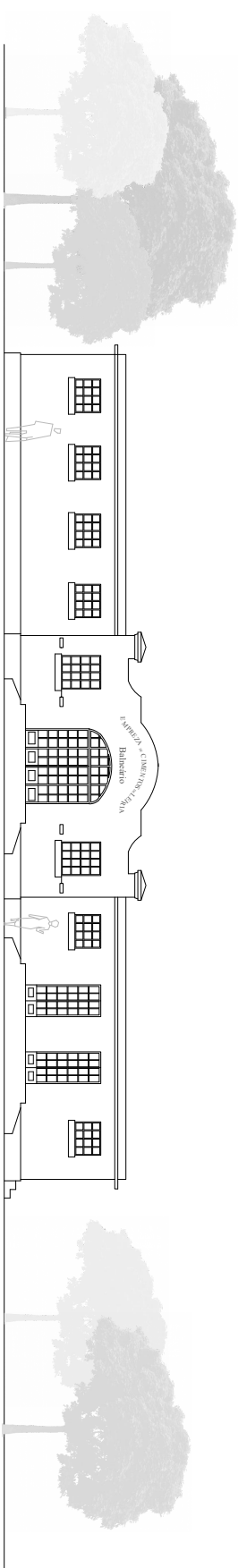


Alcaide Principal
Escala 1:200

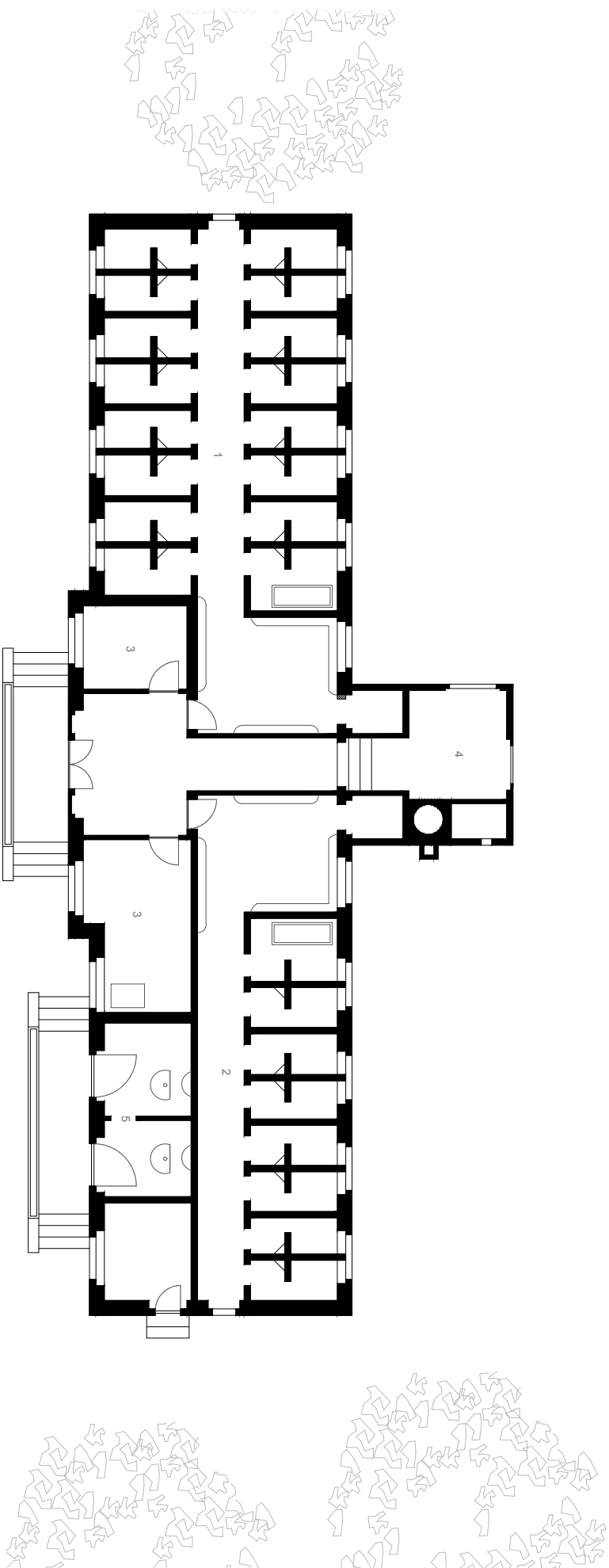


Planta Piso 0
Escala 1:200

- 1-Alpendre
- 2-Nave
- 3-Tribuna
- 4-Alvar
- 5-Sacristia

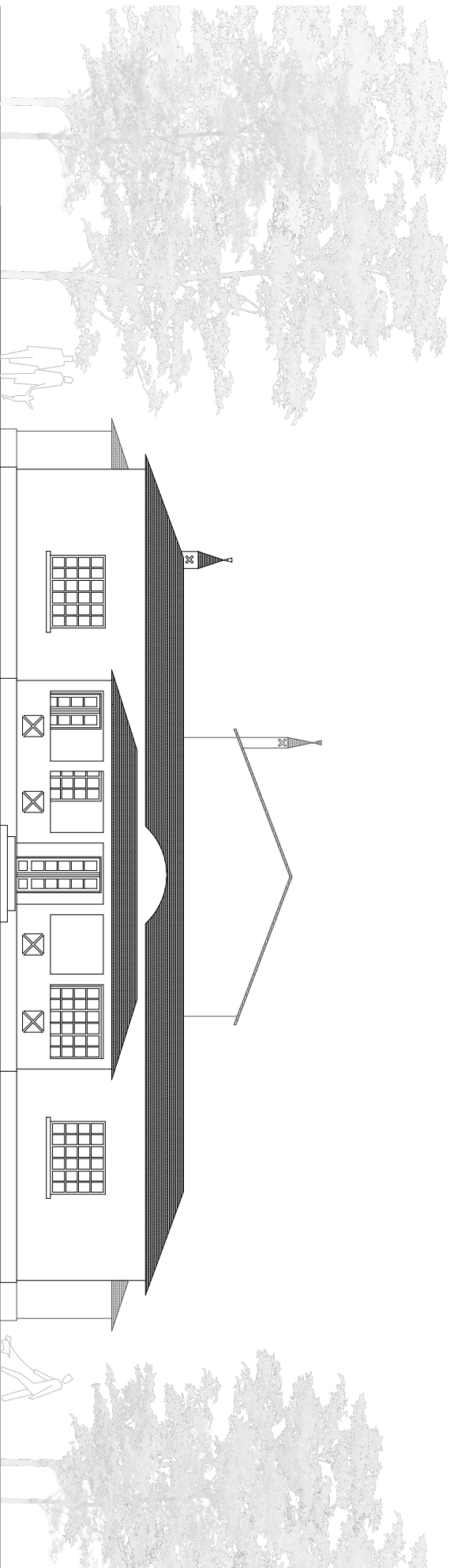


Alçado Principal
Escala 1:200

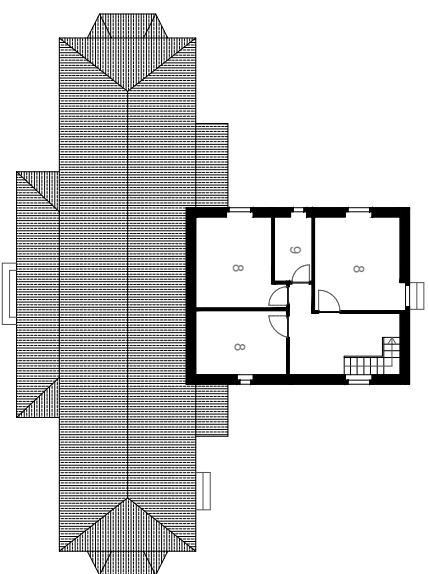
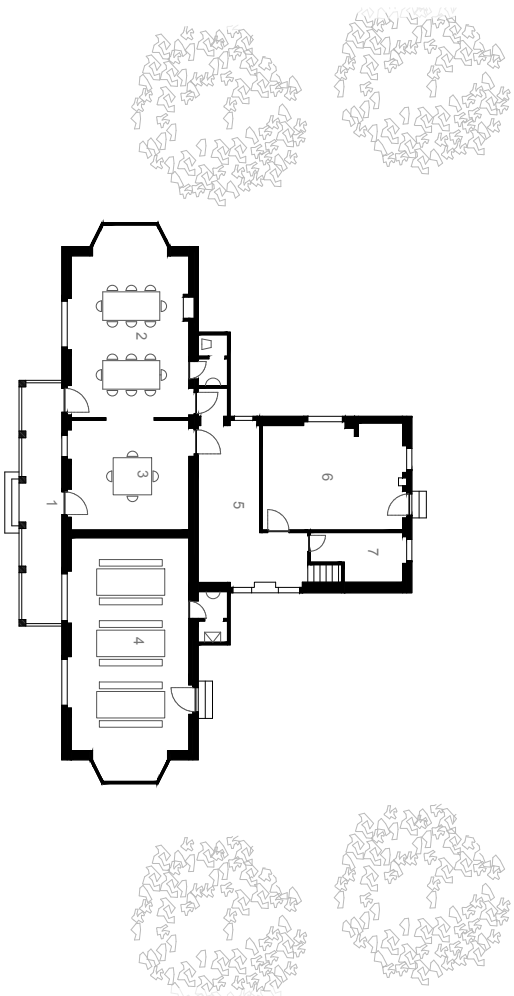


Planta Piso 0
Escala 1:100

- 1-Banheiro Masculino
- 2-Banheiro Feminino
- 3-Arrumos
- 4- Sala das Caldeiras
- 5-Barbearia

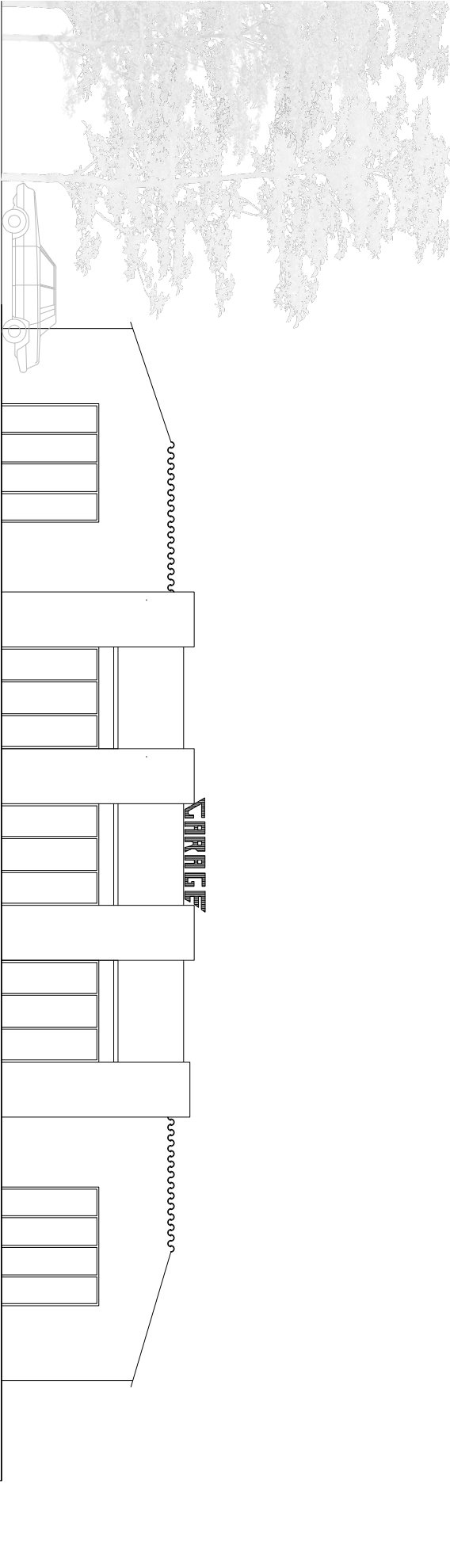


Alameda Principal
Escala 1:200

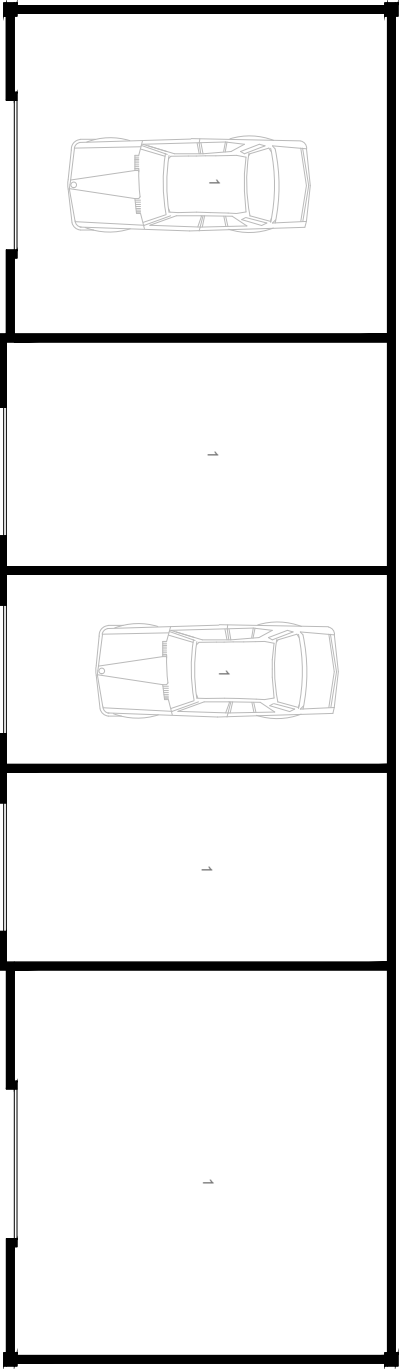


Planta Pisos 0 e 1
Escala 1:200

- 1-Alpendre
- 2-Sala nº1 (Empregados)
- 3-Sala nº2 (Engenheiros)
- 4-Sala nº3(Operários)
- 5-Copa
- 6-Cozinha
- 7-Ararmos
- 8-Quarto
- 9-Casa de Banho



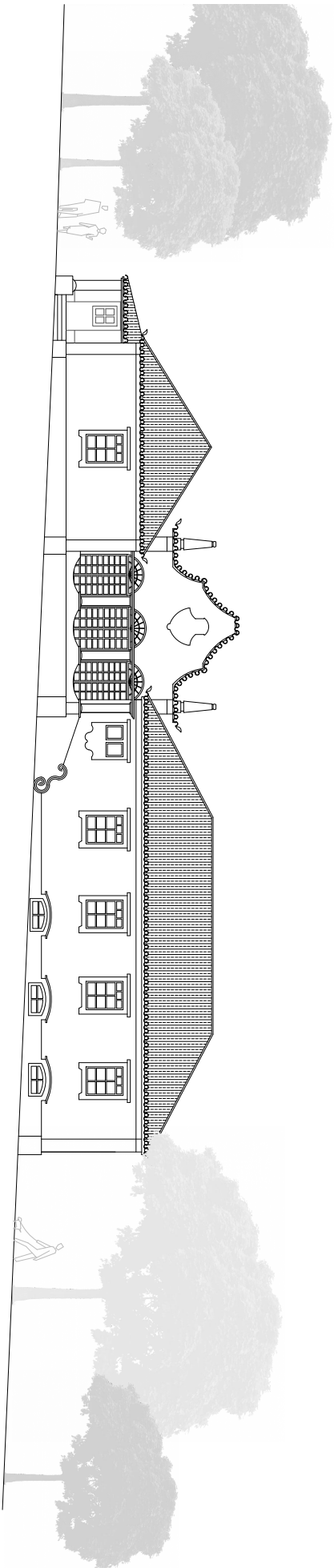
Alçado Principal
Escala 1:100



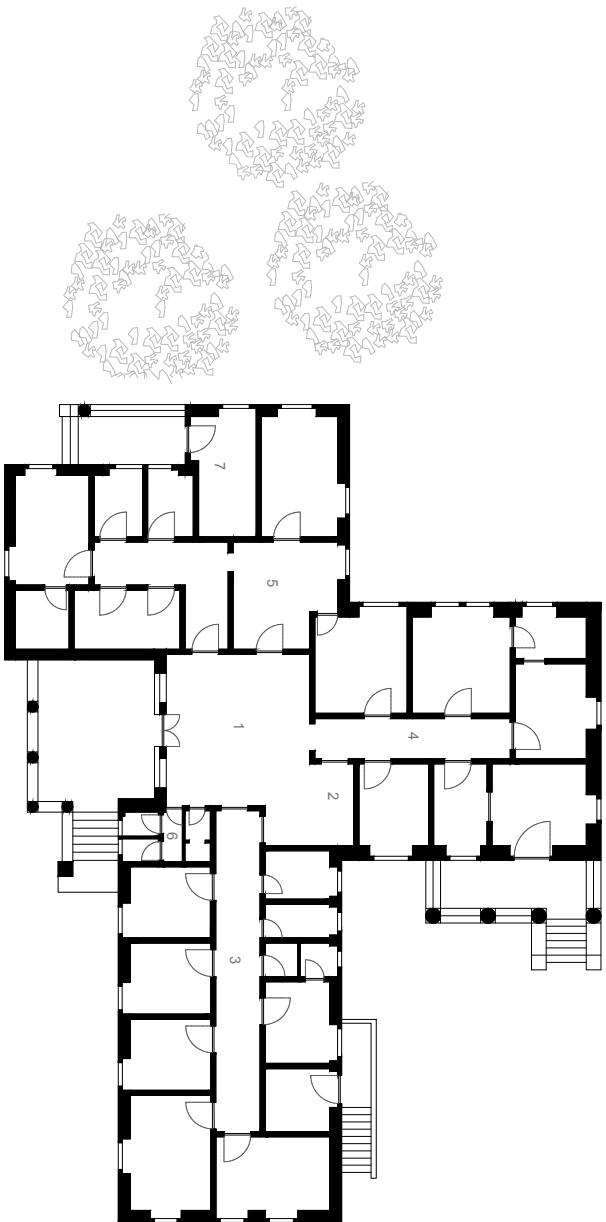
Planta Piso 0
Escala 1:100

1-Lugar de Garagem

Edifícios Públicos	Nº
-Garagem Geral	9.5

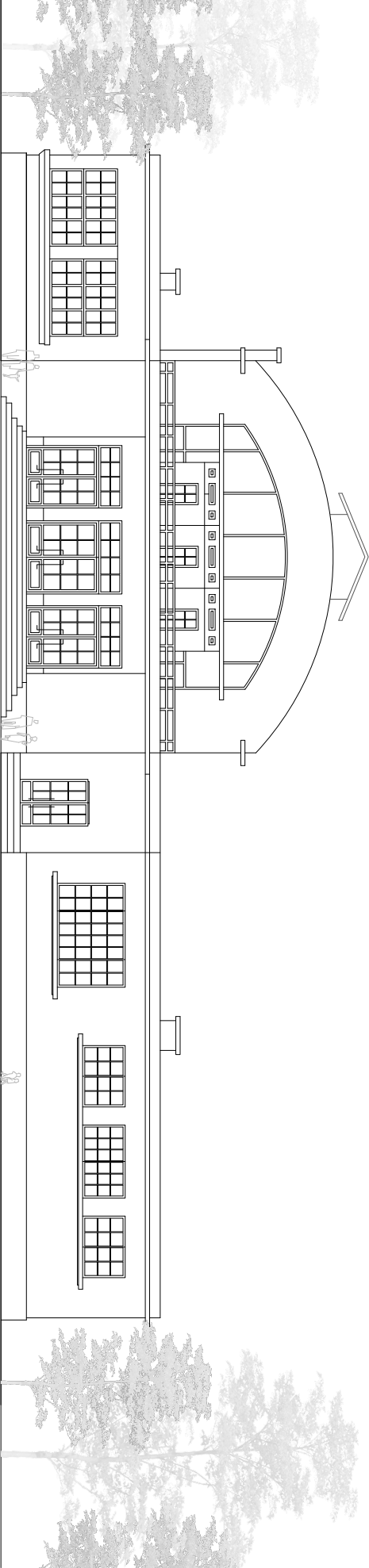


Alçado Principal
Escala 1:150

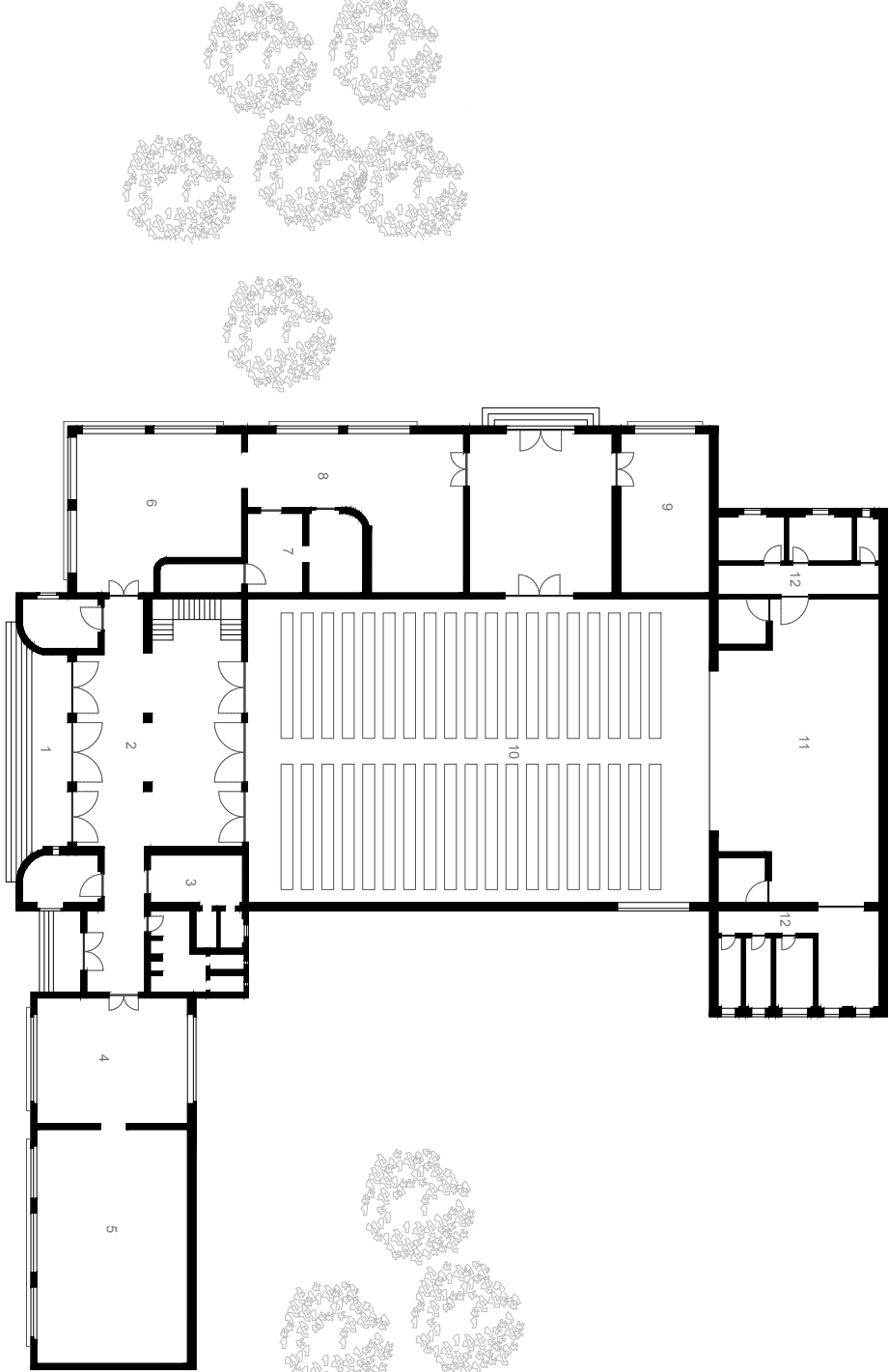


Planta Piso 0
Escala 1:200

- 1-Entrada
- 2-Recepção
- 3-Quarto dos médicos
- 4-Gabinetes de Enfermagem
- 5-Gabinetes de Consultas Externas
- 6-Instalações Sanitárias
- 7-Família

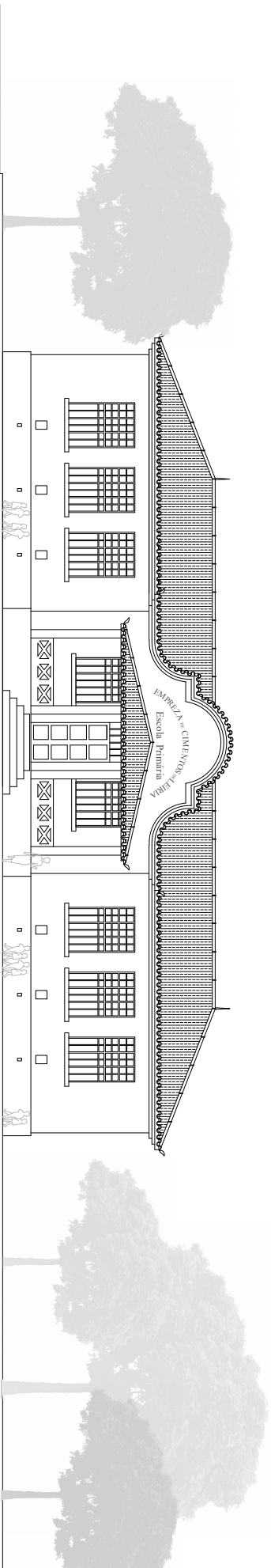


Alçado Principal
Escala 1:200

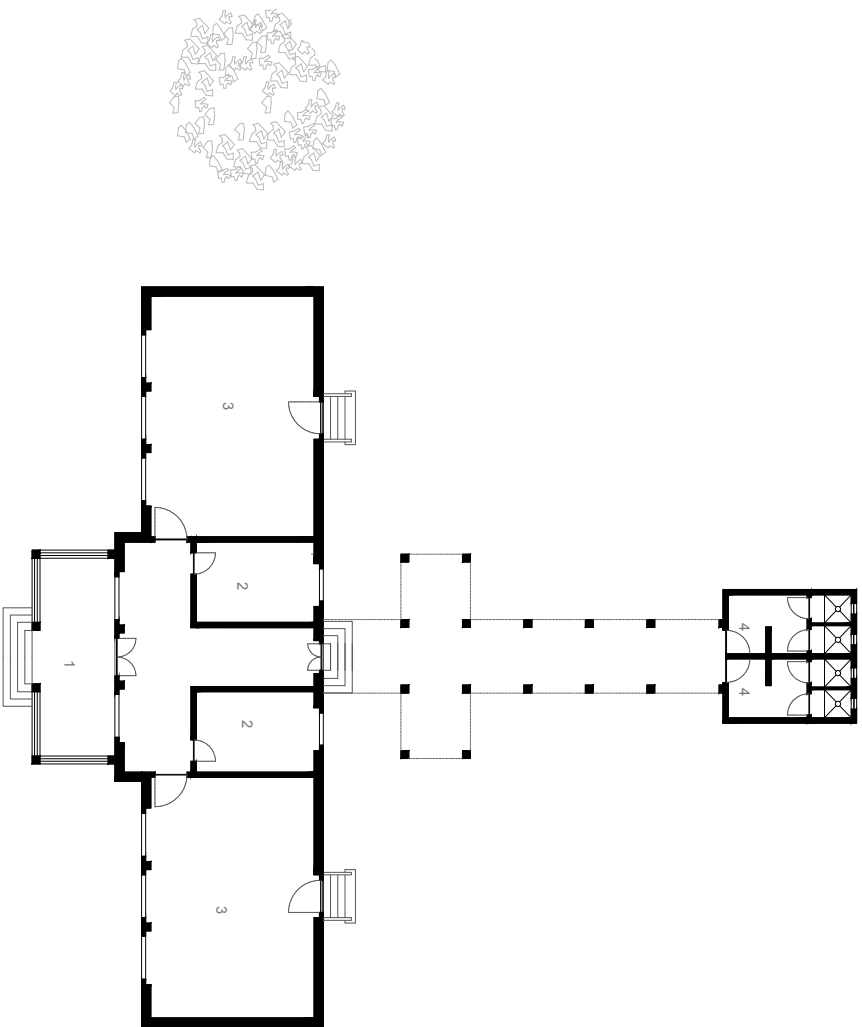


Planta Piso 0
Escala 1:200

- 1-Entrada
- 2-Balcão
- 3-Instalações Sanitárias
- 4-Sala de Jogos
- 5-Sala de Lazer
- 6-Botecoim
- 7-Cocina
- 8-Corredor
- 9-Administração
- 10-Sala de Espectáculos
- 11-Palco
- 12-Camareiras



Alçado Principal
Escala 1:150



Planta Piso 0

Escala 1:200

1. Entrada

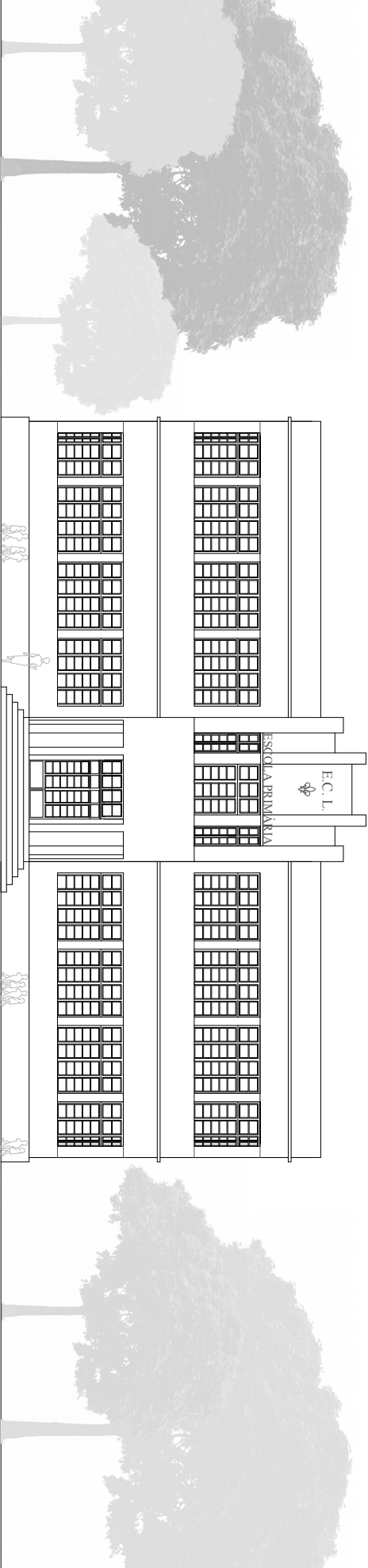
2. Atrium

3. Sala de Aula

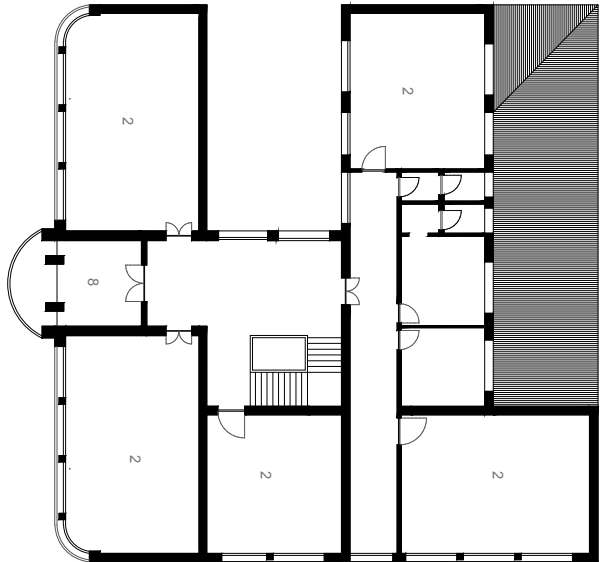
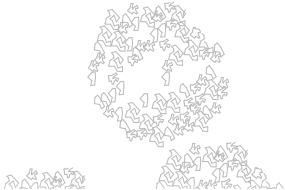
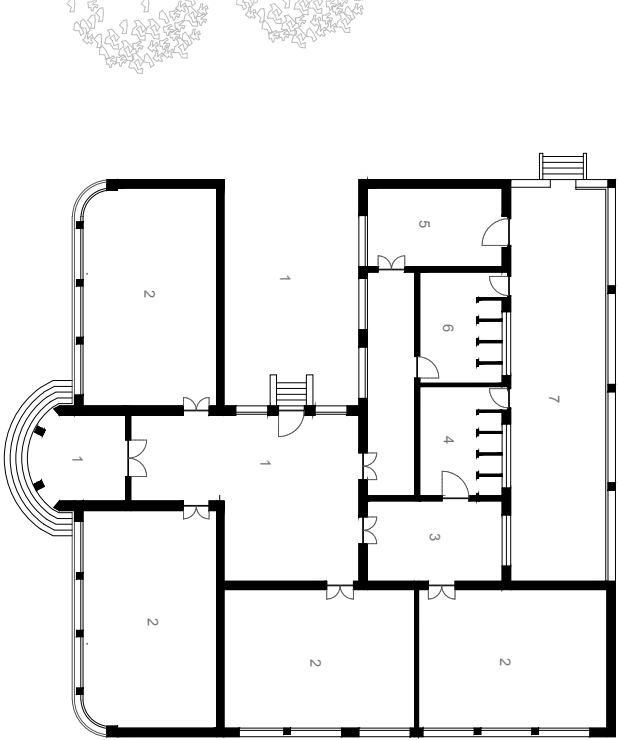
4. Instalações Sanitárias

Edifícios Públicos

- Escola Nº1 da ECL

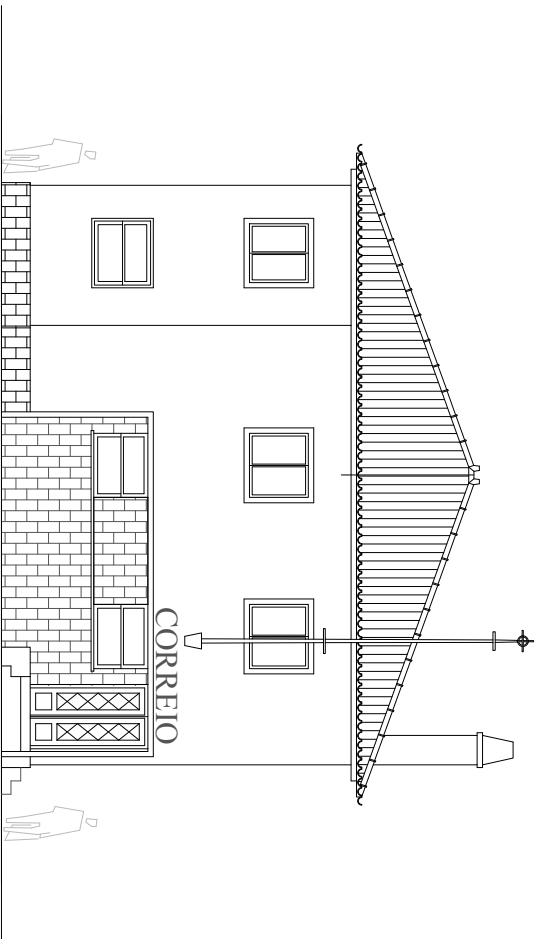


Alçado Principal
Escala 1:150

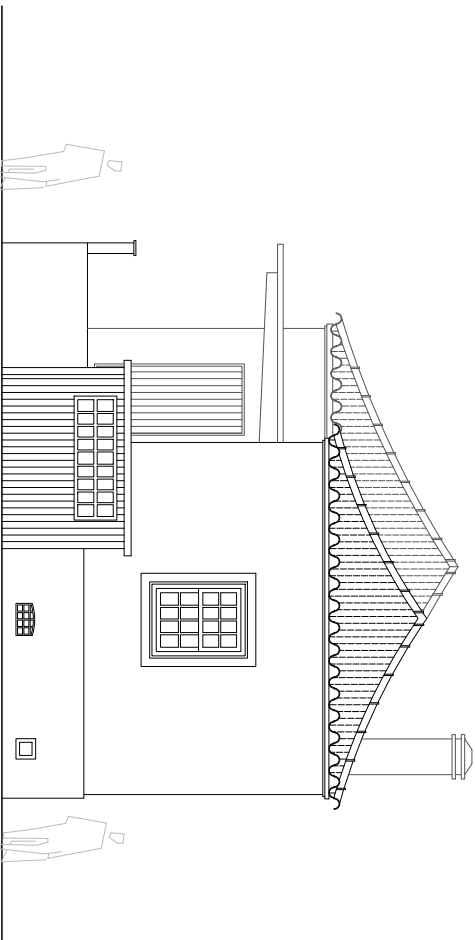


Planta Pisos 0 e 1
Escala 1:250

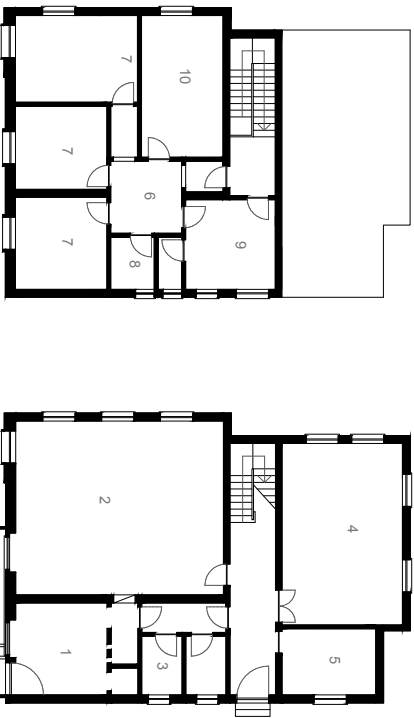
- 1-Entrada
- 2-Sala de Aula
- 3-Vestibulo Feminino
- 4-Instalações Sanitárias Femininas
- 5-Vestibulo Masculino
- 6-Instalações Sanitárias Masculinas
- 7-Apendice
- 8- Gabinete do Diretor



Alçado Principal
Escala 1:100



Alçado Principal
Escala 1:75



Planta Piso 0
Escala 1:200

- 1-Zona destinada ao Público
- 2-Serviços
- 3-Arquivos
- 4-Auditorio
- 5-Baterias
- 6-Hall
- 7-Quarto
- 8-Instalações Sanitárias
- 9-Cozinha
- 10-Sala Comum

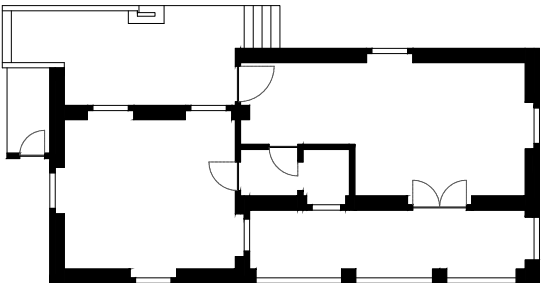
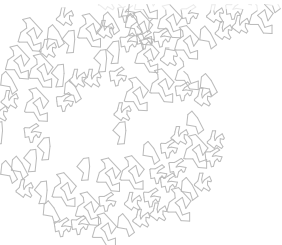




Figura 63 - Rua do Bairro

4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

É difícil encontrar equilíbrio entre a proposta e a conservação da memória do lugar. Deste modo o projeto apresentado tenta ser um motor para a regeneração do espaço em apreço, não esquecendo a suas origens.

No âmbito das utopias, o Bairro do Pessoal da Empresa de Cimento de Leiria em Maceira-Liz relaciona-se com modelos preconizados por filósofos, arquitetos e urbanistas do século XIX. Neste procurou desenvolver-se uma proposta que oferecia melhores condições aos trabalhadores, criando uma harmonia entre homem, trabalho, cultura e natureza. Ergueu-se um complexo habitacional que conseguiu evitar problemas sociais e melhorar o quotidiano da classe trabalhadora.

Desde a implantação da fábrica em 1923, iniciou-se a construção de uma “cidade”, ambicionando-se algo pioneiro em Portugal. Com base em planos diretores de expansão do complexo habitacional, o Bairro desenvolveu-se consoante as necessidades dos seus habitantes. Além das estruturas fabris, destacava-se também o núcleo habitacional, que remetia para um ambiente bucólico, conservador de memórias dos tempos de grande movimentação industrial.

O Bairro de Maceira-Liz era assim, um núcleo com uma linguagem arquitetónica de assumidos traços portugueses com um forte cariz identitário. Contudo, e mesmo com a importância que a fábrica assumiu na economia regional e nacional, o Bairro ficou esquecido e quase desertificado, ficando suspensos os sinais de evolução.

Após uma análise deste local e observando as singularidades e potencialidades do conjunto habitacional, destinado a receber a classe operária, pareceu relevante apresentar uma proposta de revitalização de forma a contribuir para a sua futura salvaguarda. Esta, tem como premissa mudar o menos possível o Bairro, uma vez que este apresenta uma identidade bem vincada.

Observando a implantação do lote do complexo habitacional, e após várias visitas ao local, verificou-se que o polo de maior dinâmica do Bairro é a área compreendida entre o Posto Médico e a portaria da fábrica- área que contém os antigos espaços desportivos, a Casa do Pessoal e o Parque da Memória, estando rodeada por edifícios destinados à prática do desporto e espaços verdes.

Desta forma, sabendo que nesta se localizavam os principais locais de atividade lúdica do Bairro, que hoje estão em desuso, a proposta visa a reativação dos mesmos.

A mancha arbórea do Parque da Memória contrasta com o edificado e apresenta um carácter místico no meio do construído. Assim, através da reinterpretação dos desenhos que a vegetação cria e o impacto que provoca, propõe-se a criação de um espaço lúdico – na área delimitada- onde se conjuguem atividades desportivas, culturais em ligação com a natureza.

"Há ainda infraestruturas que chamam pessoas aqui ao bairro porque o bairro agora não está ocupado. Não sei quantas casas estão ocupadas mas penso que nem metade está ocupada e são pessoas já reformadas, já com uma certa idade; portanto o bairro está velho, envelheceu e as únicas pessoas que o frequentam são os alunos da escola, os resistentes da Casa do Pessoal, que ainda é ponto de encontro de gente e malta mais nova, não estou a falar dos reformados que ainda frequentam a biblioteca, o salão de jogos etc. Mas a Casa do Pessoal ainda continua a ser ponto de encontro de algumas pessoas.

Agora a malta nova, gente nova vem cá, vai ao supermercado comprar o almoço, os cachorros, vai a Casa do Pessoal as gomas.

E depois a atividade da escola que ainda vai mantendo os espaços ocupados como o campo de futebol, ainda persiste o futebol; mas é uma sombra daquilo que foi, não tem nada a ver. Haviām festas, haviām as fogueiras, os santos populares, haviām festas de passagem de ano, haviām teatro, haviām música, haviām muita coisa, muita coisa mesmo.

Havia a piscina, havia as provas de piscina, de nataçāo, se bem que a piscina ainda é das coisas que vai mantendo também muita gente cá, porque está aberta ao público mediante o pagamento de bilhete e é grátis para os sócios da Casa do Pessoal. Até me surpreende, a piscina! Nunca pensei, terras e lugares mais perto de leiria vêm com escolas, vêm desses lugares com os alunos aqui à piscina passar uma tarde ou uma manhã. As condições são boas e penso que as entradas também são mais convidativas que noutras piscinas."

(excerto de entrevista realizada a Dr.^a Ana Luz -SECIL Maceira)

Quanto aos antigos espaços desportivos pretende-se que voltem a ter condições de utilização, de modo a que os habitantes e a população local sejam convidados a usá-los, devolvendo a atinga dinâmica existente do lugar. Propõe-se uma revitalização do campo de futebol e da pista de corridas e a criação de uma área de manutenção com máquinas para a prática desportiva.

Para além destes espaços cria-se um percurso pedonal em redor do parque e outros pequenos caminhos que cruzam e intersejam as áreas verdes; tal como pequenas zonas de trocas sociais e culturais como o auditório exterior, e pequenos espaços de repouso (áreas de relvado apoiadas com a presença de mobiliário público).

Em relação ao edifício da Casa do Pessoal, em tempos um importante núcleo de trocas socioculturais, propõe-se reativação da sala de jogos, da sala de espetáculos e da biblioteca.

A sala de espetáculos transformar-se-á em sala de palestras, conferências e teatro, uma vez que esta atualmente não possui capacidade para a projeção de cinema. Quanto à biblioteca, pretende-se que esta passe a ser um espaço ao serviço de toda a população, contendo uma pequena parte do espólio arquivístico da Fábrica e do Bairro, de forma a transmitir um entendimento do lugar. A área administrativa, será utilizada para receber núcleos desportivos ou um clube de teatro, de forma a criar interpelações entre o edifício e o meio envolvente. No exterior, junto à cafetaria, cria-se uma zona de esplanada para se desfrutar e contemplar a atmosfera do Bairro. Este é o primeiro e grande núcleo de intervenção

Um segundo núcleo de intervenção, mais pequeno, situa-se na zona da antiga Cooperativa das casas que a ladeiam.

Em visitas ao local e em conversa com arquiteto Jorge Francisco, teve-se conhecimento da existência de um Centro de Artes instalado numa sala de aula da Escola nº 2 (criação e responsabilidade do arquiteto).

Deste modo, propõe-se a utilização da Antiga Cooperativa como estrutura de acolhimento Centro de Artes e como sala de exposições e conferências com artistas convidados. Os antigos, armazéns e sala de vendas, serão transformados em oficinas de desenho, escultura e pintura. A zona polivalente será transformada em local de exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos e também para conferências de artistas convidados.

Sabe-se também que as casas em frente ao edifício da Cooperativa estão desabitadas, e uma vez que apresentam boas condições de habitabilidade, sugere-se que sejam utilizadas para residência temporária dos convidados. Como as habitações se encontram em bom estado de conservação, a intervenção passa por um arranjo exterior das paredes com a uniformização da cor branca nas fachadas e com o arranjo dos espaços ajardinados que antecedem a entrada das casas.

Prentende-se ainda a apresentação de uma proposta, junto da administração da empresa, para abrir as restantes casas desabitadas à população que as queira vir habitar.

" Eu acho que abria as casas, voltava a um bairro de habitação, voltava a ocupar as casas. Uma das coisas que estão a fazer e que é positivo é alugar os espaços para serem explorados por terceiros, como uma casa que está transformada num centro de estudos, um A.T.L., o balneário por uma clínica de fisioterapia. Penso que o restaurante também irá ser ocupado por uma empresa, portanto vai ser alugado.

Agora a questão das casas é que realmente está parada e quem está a viver nas casas são meia dúzia de pessoas já reformadas ou viúvas e as casas estão-se a degradar.

Das duas uma, ou transformam – se ou fecham-se as casas e deixa-se cair, o que é uma pena porque é uma obra que não se deve perder. A meu ver não se deve perder, arranjava-se uma nova política de ocupação das casas que para mim era o ideal.

Voltar a ocupar as casas, voltar a arranjar um sistema de ocupação das casas que permitissem às pessoas viverem nelas e reabilitar o bairro. E o bairro voltar a ter crianças, voltar a ter jovens, ter pessoas porque não adianta também estar a alugar e a arranjar ofertas de clínicas ou supermercados a esse nível se não houver gente a viver aqui.

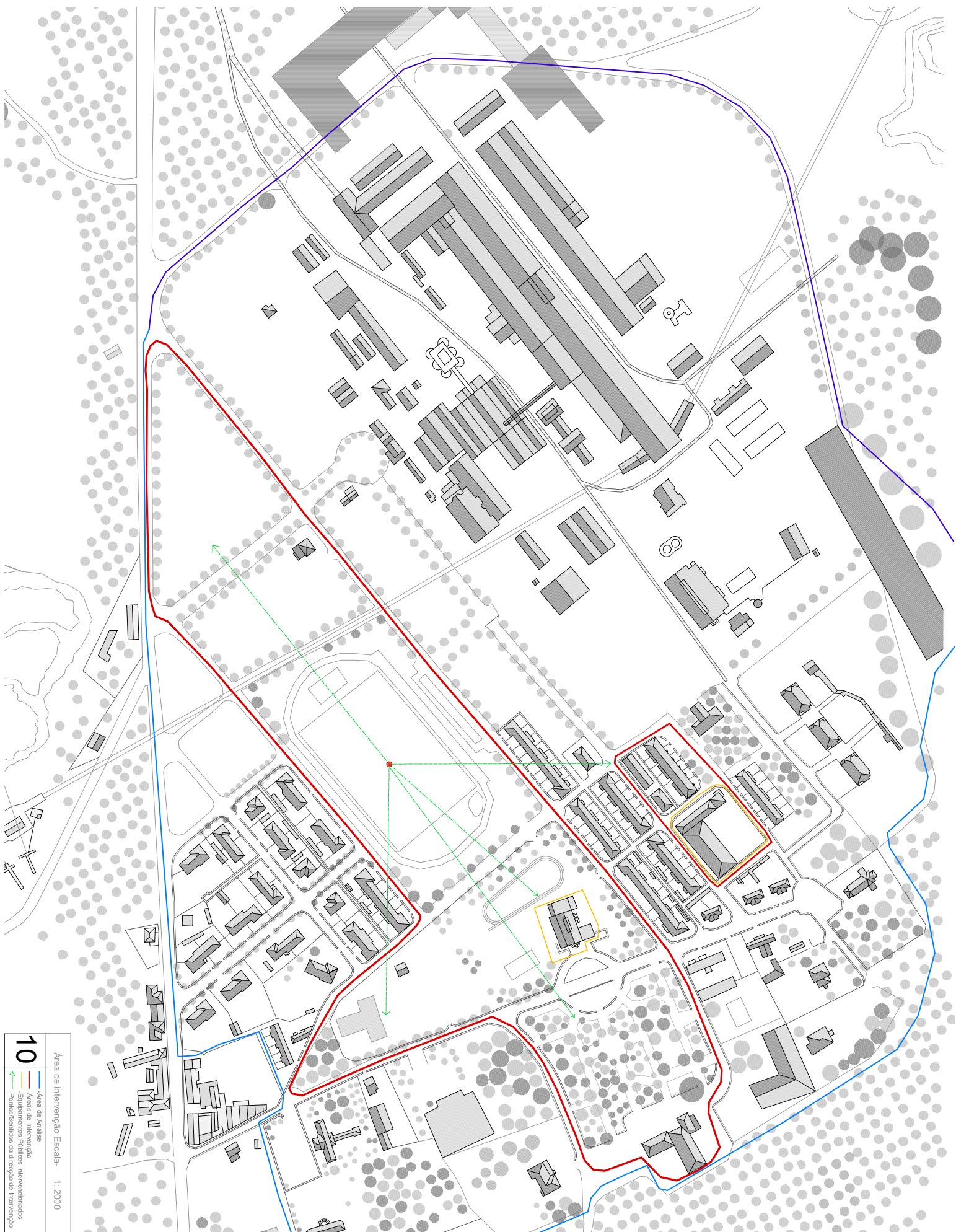
A solução para o bairro passava por ocupar as casas e depois também, quem sabe, aproveitar as coisas mais emblemáticas e aproveitar para espaços sociais, espaços comuns, um museu, um espaço onde pudessem existir exposições abertas ao público; revitalizar a biblioteca, a sala de cinema por exemplo.

É claro, não dá para colocar equipamento para voltar a abrir o cinema, também não adianta porque não há ca gente a viver." (excerto de entrevista realizada a Dr.^a Ana Luz -SECIL Maceira)

Assim a proposta visa responder as necessidades locais, transformando o "Fechado Bairro" da Empresa de Cimentos de Leiria num espaço aberto à população, trazendo novas vivências e devolvendo uma nova dinâmica ao Bairro de forma a ser um contributo à preservação da sua identidade.



Figura 64- Fotografia do Local de Intervenção



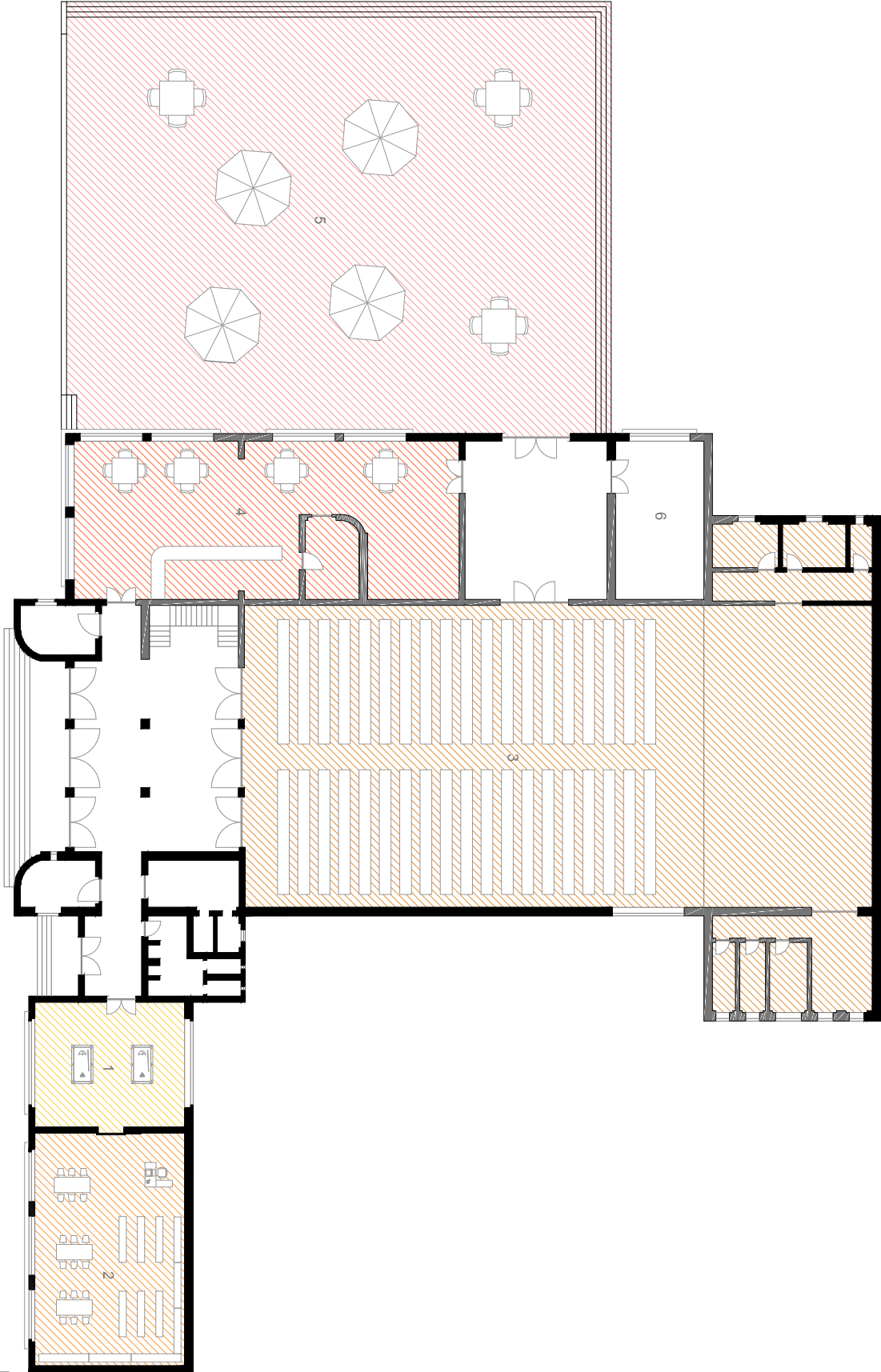


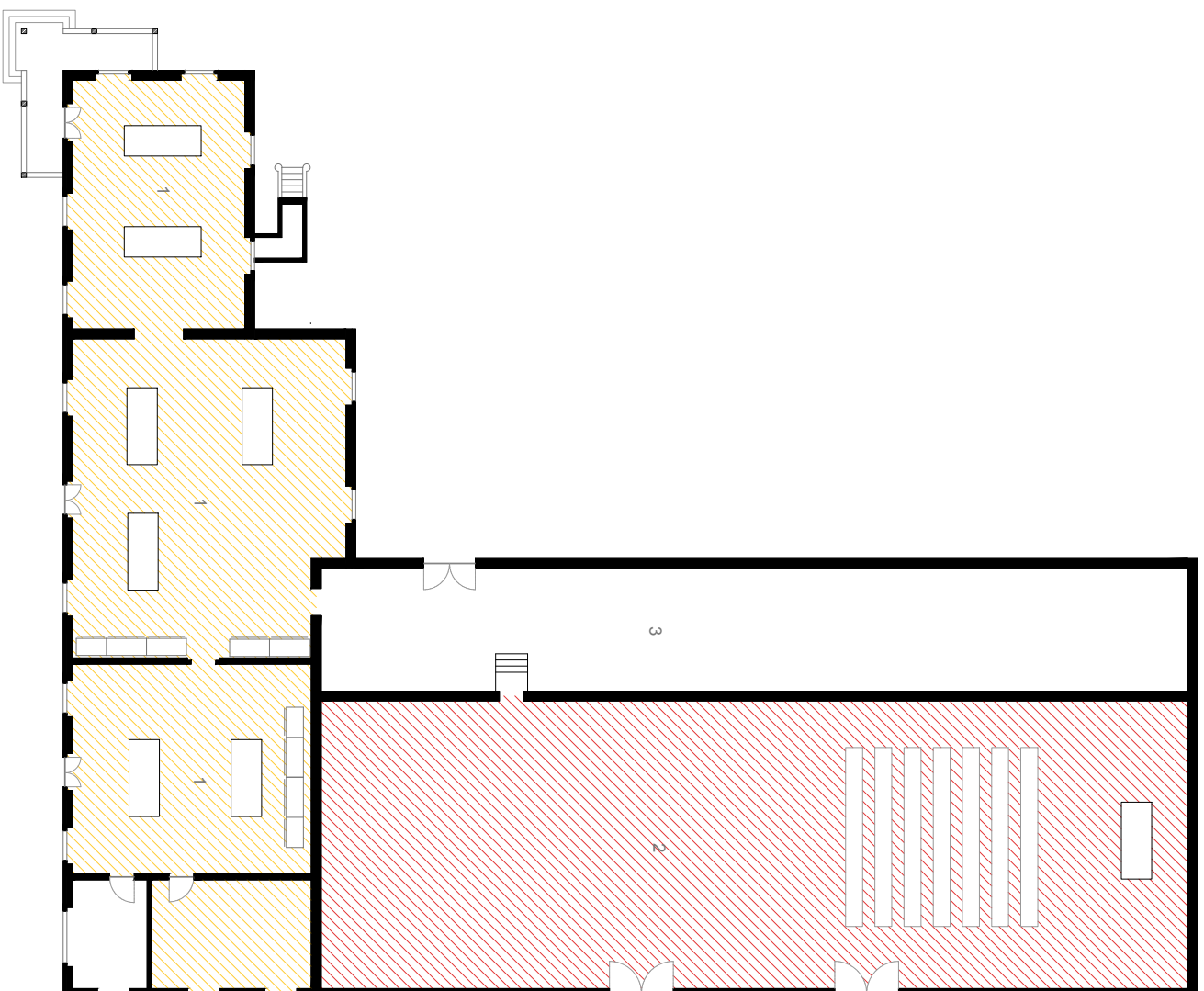
Plantas de Proposta de Intervenção

- 1- Sala de Jogos
- 2- Biblioteca
- 3- Sala de Palestras,
Conferências e Teatro
- 4- Cafeteria
- 5- Esplanada
- 6- Área Administrativa

Legenda:

Pólo nº1- Casa do Pessoal





Legenda:
Polo nº2- Centro de Artes

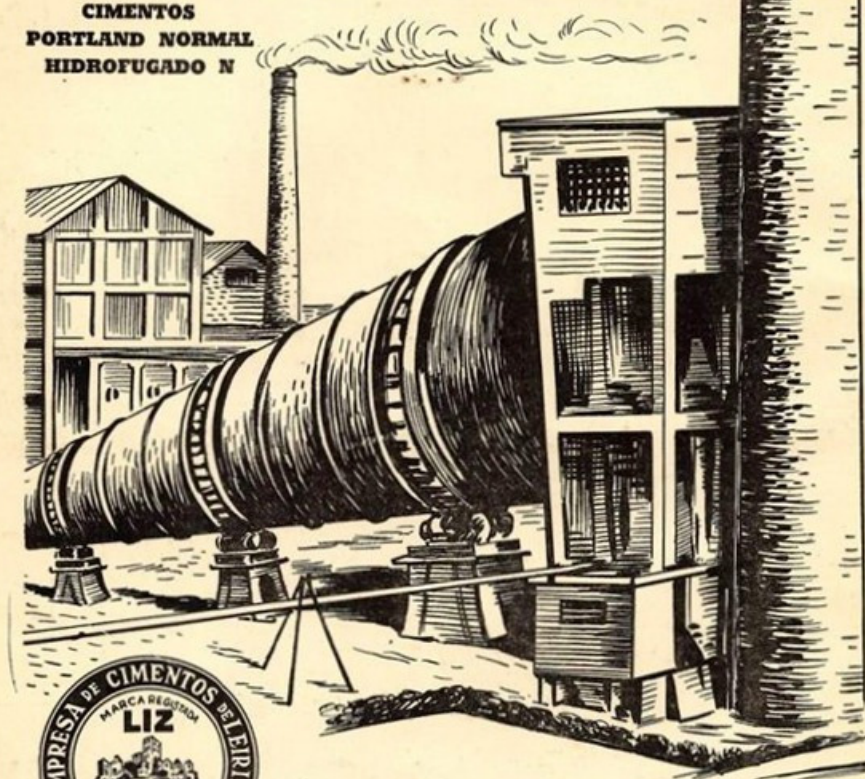
- 1- Sala de Aula
- 2- Sala de Exposições ou Palestras
- 3- Área de Transição

Plantas de Proposta de intervenção

EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

OS CIMENTOS
DE MAIS ALTA REPUTAÇÃO

CIMENTOS
PORTLAND NORMAL
HIDROFUGADO N



SÍMBOLO DE QUALIDADE

CIMENTOS ESPECIAIS PARA OBRAS
MARÍTIMAS.

CIMENTOS PARA EXPORTAÇÃO, SE-
GUNDO AS NORMAS B. S. S. DE 12 DE 47
E A. S. T. M.

Figura 65-Cartaz Publicitário dos Cimentos Liz

5.CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

No âmbito da Arquitetura Portuguesa, no início do século XX, destacou-se a questão da “Casa Portuguesa”, principalmente através do Arquiteto Raúl Lino, que defendeu uma identidade nacional tal como também afirmou uma nova vertente para um novo programa destinado às cidades. Com a entrada do Estado Novo, apostou-se na questão do regionalismo, assistindo-se à exaltação dos valores nacionais. Foi neste contexto que se estudou Maceira-Liz, como forma a enquadrá-lo no conjunto de Utopias urbanísticas internacionais e no do panorama nacional referente à questão da habitação.

Em Maceira – Liz foram construídos para além dos edifícios fabris, várias tipologias habitacionais e vários equipamentos de apoio, respeitando um rigoroso desenho urbano e organização espacial.

Assistiu-se à valorização dos traços da Casa Portuguesa principalmente nas casas destinadas à classe trabalhadora- casa de um piso, alpendre, paredes caiadas de branco entre outros aspetos.

As primeiras e únicas casas construídas que assumiram uma linguagem diferente, foram as casas destinadas aos trabalhadores de quadros mais elevados. Estas apresentavam telhados com grandes inclinações onde eram abertos vãos que iluminavam o interior, onde os caixilhos verdes consistiram numa característica marcante.

Nos restantes edifícios do Bairro, as paredes brancas, os alpendres e a forte presença arbórea caracterizava o espaço e garantia a harmonia do conjunto. Procurava-se desta forma, como já referido, uma proximidade entre homem e natureza. As únicas tentativas de adoção dos traços modernistas foram apenas visíveis na Escola nº 2 e no edifício da Garagem, numa época de mudança do pensamento arquitetónico em Portugal (momento de abertura do Estado Novo).

Este Bairro, em comparação com Familistério de Godin procurou também construir um local onde existiam preocupações com a condição humana e onde fossem possíveis relações entre os seus habitantes, não esquecendo a sua instrução e a sua educação.

Desde a implantação da fábrica, iniciou-se a construção de uma “cidade”, ambicionando-se algo pioneiro em Portugal. Com base em planos diretores de expansão do complexo habitacional, o Bairro desenvolveu-se consoante as necessidades dos seus habitantes.

Neste sítio, preconizou-se a existência de uma harmonia entre o homem e a natureza, tanto à escala territorial como à escala da habitação.

Maceira-Liz não era apenas mais um núcleo fabril, mas sim um organismo que proporcionava as relações humanas. Era um lugar com uma identidade cultural própria.

Esta fazia-se notar no território, pelas grandes estruturas que formavam a fábrica e pelo complexo habitacional que, influenciado pelos idealismos da época, conduzia a um ambiente bucólico e guardava memórias dos tempos áureos da industrialização de Maceira.

Este Bairro apresentou um carácter vanguardista para a época em que foi contruído, face às restantes tipologias arquitetónicas destinadas a receber a classe trabalhadora, como a “Vila” ou a “Ilha”, apresentando uma capacidade de se adaptar à evolução do tempo.

Revelou-se um modelo arquitetónico industrial e ao mesmo tempo social, demonstrando ser um agente transformador do espaço e da forma de estar.

Apesar de ser um sítio de utilização destinada apenas aos trabalhadores da E.C.L., sempre apresentou uma forte relação com a Vila de Maceira sendo também um importante fator para o desenvolvimento da mesma. Os equipamentos públicos construídos, outrora para uso exclusivo dos habitantes da Fábrica, encontram-se hoje em dia ao serviço de toda a população, representando uma abertura deste local.

A Empresa SECIL é hoje uma das maiores empresas de Portugal, contudo o seu complexo habitacional, o Bairro do Pessoal da Empresa de Cimento de Leiria em Maceira-Liz ficou esquecido.

O caso de estudo tornou-se assim pertinente uma vez que sendo singular e com bastantes potencialidades não merece ficar esquecido no tempo nem merece diluir-se face à evolução da Fábrica. Alguns dos edifícios públicos e espaços verdes devem ser revitalizados de forma a serem devolvidas vivências e dinâmicas ao local.

Com o estudo e na articulação do trabalho desenvolvido com respetiva proposta de revitalização do Bairro, ambiciona-se contribuir para uma futura salvaguarda do lugar.

6.ÍNDICE DE IMAGENS

ÍNDICE DE IMAGENS

Fotografia da Contracapa- Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria
Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 1- Fotografia de Máquina da Fábrica
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 2- Maquinaria da Fábrica de Maceira
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 3- Ambiente numa cidade industrial
Fonte: <https://suite.io/craig-hutchison/624920m>

Figura 4- Fig.12- Slum Inglês
Fonte: <https://history10c.wikispaces.com/Slums+%26Tenements?responseToken=0e609266c1e5ccaf5a27255a9230d7f8b>

Figura 5- Indústria Artesanal
Fonte: <http://photos1.blogger.com/blogger/1455/2280/1600/sapateiro.jpg>

Figura 6- Indústria Mecanizada
Fonte: <http://www.economie-collaborative.fr/pourquoi-le-travail-salarie-ne-fait-plus-rever/travail-salarie-a-la-chaine/>

Figura 7- Bairro de habitação da Classe trabalhadora
Fonte: <https://www.mindmeister.com/pt/112456420/a-history-of-homes>

Figura 8- Habitação de uma família da classe operária-
Fonte: https://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwiZ0_2ywpvPAhVlfxoKHQjpCeEQjRwIBw&url=https%3A%2F%2Ftwitter.com%2Fdajacobriis&psig=AFQjCNEFdO8QwgoLug6VR2bnY2qbLC4EMw&ust=1474377515085268

Figura 9- Ambiente de um bairro de trabalhadores
Fonte: <http://immigrants1900.weebly.com/living-conditions.html>

Figura 10- Ilustração da Utopia de Robert Owen
Fonte: <https://www.espazium.ch/le-culte-de-la-ville-parfaite>

Figura 11- Ilustração de Falanstério de Charles Fourier
Fonte: <http://todayinsocialsciences.blogspot.pt/2012/01/charles-fouriers-phalanstere.html>

Figura 12- Corte esquemático do Falanstério de Charles Fourier
Fonte: <http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>

Figura 13- Familistério de Godin

Fonte: <http://doctauvergne.fr/2015/10/28/fais-de-beaux-reves-doc-e02-jean-baptistegodin-et-le-familistere/>

Figura 14- Familistério de Godin

Fonte: <http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>

Figura 15- Trabalhadores da Empresa de Cimentos de Leiria

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 16- Concentração de trabalhadores em Santos Lisboa em 1910

Fonte: <http://historiaschistoria.blogspot.pt/2015/04/dia-internacional-do-trabalhador.html>

Figura 17- Operárias numa fábrica de cortiça em pleno trabalho

Fonte: http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_maria_lamas_a_operaria_1950.html

Figura 18- Bairro da Ajuda da Boa-Hora 1934

Fonte: <https://lerhistoria.revues.org/1413>

Figura 19- Bairro do Arco do Cego 1935

Fonte: <https://lerhistoria.revues.org/1413>

Figura 20- Bairro da Ajuda da Boa-Hora 2005

Fonte: <https://lerhistoria.revues.org/1413>

Figura 21- Ambiente de uma “Ilha” do Porto

Fonte: Fotografia do Livro “As Ilhas do Porto, Levantamento e Caracterização “ de Isabel Brenda Vázquez e Paulo Conceição

Figura 22- Uma casa de uma “ilha”

Fonte: Fotografia do Livro “As Ilhas do Porto, Levantamento e Caracterização “ de Isabel Brenda Vázquez e Paulo Conceição

Figura 23- “Ilha” no Porto, condição de habitação

Fonte: Fotografia de Alexandre Alves Costa 1974

Figura 24- Condição da Habitação

Fonte: Fotografia de Alexandre Alves Costa 1974

Figura 25- “Vila” do Rosário

Fonte: <https://avilareviva.wordpress.com/historia/>

Figura 26- “Pátio” do Barbosa

Fonte: <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/19377>

Figura 27- “Vila” Sousa

Fonte: <http://camaramunicipaldelisboa.tumblr.com/post/127233371887/a-vila-sousa-a-partir-do-xix-com-o-incremento-da>

Figura 28- Bairro da C.U.F.

Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00011802

Figura 29- Vista Geral do Bairro e da Fábrica, anos 40

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 30- Fábrica de Outão, “Compagnie des Ciments du Portugal”

Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/01/fabrica-de-cimento-secil.html>

Figura 31- Vista geral da Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 32- Visita ao local por Henrique Sommer e Osório de Rocha e Mello

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 33- Início da construção da Fábrica

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 34- Vista da Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 35 - “Ilha da Madeira”

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 36- Início da construção das primeiras casas do Bairro

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 37- Construção do Bairro, ao fundo edifício do Restaurante

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 38- “ O dia em que acedeu o forno nº 1

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 39- Vista geral das habitações do Bairro

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 40- Habitações em Banda

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 41- Rua com Habitações em Banda

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 42- Casas em Banda

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 43- Casas em Banda

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 44- Vista do Bairro

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 45- Casas Geminadas, Casas dos Capatazes

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 46- Casas Geminadas, Casas dos Capatazes

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 47- Casas Geminadas, Casas dos Engenheiros

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 48- Casas Geminadas, Casas dos Engenheiros

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 49- Casas Geminadas

Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 50- Casas Geminadas

Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 51- Casa do Engenheiro Fiúza
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 52- Casa do Diretor
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 53- Casa do Engenheiro Fiúza
Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 54- Casa do Médico
Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 55- Antiga Cantina
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 56- Capela
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 57- Balneário
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 58- Restaurante
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 59- Posto Médico
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 60- Casa do Pessoal
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 61- Escola nº1
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 62- Escola nº2
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 63- Rua do Bairro
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 64- Fotografia de Local de Intervenção
Fonte: Fotografia do acervo pessoal da autora

Figura 65- Cartaz Publicitário dos Cimentos Liz
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 66- Vista da Fábrica e do Bairro de Maceira-Liz
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

Figura 67- Termo de Responsabilidade para a construção de Habitações de Osório de Rocha e Mello
Fonte: Fotografia dos Arquivos de C.D.I da Empresa de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

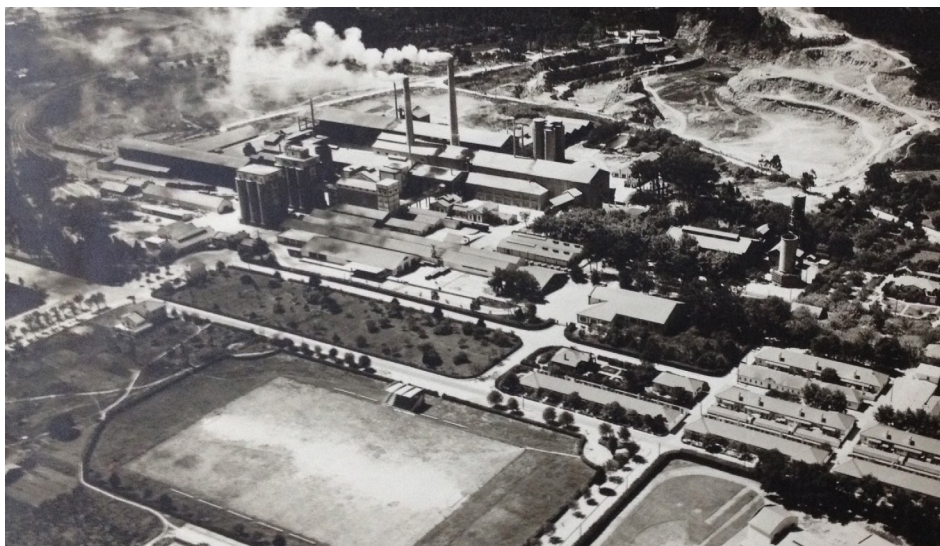


Figura 66- Vista da Fábrica e do Bairro de Maceira-Liz

7. BIBLIOGRAFIA E BIBLIOTECAS CONSULTADAS

BIBLIOGRAFIA

Livros e Monografias:

Augé, M. ([1992] 2005), *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade*. 1ª Edição francesa. Lisboa, 90 Graus

Benevolo, L. (2004). *História da arquitectura moderna*. (A. M. Goldberger, Trad.). (3.ª ed.) São Paulo: Perspectiva

Benevolo, L. (1987). *As Origens da Urbanística Moderna*. (C.Jaredim e E.L. Nogueira, Trad.). (2.ª ed.) Lisboa: Editorial Presença

Champalimaud, A. *A herança de Henrique Sommer: Aspectos desconhecidos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972

Choay, F. (1979). *O urbanismo. Utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva

E.C.L.. *Breve descrição das instalações fabris e sociais da Empresa de Cimento de Leiria*. Maceira-Liz: Empresa de Cimentos de Leiria. 1948

E.C.L. *Empresa de Cimentos de Leiria*. Maceira-Liz: ECL, 1960

E.C.L. *Empréstimos caucionados para a construção e compra de casas*. Maceira-Liz: ECL, 1948

Engels, F. (1845). *A situação da classe trabalhadora inglesa- 1845*. (B. A. Schumann, Trad.) São Paulo: Boitempo Editorial

Ferreira, M. J. (1988). *Habitação Social em Portugal, Breve história e alguns problemas*. (Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Goitia, F. C. (2010). Lição 8- A Cidade Industrial, *Breve história do urbanismo*. (8ª ed.) Barcarena: Editorial

Henriques, S. (2015). *Microcidades operárias no contexto da Revolução Industrial: o caso singular da Companhia União Fabril (CUF), Barreiro, Portugal*. (Dissertação de Mestrado em Arquitectura não editada). Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa

Hobsbawn, E. (1962). *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. (10ªed.). Rio de Janeiro: Guerra e Paz

Lino, R.- *Casas Portuguesas. Alguns aspectos sobre o arquitecturar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933

Macedo, J. B. (1982) *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2.ªed. Viseu: Querco

Marques, C. A. (2012). *Habitação, Da Indústria à Fábrica da Cidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópio

Oliveira, G. B. de (1991). *Evocação de José Osório da Rocha e Mello. Textos e Documentos*. Lisboa: Cimpor

Pombo, A. P. A "indústria social" da Fábrica Maceira-Liz: política social e operariado na indústria do cimento em Maceira. Maceira: Museu da Fábrica de Maceira-Liz, 2007

Rioux, J.-P. (1977). *La Revolution Industrielle*. (2ªed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote

Rossi, A. (2001). *A arquitectura da cidade*. Trad. José Chartes Monteiro. Lisboa: Edição Cosmos

Valente, Ricardo Jorge. (2012). *A habitação operária em Lisboa- contributos para uma retrospectiva durante o Estado Novo- O caso de Vila Franca de Xira*. (Dissertação de Mestrado não editada) Universidade de Évora

Jornais e Revistas:

Bonito, M., Loureiro, J.C., Ramos, L.P., Nouvel, J., Ibos, J.M., Costa, L.P., Bragança, J.M., Architectos, P., Rocha, J.A., Ramalho, R.C. (2002, março, abril). *Jornal dos Architectos- A questão do alojamento* 2, 205

Cabral, M. V. (1977). Situação do operariado nas vésperas da implantação da República. *Revista Análise Social*, 13, 419-448

Costa, A. A. (2002, Janeiro Fevereiro). A Ilha Proletária como Elemento do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático, *Jornal dos Arquitectos – A Questão do Alojamento* 1,204, 9-16

Dias, A., Reidy, A.E., Dias, G.A., Loureiro, J. C., Pereira, N.T., Cabral, B.C., Sejima, K. (2002, Janeiro, Fevereiro). *Jornal dos Arquitectos- A questão do alojamento* 1, 204

Folgado, D. (2005). O lugar da indústria no território, A arquitectura da indústria, 1925-1965: *REGISTO DOCOMO IBÉRICO*. Barcelona: Fundação Docomo Ibérico, 80-89

Grenha, V. *Humanização dos espaços educativos*, Escola C+S de Maceira, Junho de 1991

Martins, C.A. (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850- 1913), *Revista Análise Social*, 32, 483-535

Oliveira, C. (1973). Os limites e a ambiguidade- o movimento operário português durante a guerra de 1914-18, *Revista Análise Social*, 10, 679-702

Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário, *Revista Análise Social*, 24, 509-524

Reis, J. (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio, *Revista Análise Social*, 23, 207-227

Serra, J.B. (1997). Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo- Portugal Moderno, 1910-1940. *Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt*, 2-39

Silva, C. N. (1994). Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX, *Revista Análise Social*, 29, 655-676

Teixeira, M.C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal-1880-1940, *Revista Análise Social*, 27, 65-89

Páginas de Internet:

Leite, J. *As Fábricas de Cimento Portuguesas*. (2014). Consultado em 18 de outubro de 2014

Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/>

SECIL. *Factos Históricos*. (2015). Consultado em 24 de junho de 2016

Disponível em: <http://www.secil.pt/default.asp?pag=historico>

C.M. Barreiro. *Património Industrial- Indústria Química - Companhia União Fabril*. (2015). Consultado em 24 de junho de 2016

Disponível em: <http://www.cm-barreiro.pt/pages/851>

Vídeos:

RTP- *Os Bairros Operários ... Lisboa No Principio do Século*. [vídeo]. Lisboa: RTP cop. 1974.

Pastas Arquivo Histórico - Centro de Documentação e Interpretação
da Fábrica de Maceira-Liz

Desenhos Habitações e Equipamentos do Bairro

Secção – Administração

Série – Licenças e vistorias, Projetos construção e alterações, Fábrica e arredores

- 0043- Casas nº 49 a 53, 71 a 75- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0044- Casas nº 54 a 56, 63 a 70, Garagem- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0045- Caserna dos Montadores – De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0046- Ginásio da Escola e adaptação do antigo a salas de aula- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0047- Mercado- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0048- Modificação das casas nº 107 a 113 – De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0049- Nova Escola- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1939
- 0050- Posto Médico- De Janeiro 1936 a de Dezembro 1939
- 0053- Casas nºs 1, 19 a 38, 105, 114, 115, Escola Primária nº1 (...) - De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0054- Casa nº 45 – De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0055- Casa nº 76- De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0056- Casa nº 77- De janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0057- Casa para Guarda das Pocilgas- De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0058- Casas nº 78 a 81, P24 a P28- De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0060- Garagem Geral- De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0061- Pocilgas- De Janeiro de 1939 a Dezembro de 1947
- 0062- Posto de Despacho- De Janeiro de 1939 a Dezembro 1947
- 0068- Bancada do Campo de Futebol- De Janeiro de 1966
- 0072- Edifício da Confeção da Sopas do Pobres- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1966
- 0073- Garagem da Casa nº 84- De Janeiro 1936 a Dezembro 1966
- 0074- Garagens das Casas nº 3 a 76- De Janeiro de 1936 a Dezembro 1966
- 0075- Grupo de 2 Habitações de Classe B- Tipo IV (...) - De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1966
- 0077- Grupo de Garagens do Bairro do Pessoal- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1966
- 0079- Modificação da Cobertura do Palco- De Janeiro 1936 a Dezembro de 1966
- 0080- Novo Edifício para os CTT- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1966
- 0082- Vestiário e Balneário da Fábrica- De Janeiro de 1936 a Dezembro de 1966

OUTROS:

Secção-Administração

Série- Assuntos Sociais

- 0003- Assuntos de Caracter Social- Confidencial – De Janeiro de 1945 a Dezembro 1962

PT AHFML-P03- SP11- SP11- 0193

- 0152- Habitações – Casas da E.C.L., Casas Alugadas, Casas Próprias – Pedidos de reparação e auxílio para obras

PT AHFML-FML-P01-Adm04-Adm04b-2011

- 0322- Plano de Obras e Equipamentos – Normas

PT AHFML-FML-P01-Adm04-Adm04b-2011

- 0331- Autorização de Obras

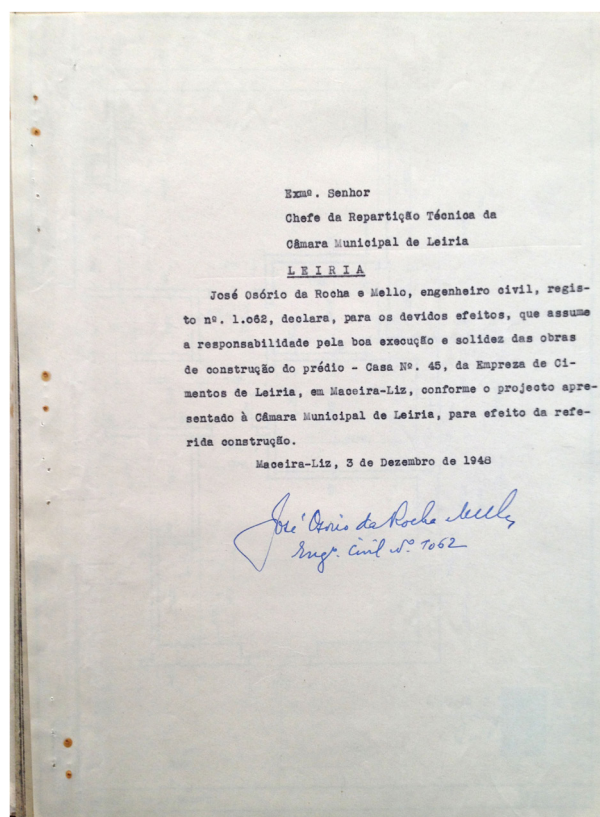


Figura 67- Termo de Responsabilidade
de Osório de Rocha e Mello

BIBLIOTECAS CONSULTADAS

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca José Araújo- Polo de Artes da Universidade de Évora

Biblioteca Colégio do Espírito Santo- Universidade de Évora

Biblioteca Municipal de Évora

Biblioteca Afonso Lopes Vieira- Biblioteca Municipal de Leiria

Arquivos de Centro de Documentação e Interpretação da Fábrica de Cimentos de Leiria /Secil Maceira

Museu da Fábrica de Cimentos de Leiria /Secil Maceira

8.ANEXOS

Anexo 1-Excerto da Carta da E.C.L.datada de 1928 alusiva à construção de dez
casas de habitação.
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

"Casas de Habitação para o pessoal da fábrica: [...] Oito casas terão três quartos, cozinha, corredor, retrete exterior e alpendre, ocupando uma área de 72m² por casa, e as duas restantes terão cinco quartos, cozinha, corredor, retrete exterior e alpendre, ocupando uma área de 95m² por casa.

As paredes de fachada serão de alvenaria ordinária de 0,35m de espessura e as paredes divisórias em pano de tijolo alto.

Os telhados serão constituídos por uma laje em betão armado com 0,08m de espessura, provida de armadura de resistência de aço macio [...] de uma armadura de repartição [e] munidos ventiladores com dispositivo de fechar.

Os pavimentos da cozinha, corredor, alpendre e passeios serão de betonilha, e os dos quartos de solho à portuguesa com respetiva caixa-de-ar e ventiladores de ferro fundido. [...] As paredes serão todas rebocadas quer exterior quer interiormente, ficando a branco no interior e a amarelo no exterior.

[...] Todas as ferragens serão de boa qualidade, se bem que de tipos económicos. A vidraça será nacional de primeira qualidade e com 2 m/m de espessura.

[...] As retretes serão de faiança branca de Sacavém assente em caixa de madeira. Todas as casas terão muros de vedação com uma largura igual à frente da casa [...].

Todos os vãos serão pintados com três demãos os de tinta de cor azul nos exteriores e castanhos nos interiores, e caixilhos a branco [...].

Cada grupo de casas será provido de uma fossa com capacidade para 40 pessoas com as respetivas canalizações de grés [...].

As argamassas serão de cal e cimento [...]. A dosagem do betão será de 300kg de cimento para 400 litros de areia e 800 litros de cascalho. [...] Todas as argamassas serão feitas mecanicamente.

[...] A empresa fornecerá: pedra para alvenaria, brita, tijolo, cimento, areia, todos os vãos de portas e janelas, rodapés, guarnecimento para os vãos interiores e vigamentos para solhos, água para as amassaduras e madeira para andaimes e escoamentos que houver disponível das obras acabadas da Fábrica.

Todos os materiais restantes, ferramentas, mão-de-obra, transportes e seguro pessoal, serão de contas de V. Sas.

[...] A Empresa fornecerá ainda: 1º) Quarto [...] para o Encarregado da obra. 2º) Casa para alojamento do restante. 3º) Energia elétrica, ao preço estabelecido para os seus clientes [...].

Ainda a Empresa se reserva o direito de mandar modificar o tipo das fossas, de acordo com os ensaios a realizar na Direção Geral de Saúde.

Tanto o Diretor- Técnico como o Subdiretor da Fábrica fiscalizarão a execução e rápido andamento dos trabalhos [...]."

Anexo 2- Entrevista Realizada a Dr. Ana Luz da Empresa Secil-Maceira

Mafalda- Uma vez que frequentou o bairro e viveu alguns momentos da infância neste lugar. O que recorda do Bairro?

Ana Luz- As recordações que tenho, eram da minha avó que vivia numa casa do bairro, mesmo em frente à cooperativa e eu gostava muito de a ir visitar porque era a minha avó preferida e achava que estávamos num outro mundo, portanto era uma coisa a parte.

O bairro era uma referência, as casas eram boas, tinham já condições que não haviam noutras casas e eu, tinha por comparação a minha avó paterna que tinha uma casa diferente e só muitos anos depois contruiu por exemplo uma casa de banho dentro de casa.

A casa de banho era fora e isso é uma coisa que me ficou na memória, as casas do bairro já tinham uma casa de banho, condições que as outras casa não tinham. Era um espaço onde vinha muita vez, gostava muito pois havia pontos de encontro com os amigos, havia a Casa do Pessoal onde havia cinema, a piscina, os baloiços no jardim.

Haviam condições que nos chamavam, quem não vivia no bairro e quem não pertencia ao bairro como eu, na altura vivia fora do bairro tinha era a minha avó cá e um tio meu.

Foi sempre um local de brincadeira. Eu frequentei sempre o bairro que era um mundo à parte.

M. – Existiam diferenças entre os habitantes do bairro e a população local? Quais?

A.L. - Existiam seguramente rivalidades. Era o pessoal do bairro, era pessoal à parte, pessoas à parte, era um grupo fechado e depois havia o resto. Era o pessoal do bairro da empresa e o resto era outro mundo. Isto era um mundo completamente diferente do restante.

Eu como vivia na fronteira, como tinha família no bairro apesar de não viver no bairro e vivia por de trás da escola, sentia-me assim um pouco pertencente ao bairro por ter lá familiares mas recordo-me em conversas com colegas que eram de A-do-Barbas, Maceirinha e de outros sítios se dizer que o pessoal do bairro era uma coisa a parte, um comunidade diferente e separada das outras.

M.- Viver no Bairro era de facto viver noutro mundo? Viver numa utopia?

A.L. - As pessoas viviam aqui de um modo diferente do resto, tanto que haviam concertos, havia teatro, havia toda uma atividade social que não havia no exterior.

M. – Olhando para o Bairro daquele tempo e para o Bairro hoje em dia, o que sente?

A.L. - Acho é uma sombra daquilo que foi, o bairro é hoje um fantasma, não é um fantasma mas uma sombra da vida que já teve, de tudo o que já foi em tempos. Há ainda infraestruturas que chamam pessoas aqui ao bairro porque o bairro agora não está ocupado. Não sei quantas casas estão ocupadas mas penso que nem metade está ocupada e são pessoas já reformadas, já com uma certa idade;

portanto o bairro está velho, envelheceu e as únicas pessoas que o frequentam são os alunos da escola, os resistentes da Casa do Pessoal, que ainda é ponto de encontro de gente e malta mais nova, não estou a falar dos reformados que ainda frequentam a biblioteca, o salão de jogos etc. Mas a Casa do Pessoal ainda continua a ser ponto de encontro de algumas pessoas.

Agora a malta nova, gente nova vem cá, vai ao supermercado comprar o almoço, os cachorros, vai a Casa do Pessoal as gomas.

E depois a atividade da escola que ainda vai mantendo os espaços ocupados como o campo de futebol, ainda persiste o futebol; mas é uma sombra daquilo que foi, não tem nada a ver.

Haviam festas, haviam as fogueiras, os santos populares, haviam festas de passagem de ano, havia teatro, havia música, havia muita coisa, muita coisa mesmo.

Havia a piscina, havia as provas de piscina, de natação, se bem que a piscina ainda é das coisas que vai mantendo também muita gente cá, porque está aberta ao público mediante o pagamento de bilhete e é grátis para os sócios da Casa do Pessoal. Até me surpreende, a piscina! Nunca pensei, terras e lugares mais perto de leiria vêm com escolas, vêm desses lugares com os alunos aqui à piscina passar uma tarde ou uma manha. As condições são boas e penso que as entradas também são mais convidativas que noutras piscinas. Pronto se tirassem daqui a escola isto morreria, desaparecia

M. - Se pudesse mudar alguma coisa no lugar o que mudaria?

A.L. - Eu acho que abria as casas, voltava a um bairro de habitação, voltava a ocupar as casas. Uma das coisas que estão a fazer e que é positivo é alugar os espaços para serem explorados por terceiros, como uma casa que está transformada num centro de estudos, um A.T.L., o balneário por uma clínica de fisioterapia. Penso que o restaurante também irá ser ocupado por uma empresa, portanto vai ser alugado. Agora a questão das casas é que realmente está parada e quem está a viver nas casas são meia dúzia de pessoas já reformadas ou viúvas e as casas estão-se a degradar.

Das duas uma, ou transformam – se ou fecham-se as casas e deixa-se cair, o que é uma pena porque é uma obra que não se deve perder. A meu ver não se deve perder, arranjava-se uma nova política de ocupação das casas que para mim era o ideal.

Voltar a ocupar as casas, voltar a arranjar um sistema de ocupação das casas que permitissem às pessoas viverem nelas e reabilitar o bairro. E o bairro voltar a ter crianças, voltar a ter jovens, ter pessoas porque não adianta também estar a alugar e a arranjar ofertas de clínicas ou supermercados a esse nível se não houver gente a viver aqui.

A solução para o bairro passava por ocupar as casas e depois também, quem sabe, aproveitar as coisas mais emblemáticas e aproveitar para espaços sociais, espaços comuns, um museu, um espaço onde pudessem existir exposições abertas ao público; revitalizar a biblioteca, a sala de cinema por exemplo.

É claro, não dá para colocar equipamento para voltar a abrir o cinema, também não adianta porque não há ca gente a viver.

Não sei se será possível voltar aos anos em que isto funcionava mas de qualquer forma eu acho que a vida no bairro passava por voltar a ser ocupado.

CASA Nº. 45

- Memória descritiva -

Trata-se de um pavilhão para alojamento de hóspedes em trânsito, motivo por que não possui cozinha nem outras instalações que seriam necessárias para poder funcionar como habitação permanente. -----

----Consta de 4 quartos, sendo 1 de duas camas, 2 casas de banho com retretes, 1 compartimento interior para arrecadação de roupas, 1 sala de entrada e 1 compartimento para a instalação de aquecimento de água para banhos.---

----As paredes são de alvenaria de pedra até ao nível do pavimento e de blocos de cimento daí para cima, tanto as interiores como as exteriores. -----

----Não tem caixa de ar, estando os sobrados assentes sobre betonilha, com uma camada intermédia de argamassa de cal para conservar as madeiras. -----

----Os pavimentos dos quartos e da arrecadação são de soalho e as restantes de tejo-leira.-----

----Todas as caixilharias são de madeira.-----

----A cobertura é de telha do tipo marselhez, sobrepondo-se na casa da caldeira a uma placa de betão armado.--

----Todos os tetos são de fibrocimento.-----

Maceira-Liz, 3 de Dezembro de 1948

EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

O Engenheiro da Fabrica

Roche de Leiria

GARAGE GERAL
Memória Descritiva

Destina-se este edificio a recolher todos os veículos automóveis da Empresa de Cimentos de Leiria e de estação de serviço para o seu tratamento e reparação. -----
----- Consta de uma casa de recolher, com 23 m. por 25, uma oficina de reparações com 11 m. por 10, uma oficina para lavagem e lubrificação com 11 m. por 10, vestiário e retretes, escritório e 2 armazéns. -----
----- As fundações serão de alvenaria de pedra e todas as paredes em elevação de alvenaria de tijolo, travadas com as necessárias cintas de betão armado. -----
----- Os pavimentos serão todos de betonilha. -----
----- A cobertura será de chapas onduladas de fibro-cimento assentes sobre uma estrutura totalmente de ferro.
----- As caixilharias serão de ferro ou betão e as portas de madeira, as interiores, e de ferro as exteriores. -----
----- Sobre as retretes, escritório e espaço entre estes prevê-se a construção de um 2º. piso com acesso por uma escada que partirá do escritório. -----

Maceira-Liz, 1 de Março de 1947

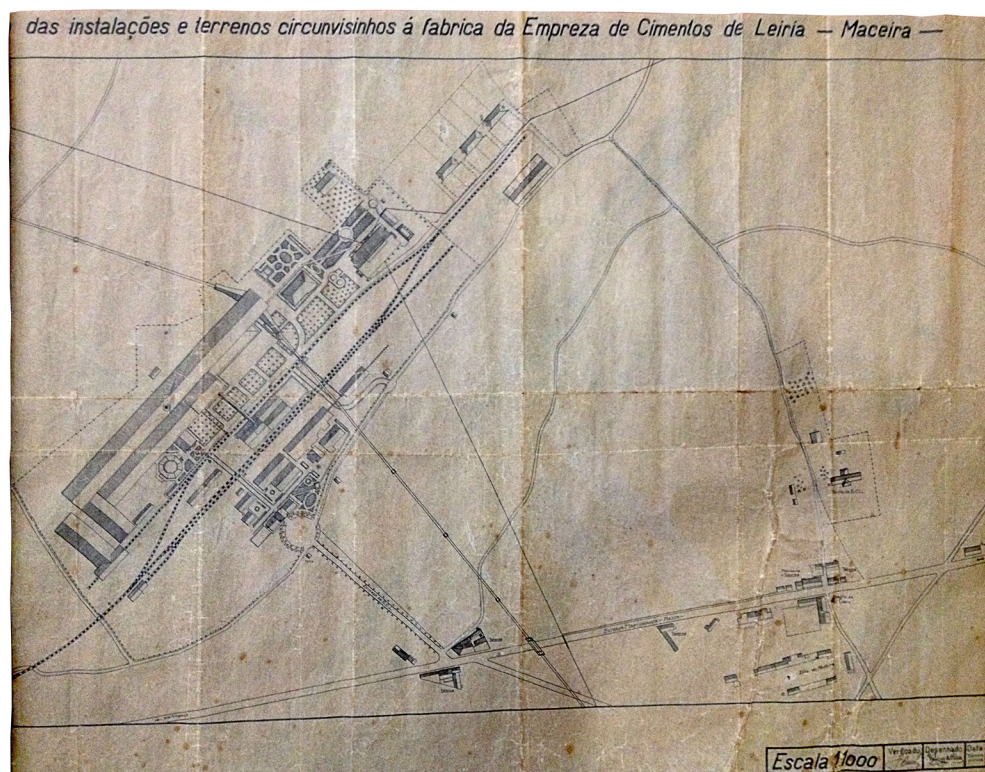
EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

O Engenheiro Responsável da Fabrica

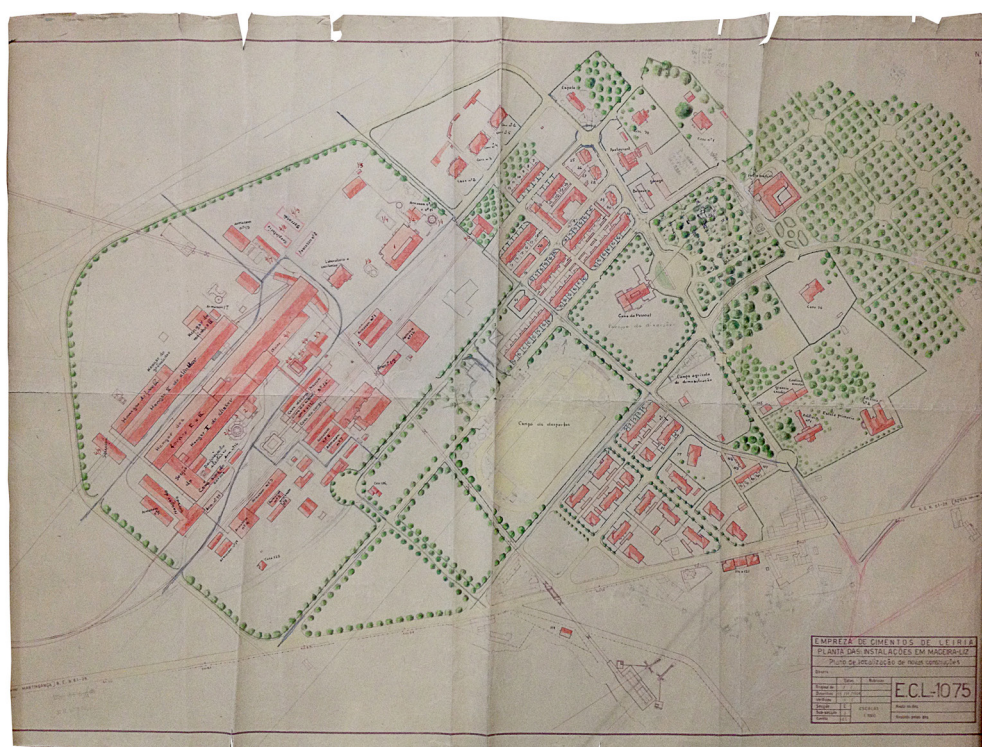
Rocho Kelly



Anexo 5- Planta Implantação da Fábrica
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



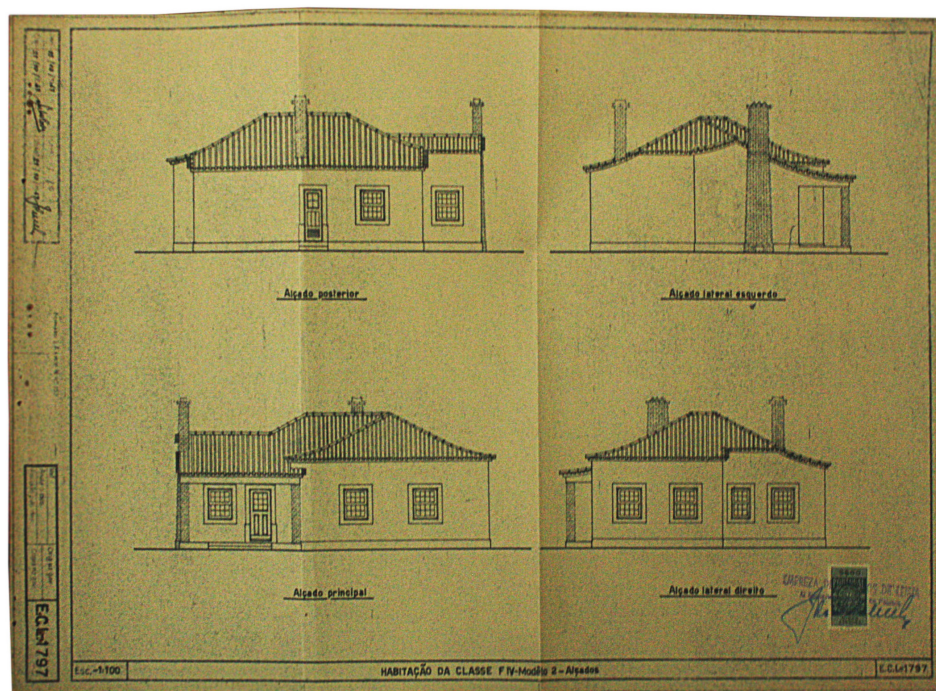
Anexo 6- Planta das Instalações da Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



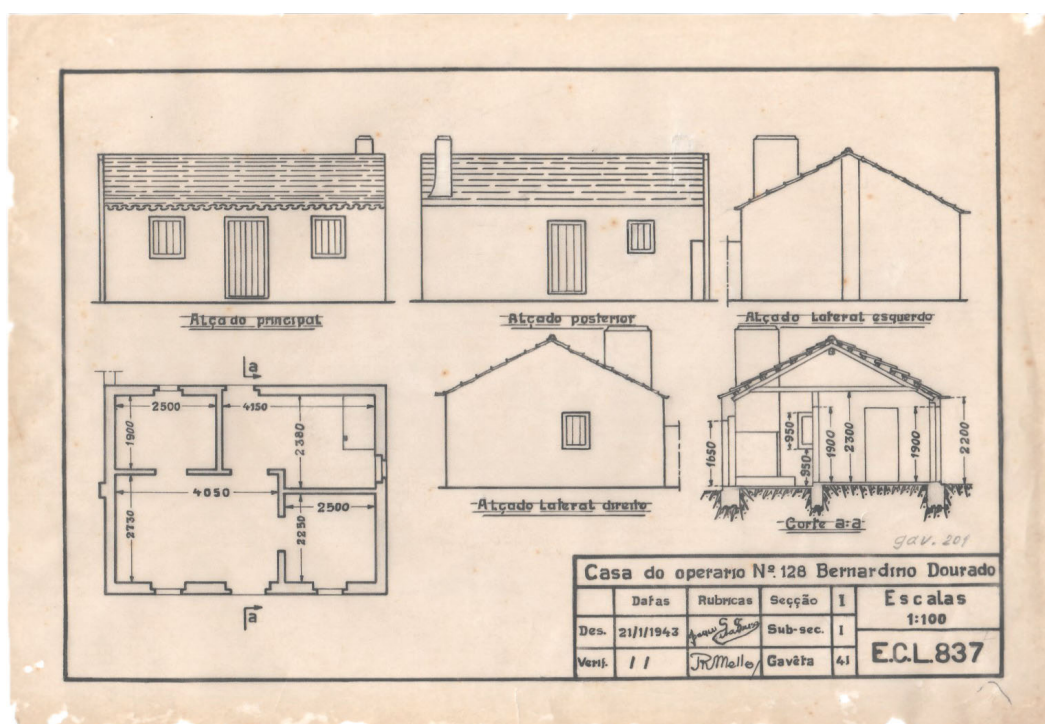
Anexo 7- Planta Implantação da Fábrica
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



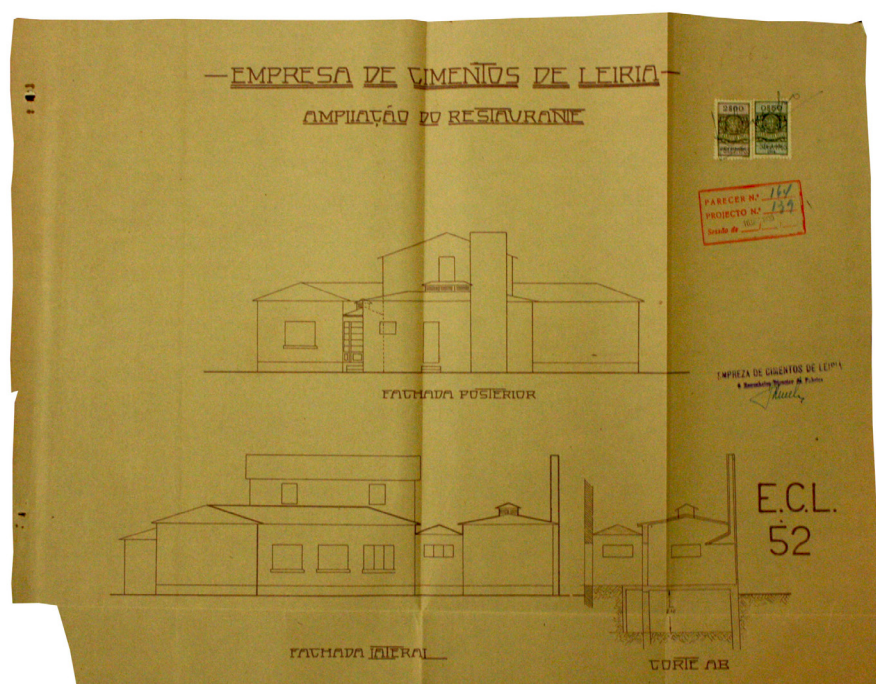
Anexo 8- Promenor de Planta de Planta Implantação da Fábrica e do Bairro
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



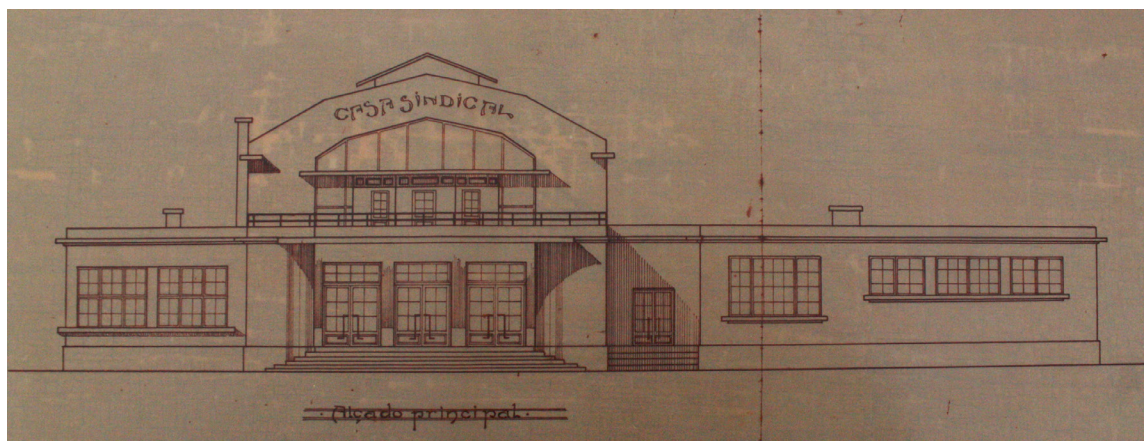
Anexo 9- Desenhos do projeto de Habitação
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



Anexo 10- Desenhos do projeto de Habitação
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



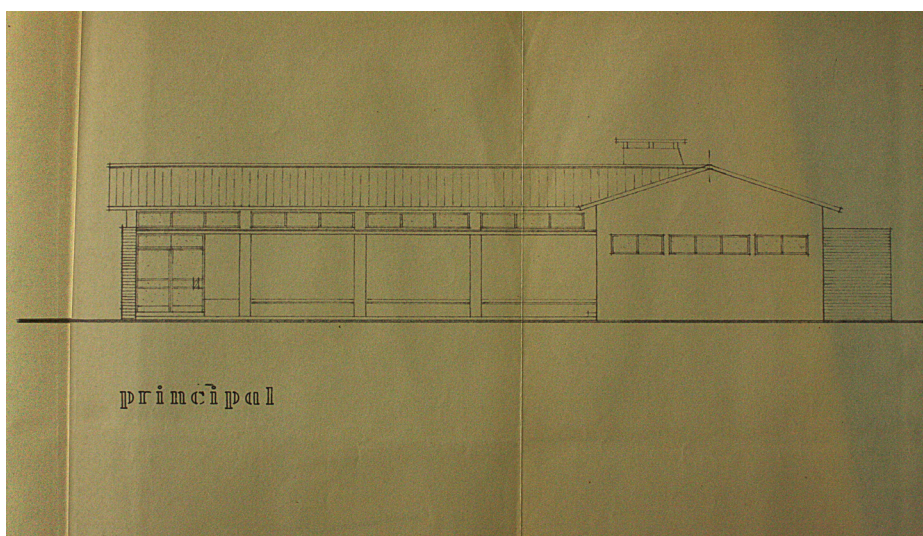
Anexo 12- Desenhos do projeto para o Restaurante
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



Anexo 13- Alçado da Casa do Pessoal, inicialmente Casa Sindical
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



Anexo 14 - Alçado da Colónia Balnear da E.C.L.
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



Anexo 15- Alçado do Edifício da Sopa dos Pobres
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira



Anexo 16- Fotografias da Construção do Bairro
Arquivos de C.D.I da Fábrica de Cimentos de Leiria / Secil Maceira

